TEXTOS NEPO 23

MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO
= 2 =

REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE

José Marcos Pinto da Cunha
Valmir Aranha

REGIÃO DE GOVERNO DE BAURU

Sonia Regina Perillo

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO - NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
OUTUBRO, 1992

Núcleo de Estudos de População - NEPO
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Caixa Postal 6166 - CEP: 13.081
Campinas, SP. - BRASIL

REITOR
Carlos Alberto Vogt

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE
José Martins Filho

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO
Adalberto Buono Maurizio Sacchi Bassi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
José Dias Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
Armando Turtelli Junior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO
Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Cesar Francisco Ciacco

COORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO
Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Cunha, José Marcos P.

Região de Governo de Presidente Prudente / José Marcos P. da Cunha e Valmir Aranha. – Campinas, SP: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1992.

(Migração em São Paulo, 2. Textos Nepo, 23)

Publicado com: Região de Governo de Bauru/Sonia Regina Perillo.

1. Migração Interna - Presidente Prudente. 2. Urbanização - Presidente Prudente. 3. Migração Interna – Bauru. 4. Urbanização – Bauru. I. Aranha, Valmir. II. Perillo, Sonia. III. Título. IV. Série.

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Migração Interna 301.32
2. Urbanização 301.32

MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO*

= 2 =

REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE
José Marcos Pinto da Cunha
Valmir Aranha

REGIÃO DE GOVERNO DE BAURU
Sonia Regina Perillo

(*) Esta série resulta de pesquisa sobre movimentos migratórios e urbanização no Estado de São Paulo iniciada em 1987 sob o título "Migração no Interior do Estado de São Paulo", realizada por pesquisadores do **NEPO-UNICAMP** e da **DAEP-FSEADE**, segundo Convênio de Cooperação Científico-Tecnológico (008/88) de 26.02.1988, financiada pela FINEP e CNPq. Atualmente, sob o título "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar" esta pesquisa tem prosseguimento no NESUR-IE-UNICAMP em colaboração com pesquisadores do NEPO-UNICAMP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, com apoio da FAPESP e CNPq.

TEXTOS NEPO

Responsável: Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi
Apoio Técnico
Setor de Informática: Maria Aparecida Vaz Gama Correia
Setor de Documentação: Lana Mara Fernandes de Menezes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE 7

REGIÃO DE GOVERNO DE BAURU 58

APRESENTAÇÃO

Esta série de publicações deriva de pesquisas que se propõem estudar os movimentos migratórios no Estado de São Paulo, referindo-os tanto aos processos mais globais que ocorrem na sociedade brasileira, como àqueles relacionados à dinâmica do Estado.

Através de dados censitários, de outros dados secundários relevantes e de visitas a campo busca-se compreender a dinâmica demográfica enquanto decorrência de processos de inserção da população nas atividades econômicas e das ações de políticas sociais; processos especializados e constituintes de polos regionais e áreas metropolitanas emergentes.

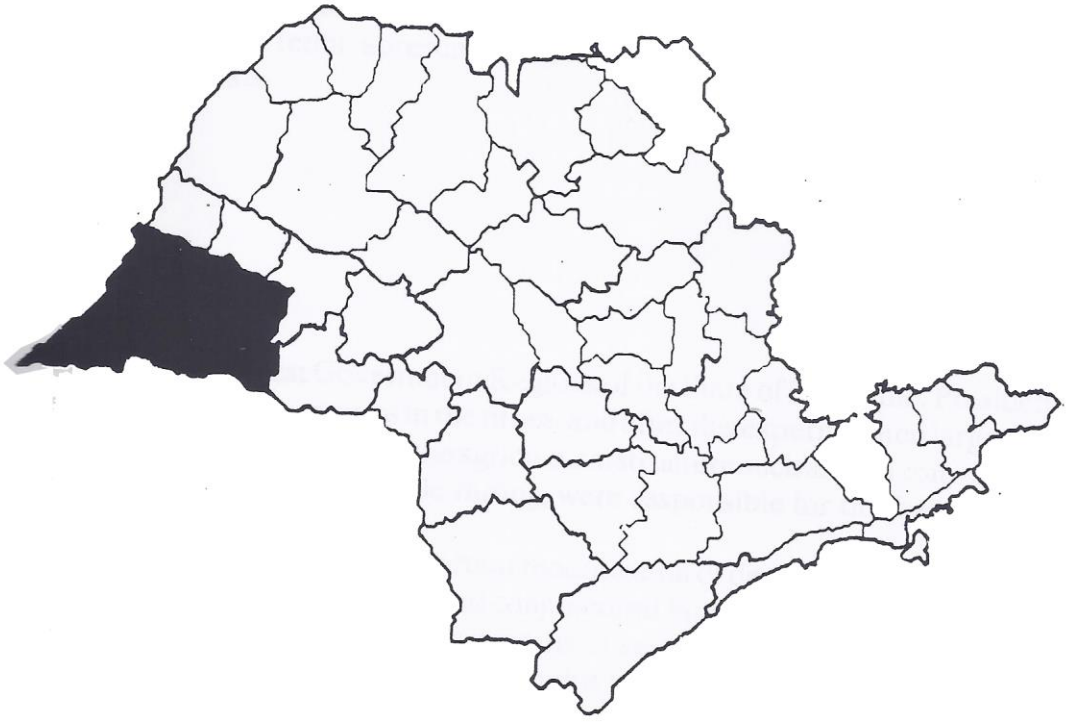
Pretende-se que a metodologia adotada referende as hipóteses das projeções populacionais para o Estado de São Paulo, na medida em que os estudos de situações concretas possam subsidiar as hipóteses sobre as tendências da dinâmica demográfica, e particularmente da migração que constitui a dimensão mais complexa na elaboração dessas projeções.

Assim sendo, a série **Migração em São Paulo** traz ao debate os resultados dos estudos realizados nas diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo, constituindo uma análise regional realizada basicamente a partir de dados censitários - inclusive os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 - e estatísticas vitais, buscando traçar a evolução específica de cada área; além disso, tal análise se beneficia de informações obtidas junto a organismos institucionais locais com o objetivo de completá-la mediante a percepção dos agentes sobre as implicações dos movimentos migratórios no âmbito regional e local. Essa percepção também é considerada sob a ótica dos próprios migrantes, selecionados de acordo com o tempo de residência, a inserção na atividade econômica e o tipo de trajetória realizada a fim de reconstruir o leque de situações e de alternativas que influencia a decisão de migrar.

Esses primeiros resultados constituem, na verdade, uma etapa importante de pesquisa, na medida em que fornecem subsídios para seu prosseguimento; essa análise inicial está fundamentando as hipóteses norteadoras de etapas de levantamento domiciliar amostral que se pretende realizar no próximo ano.

REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE: A SAÍDA ESTÁ NO CAMPO?

José Marcos Pinto da Cunha*
Valmir Aranha**



* Estatístico/Demógrafo da Fundação SEADE/NEPO/UNICAMP.
** Sociólogo, Assistente de Análise da Fundação SEADE.

EQUIPE

Coordenadora
Neide Lopes Patarra

Coordenadora Adjunta
Lúcia M. Bógus

Coordenador Região de Governo de Presidente Prudente
José Marcos Pinto da Cunha

Supervisor de Campo
Sandra Muller
Valmir Aranha

Entrevistadores
Helena Sabina Vasiulis
José Luís Alves
Maria Cristina Forti
Maria Cristina Rangel

RESUMO

Uma das mais pobres Regiões de Governo do Estado de São Paulo, Presidente Prudente completou seu processo de ocupação nos anos 50. Depois, no decorrer do tempo, experimentou uma grande e contínua evasão demográfica. Transformações na estrutura agrícola como a concentração da terra, mudanças nas estruturas, predominância da pecuária etc., foram responsáveis por este comportamento. Nos anos 80, é possível supor que havia uma importante modificação nas tendências demográficas (especialmente na migração), em consequência de fatores estruturais e conjunturais determinados, principalmente, pela ação do Estado na construção civil e em programas de assentamento e reassentamento de população. De fato, dados preliminares do Censo de 1991 confirmam esta suposição. Este texto que se baseia no trabalho de campo, onde agentes institucionais e individuais foram entrevistados, tenta apresentar alguns dos determinantes da mudança nos saldos migratórios regionais.

ABSTRACT

One of the poorest Government Regions of the State of São Paulo, Presidente Prudente completed its occupation process in the fifties, and after this experimented large and continuous out migration. Transformations in the agricultural structure such as land concentration, changes in crops and predominance of cattle raising, were responsible for this behavior. In the eighties, there was important modification of demographic (especially migration) trends, in consequence of structural and conjunctural factors, determined mainly by the action of the state in civil construction and programs of settlement and resettlement of population. Preliminary data of the 1991 census confirm this trend. This text, based on field work where institutional agents and individuals were interviewed, presents some of the determinants of the change in the regional migratory profile.

SUMÁRIO

REGIÃO DE GOVERNO DE PRESIDENTE PRUDENTE

INTRODUÇÃO 11

OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 12

EVOLUÇÃO E TAMANHO DA POPULAÇÃO 15

ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES SOBRE A DINÂMICA MIGRATÓRIA 24

PERSPECTIVAS REGIONAIS: A SAÍDA ESTÁ NO CAMPO? 46

CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS 53

ANEXO I 54

ANEXO II 57

ANEXO III 58

INTRODUÇÃO

Pode parecer um tanto estranho que um estudo que tem como objeto a migração em uma área do Estado de São Paulo apresente um título que aponte o "campo" como a alternativa possível, para uma das regiões que mais perdeu população nas últimas décadas.

A princípio deve ser difícil aceitar esta ideia, no contexto de uma Unidade da Federação onde a maioria da população vive nas cidades (quase 90% em 1980), e que historicamente vem atraindo importantes contingentes populacionais, em função da dinâmica urbano-industrial.

Não se pode negar, é claro, que nos últimos 10 ou 15 anos, São Paulo, ou, mais especificamente, algumas de suas regiões interioranas viram aflorar complexos industriais especialmente voltados para a transformação de produtos agrícolas, tais como a cana-de-açúcar e os cítricos, que, por sua vez, deram um novo perfil à dinâmica econômica e demográfica local.

No entanto, este não é o caso da Região de Presidente Prudente, que ainda hoje convive com um problema, que desde muito tempo vem dificultando e cerceando suas possibilidades de desenvolvimento: a falta de uma atividade econômica dinâmica e duradoura.

De fato, a área em questão, composta por 26 municípios localizados no extremo Oeste do Estado, desde fins dos anos 50 vem apresentando a pecuária como principal atividade econômica, a ponto de as pastagens ocuparem atualmente cerca de 70% do território regional (Mapa 1).

Em termos das atividades agrícolas, apenas o algodão e o amendoim se destacam, embora vários outros projetos estejam em andamento, com vistas a sanar uma grave deficiência da área, qual seja, a falta de diversificação da agricultura.

Este quadro, somado às grandes dificuldades pelas quais passaram e ainda passam os pequenos produtores agrícolas, resultado da falta de uma política agrária adequada, configura uma situação bastante desfavorável no que se refere à absorção da mão-de-obra regional, incidindo diretamente na sua capacidade de retenção populacional. Para se ter uma ideia dos efeitos deste quadro na dinâmica demográfica e, principalmente na migratória, a Região de Governo (RG) de Presidente Prudente sofreu uma perda de cerca de 160.000 pessoas no período 60/80, registrando os mais elevados saldos migratórios negativos do Estado, fato este que faz com que ela seja conhecida como uma área tradicional de emigração.

Não obstante o anterior, a década de 80 foi marcada por uma série de fatos que minimizou os efeitos da falta de dinamismo econômico na sua dinâmica populacional, daquela região.

Assim, com uma indústria bastante incipiente, o que implica que a maior parte da população

economicamente ativa se encontra alocada nas atividades agropecuárias, comércio e serviços, e com perspectivas nada animadoras a médio prazo de uma reversão significativa deste quadro, resta à referida região - e esta parece ser a visão de muitos de seus agentes econômicos e políticos - buscar uma saída a partir da diversificação e implementação de novas culturas mais rentáveis e, é claro, de uma política agrária mais conveniente. Também parece que o campo apresenta uma maior possibilidade de reter parte considerável da sua população, que, aliás, tem mostrado uma profunda vocação para a agricultura.

O trabalho que se segue, em um primeiro momento, traça um panorama sucinto dos principais aspectos históricos da ocupação e do desenvolvimento econômico regional, bem como aponta as alterações ocorridas na dinâmica da população, nas várias décadas, valendo-se, inclusive, dos resultados preliminares do Censo de 1991. Em um segundo momento, focaliza a pesquisa de campo, propriamente dita, onde através da análise de mais de duas dezenas de entrevistas institucionais, realizadas na área com representantes de variados setores da sociedade, como também com entrevistas domiciliares, pode-se avaliar as principais tendências da dinâmica migratória regional nos anos 80.

OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO[1]

Antecedentes históricos

O oeste do Estado de São Paulo foi a última área do Estado a ser colonizada. São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente foram os três maiores núcleos urbanos do noroeste do Estado que surgiram nos últimos períodos de colonização, com a tomada de espaço para o plantio de café.

Desde o início a ocupação das terras deu-se de forma irregular. Por isso, ao longo dos anos, várias alterações ocorreram na estrutura fundiária da Região.

Apenas em 1853 começaram a surgir as terras com títulos no Pontal do Paranapanema. Até 1850, as posses de terras eram feitas junto às paróquias das áreas ocupadas. Eram as "posses do vigário".

No final do século (1891), as terras eram compradas para negócios. A partir de 1917 formou-se o núcleo urbano de Presidente Prudente e em 1919 sua ocupação foi intensificada com a construção da estrada de Ferro da Alta Sorocabana. Assim, ficou também conhecida essa região, que vai de Presidente Prudente até a divisa com os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná (MONBEIG, 1984).

Os primeiros migrantes que chegaram à Região eram mineiros do sul de Minas Gerais, que fugiam da convocação para a Guerra do Paraguai (1865). Vinham, também, à procura de outras atividades

[1] Esta seção foi redigida pela supervisora da pesquisa de campo em Presidente Prudente, Sandra M. Muller, cuja

econômicas, devido à escassez do ouro nas Minas Gerais e, mais tarde, chegavam atraídos pela Estrada de Ferro. Depois, migraram famílias paulistas (1917) e, por volta de 1935, famílias nordestinas.

Os proprietários já instalados começaram a lotear e vender as terras para a formação de núcleos urbanos e médias propriedades rurais.

Uma das características marcantes de sua colonização foi a presença de minifúndios. Mas, devido à inexistência de capital necessário para o incremento de sua produção, acabaram por propiciar o surgimento de pequenas indústrias de beneficiamento e comercialização. A implantação deste gênero de indústria, em algumas cidades da Região, acabou por permitir a criação de uma infraestrutura viária, imprimindo a estas cidades um dinamismo próprio e capacitando-as para resistir posteriormente à crise do café.

Na década de 40 foi registrado um elevado crescimento da população decorrente de grandes contingentes migratórios que chegaram à Região em função da ocupação das áreas de fronteiras agrícolas. Simultaneamente a este processo, deu-se a formação de vilas e cidades impulsionada pelo dinamismo que caracterizou o setor primário nesta época. Em consequência desse processo, ocorreu uma verdadeira transformação na malha fundiária, com fragmentação do território em pequenos estabelecimentos rurais, muitos deles arrendados para o plantio de algodão.

Com o desenvolvimento da produção de algodão vieram indústrias estrangeiras para beneficiá-lo, do tipo moedoras de grãos e refinadoras de óleo.

Como o algodão é uma cultura sazonal, durante a entressafra começou a ser plantado na Região o amendoim. Isto vinha minimizar o problema da mão-de-obra ociosa durante as entressafras e evitava a paralisação das máquinas industriais.

Entre o final da década de 50 e início de 60 começaram a chegar trabalhadores sazonais na Região para colher o algodão e, mais tarde, a soja.

Com a descoberta das fibras artificiais a produção de algodão sofreu um choque em nível mundial. Soma-se a este fato, o paulatino esgotamento das áreas de fronteiras agrícolas, juntamente com a queda do cultivo do café, que levou a uma sensível diminuição da participação do componente migratório no crescimento demográfico e acabou por imprimir à Região perdas populacionais líquidas na década de 60, da ordem de 69 mil pessoas.

A agricultura nessa região não acompanhou a tendência de desenvolvimento do Estado, devido ao ataque do "cancro-cítrico", que atingiu as plantações de laranja na década de 50. Este fato influiu

---

contribuição foi fundamental para alcançar os resultados ora expostos.

decisivamente no desenvolvimento da agricultura permanente, que foi sendo substituída por culturas temporárias. Nessa mudança, tida como desfavorável ao desenvolvimento da agricultura regional, a ação do Estado foi decisiva, na medida em que, em 1957, interviu na área, através da Polícia Militar, erradicando, indiscriminadamente, plantações inteiras de citrus encontrando, como não poderia deixar de ser, grande resistência por parte dos proprietários. Esse processo deseducativo em nada pareceu, por exemplo, com aquela observado na velha zona de cítricos (Limeira, Bebedouro etc.), onde o controle da praga foi feito pelos próprios proprietários de maneira mais racional e menos radical.

Os acontecimentos referidos constituíram-se, pois, nos principais fatores que levaram os proprietários rurais a se tornarem predominantemente pecuaristas e não agricultores.

Já na década de 60, começa a anexação das pequenas propriedades, gerando grandes propriedades para a criação de gado, justamente, quando o Rio de Janeiro e a Grande São Paulo apresentavam uma intensa demanda por carne e os pequenos proprietários encontravam dificuldades com a agricultura.

Apesar desta região ser tradicionalmente agropecuária, o cultivo de um produto de grande valor mercantil como, por exemplo, o café e o algodão, impediu a fragmentação dos latifúndios e a diversificação agrícola, levando-a a um intenso processo de pecuarização e de concentração de terra. Como resultado, esse processo gerou a expulsão de uma grande quantidade de mão-de-obra ocupada no campo e, consequentemente, um decréscimo da população rural, que acabou migrando para outras regiões mais dinâmicas, uma vez que as oportunidades oferecidas nas zonas urbanas, desta área, não eram suficientes para absorção do êxodo rural.

O quadro atual

A Região de Governo de Presidente Prudente tem hoje na pecuária sua principal atividade econômica, caracterizando-se como uma área pouco dinâmica tanto com relação à indústria quanto à agricultura.

De acordo com os dados de 1980 (FIBGE,1980) a População Economicamente Ativa (PEA) apresenta-se concentrada no setor terciário (47,98%); em segundo plano, no setor primário (31,09%); e, por último, no setor secundário (20,92%). Esse elevado percentual no setor terciário se deve, fundamentalmente, à reduzida possibilidade de inserção da PEA nos outros setores, bem como o desenvolvimento de uma infraestrutura urbana dos municípios mais urbanizados, tal como Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio.

A indústria alimentícia predomina na Região, respondendo, em 1980, por 43,55% do Valor de Transformação Industrial (VTI) regional e absorvendo 32,07% do pessoal ocupado. Destaca-se também a indústria de minerais não metálicos, correspondendo a 20,10% do número de estabelecimentos industriais e 9,85% da mão-de-obra industrial, em 1980. No setor produtor de bens intermediários, a indústria química (óleo vegetal) mostra-se como a mais significativa, embora represente apenas 1,45% do número de estabelecimentos e absorva 8,83% dos operários, sendo a responsável por 23,6% do VTI regional (SEPLAN, 1978).

Vale ressaltar que a indústria da construção civil assume um papel significativo, principalmente nos anos 80, através da construção de três barragens hidrelétricas pelas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP).

Quanto aos principais produtos agrícolas da Região, destacam-se o algodão e, recentemente, em menor escala, o feijão de inverno. Embora a cana-de-açúcar tenha alguma importância, inclusive em termos de absorção de mão-de-obra (note-se a existência na área de usinas de álcool), não se vislumbra um maior crescimento para esse empreendimento. A participação do valor da produção agrícola no total da produção do Interior do Estado de São Paulo, em 1980, é relativamente pequena, 2,99%, o que reafirma o reduzido papel da agricultura nesta região.

Como já foi dito, a pecuária é a atividade ali predominante, chegando as pastagens a ocuparem 1.400.000 ha, cerca de 70% do território regional. Com relação ao valor da produção dos rebanhos, essa Região era responsável por 14,11% do total do Interior em 1980, caracterizando-se como a principal área de pecuária do Estado. Este fator possibilitou a intensificação das agroindústrias vinculadas àquela atividade, fazendo com que vários frigoríficos, curtumes, fábricas de gelatina e de calçados se instalassem na Região.

EVOLUÇÃO E TAMANHO DA POPULAÇÃO

Ao analisar o comportamento da população total desta região, no período 1940-1991, pode-se verificar que, em termos absolutos, sua população passou por significativas oscilações. Se a década de 40 foi o período de maior crescimento absoluto e relativo da sua população, o mesmo não se observa nas décadas seguintes quando a Região sofreu um baixo incremento, chegando em 1980 a registrar perdas demográficas absolutas, embora no decorrer desta década já apresentasse alguma recuperação[2].

Em decorrência de um crescimento populacional bastante inferior ao verificado para o Estado de

[2] Todas as informações consideradas nessa análise referem-se à Região de Governo de Presidente Prudente tendo sido necessário agrupá-las segundo os municípios desde 1940.

São Paulo, sua participação na população paulista, após um aumento significativo no decênio 40/50, declinou progressivamente nas décadas seguintes, atingindo patamares ao redor dos 1,5% nas últimas duas décadas.

TABELA 1 - Estado de São Paulo e RG de Presidente Prudente evolução da população total 1940/1980

ANO	REGIÃO	EST. SP	REG/EST %
1940	216.500	7.180.316	3,01
1950	349.755	9.134.423	3,82
1960	386.915	12.829.806	3,01
1970	425.929	17.771.948	2,40
1980	417.934	25.040.712	1,67
1991	495.256	31.191.970	1,59

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo 1991.

O crescimento populacional desta região pode ser melhor apreendido visualizando-se suas taxas de crescimento total e segundo situação domiciliar (Tabela 2). Estas taxas refletem claramente as várias etapas pelas quais esta área, em termos de seus processos de desenvolvimento socioeconômico e demográfico.

O período 40/50 representou o auge do seu processo de ocupação e, em consequência, registrou altas taxas de crescimento tanto da população urbana (6,91% a.a.), quanto da rural (4,34% a.a.). Este acréscimo deveu-se, sobretudo, à ocupação das últimas áreas de fronteiras agrícolas e, também, à intensa formação de cidades e vilas, que atraiu um elevado número de pessoas para esta área, resultando em uma taxa de crescimento populacional elevada para a Região, da ordem de 4,91% a.a. na década de 40.

Na década posterior, a taxa de crescimento total da população sofreu um grande decréscimo, passando para 1,01% a.a. Tal decréscimo resultava, em grande medida, da evasão populacional que ocorria nas áreas rurais, face ao processo de esgotamento das fronteiras e, principalmente, pela substituição de grande parte das atividades agrícolas pela pecuária. A Região apresentava, neste período, uma taxa de crescimento da população rural negativa, da ordem de 1,42% a.a.

Nas décadas seguintes, o decréscimo populacional acentuou-se ainda mais. A população regional passou a apresentar uma taxa de crescimento inferior a 1% a.a., no período 60/70, e registrou em 70/80 taxa negativa (-0,19% a.a.). Apesar das taxas de crescimento da população urbana terem se mantido em patamares elevados nesses dois períodos (mais de 3% a.a.), o êxodo rural, fruto de processos simultâneos - modernização agrícola, concentração fundiária e substituição da agricultura pela pecuária - foi tão intenso, que a estrutura urbana regional não conseguiu absorver essa mão-de-obra liberada do meio rural

com a mesma intensidade. Com isso, um grande contingente da população se viu obrigado a abandonar a Região, em busca de áreas mais prósperas.

TABELA 2 - Região de Governo de Presidente Prudente - Taxas média anuais de crescimento populacional por situação de domicílio - 1940/1980

PERÍODO	URBANO %	RURAL %	TOTAL %
1940/50	6,91	4,34	4,91
1950/60	6,50	-1,42	1,01
1960/70	3,97	-1,64	0,97
1970/80	3,12	-6,03	-0,19
1980/91	-	-	1,70

Fonte: Fundação SEADE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Uma visão mais detalhada deste processo de perdas populacionais da Região de Presidente Prudente pode ser verificada através das taxas de crescimento dos municípios que a compõem nos períodos 60/70, 70/80 e 80/91. A Tabela 3 permite visualizar que a maioria destes municípios sofreu uma redução de população, apresentando, portanto, taxas de crescimento demográfico negativas. Nas duas décadas, apenas quatro municípios registraram taxas positivas: Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Rancharia. Outras áreas, como Santo Anastácio e Caiuá, por um lado, e Regente Feijó, Pirapozinho e Teodoro Sampaio, por outro, apresentaram crescimentos positivos apenas nas décadas de 60 e 70, respectivamente.

Em geral, são estes os municípios mais urbanizados da Região e os que registraram taxas de crescimento da população urbana também significativas. Neste grupo, obviamente, destaca-se o município sede, Presidente Prudente, que além de registrar sempre as maiores taxas de crescimento da Região, 2,6% a.a., alcançou um dos mais elevados graus de urbanização do Estado de São Paulo, 94,74%. Em 1980, concentrava mais de 30% da população regional. Grande parte das indústrias regionais estão aí localizadas, e o Município dispõe de um setor de serviços bastante amplo, sendo um dos maiores responsáveis pelo crescimento desta região.

A maioria dos 26 municípios da Região (61% na década de 60 e 73% na década de 70) apresentaram taxas de crescimento populacionais negativas. Tratam-se dos municípios menos urbanizados - se comparados com os municípios anteriormente citados - e que registraram elevadas taxas negativas de crescimento da população rural.

Já nos anos 80, as informações preliminares do Censo 91 dão conta de uma mudança importante na dinâmica demográfica de boa parte dos municípios da Região de Governo em questão. Além de serem

agora minoria, as áreas de crescimento negativo não mais apresentam a mesma intensidade registrada nas décadas passadas. Como será visto, este comportamento reflete algumas transformações importantes ocorridas na Região, além do efeito da enorme evasão populacional anterior sobre a relação existente entre o contingente (ou estoque) demográfico e a capacidade de retenção dos municípios.

Além disso, durante os anos 80, o Município de Presidente Prudente não se constituiu na área de maior crescimento regional, como vinha ocorrendo anteriormente. Este papel ficou reservado para os Municípios de Teodoro Sampaio, Tarabaí, Regente Feijó e Álvares Machado. Os três últimos, coincidentemente ou não, fazem fronteira com Presidente Prudente e caracterizam-se, potencialmente, como municípios-dormitório, sobretudo Álvares Machado. Já Teodoro Sampaio teve seu "boom" populacional associado à construção de barragens na Região, como será visto mais adiante.

Registra-se, na realidade, na década de 80 uma recuperação generalizada do crescimento populacional dos municípios da Região, ficando as únicas exceções por conta de Estrela do Norte, Sandovalina e Presidente Prudente. Foi em decorrência do comportamento deste último município, cujo peso na população total da Região sempre se mostrou elevado (em 1991 era de 33,4%), que esta recuperação não se refletiu na taxa regional, que ainda se apresentou em queda, embora em um ritmo bem inferior.

Apresenta-se, a seguir, um panorama mais desagregado do crescimento demográfico, buscando identificar e avaliar o papel dos componentes vegetativo e migratório naquela dinâmica demográfica.

TABELA 3 - Região de Governo de Presidente Prudente **-** População e taxas médias anuais de crescimento total, migratório e vegetativo, segundo Municípios - 1940/1991

					TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)								
	POPULAÇÃO				TOTAL			VEGETATIVO			MIGRATÓRIO		
MUNICÍPIOS	1960	1970	1980	1991	60/70	70/80	80/91	60/70	70/80	80/91	60/70	70/80	80/91
RG Pres. Prudente	386.315	425.929	417.932	495.256	0,98	-0,19	1,55	2,69	1,92	1,90	-1.71	-2.11	0.36
Alfredo Marcondes	7.679	6.867	4.305	3.487	-1,12	-4,71	-1,92	3,60	1,98	1,26	-4,71	-6,70	-3,18
Álvares Machado	19.387	17.305	14.653	18.881	-1,14	-1,67	2,31	3,14	1,68	1,21	-4,27	-3,35	1,10
Anhumas	6.668	5.609	3.413	3.245	-1,73	-5,02	-0,46	2,76	1,70	1,73	-4,49	-6,72	-2,19
Caiabu	8.678	7.012	3.692	3.854	-2,14	-6,53	0,39	3,47	2,20	2,01	-5,61	-8,72	-1,62
Caiuá	4.267	5.271	2.964	3.338	2,12	-5,84	1,08	1,28	1,82	1,61	0,84	-7,66	-0,53
Estrela do Norte	-	3.322	3.290	2.777	-	-0,10	-1,54	-	1,79	1,95	-	-1,88	3,49
Iepê	15.551	12.586	9.357	10.013	-2,12	-2,98	0,62	2,48	2,29	1,78	-4,60	-5,27	-1,16
Indiana	6.043	5.156	4.361	4.622	-1,59	-1,68	0,53	2,65	1,67	1,59	-4,24	-3,34	-1,06
Marabá Paulista	13.490	7.041	3.872	3.491	-6,62	-6,07	-0,94	1,98	1,11	1,67	-8,59	-7,18	-2,62
Martinópolis	25.996	23.072	19.660	19.653	-1,19	-1,60	-0,00	2,37	1,63	1,71	-3,57	-3,24	-1,71
Mir. do Paranap.	22.628	21.909	15.458	15.129	-0,32	-3,51	-0,20	3,69	2,37	1,77	-4,02	-5,87	-1,96
Narandiba	-	4.008	3.513	3.138	-	-1,32	-1,03	-	-1,97	1,68	-	-3,29	-2,70
Piquerobi	6.007	5.357	3.543	3.268	-1,15	-4,16	-0,73	2,48	1,24	1,13	-3,62	-5,40	-1,86
Pirapozinho	28.073	15.922	17.921	20.889	-5,75	1,18	1,39	2,40	1,67	1,83	-8,15	-0,49	-0,43
Pres. Bernardes	31.069	25.590	15.777	16.252	-1,94	-4,88	0,27	2,68	1,95	1,58	-4,62	-6,83	-1,31
Pres. Epitácio	18.966	26.428	29.608	34.740	3,33	1,14	1,45	2,01	1,64	2,21	1,32	-0,50	-0,75
Pres. Prudente	72.782	105.707	136.846	165.447	3,75	2,59	1,73	2,39	2,13	1,98	1,36	0,46	-0,26
Pres. Venceslau	21.551	25.976	30.160	36.102	1,87	1,49	1,64	3,65	2,34	1,85	1,78	--0,85	-0,21
Rancharia	21.843	22.041	23.339	26.916	0,09	0,57	1,30	2,94	2,32	1,93	-2,85	-1,75	-0,63
Regente Feijó	11.777	10.366	11.089	14.960	-1,28	0,67	2,73	2,54	1,67	1,64	-3,82	-1,00	1,09
Sandovalina	4.650	3.090	2.743	2.404	-4,12	-1,19	-1,20	2,08	1,51	1,68	-6,20	-2,70	-2,88
Santo Anastácio	21.577	25.332	21.656	21.969	1,61	-1,57	0,13	3,15	1,65	1,97	-1,55	-3,22	-1,84
Santo Expedito	5.393	4.148	2.260	2..221	-2,63	-6,17	-0,16	4,17	1,66	1,15	-6,80	-7,83	-1,31
Taciba	7.039	7.101	4.544	4.753	0,09	-4,50	0,41	2,76	1,54	1,73	-2,67	-6,04	-1,32
Tarabaí	5.201	3.599	3.574	4.706	-3,70	-0,07	2,51	4,18	3,14	3,36	-7,88	-3,21	-0,85
Teodoro Sampaio	-	26.114	26.334	49.001	-	0,08	5,74	-	1.50	2.31	-	-1.42	3,42

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980 e Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Componentes do crescimento populacional

No que diz respeito ao crescimento vegetativo (nascimentos menos óbitos), verifica-se pelas taxas correspondentes (Tabela 3), que a Região experimentou, de fato, uma diminuição importante nas últimas décadas, passando de mais de 2,6% a.a. nos anos 60[3] para cerca de 2% nos decênios posteriores, muito embora tenha ocorrido uma ligeira recuperação nos anos 80 (2,09%, contra 1,92% nos anos 70). Esta tendência, em geral, foi seguida pelos municípios da Região, embora em muitos casos tenha ocorrido diminuição das taxas, inclusive na década de 80. De qualquer forma, os níveis mais recentes do crescimento vegetativo regional são sensivelmente menores, sendo que apenas nos casos de Presidente Epitácio e Caiuá[4], estes se colocam acima daqueles níveis registrados na década 60/70.

Desta forma, pode-se dizer que a participação do crescimento vegetativo no crescimento demográfico regional diminuiu ao longo do tempo. De fato, enquanto nos anos 60 este representou, com relação à população no início do período, um incremento de 28%, nas décadas posteriores este peso caiu para cerca de 20% em média.

A mesma Tabela 3 evidencia, ainda, que o componente migratório foi o grande responsável pelos baixos crescimentos populacionais ocorridos na Região nas décadas de 60 e 80 e, principalmente, pela diminuição absoluta da população nos anos 70. Na verdade, não obstante a queda da intensidade do crescimento vegetativo, somente a partir da evasão demográfica registrada (mais forte nos dois primeiros decênios) é que se pode compreender seus níveis de crescimento, muito abaixo da média estadual.

As taxas apresentadas pela Região refletem, por um lado, a grande evasão populacional ocorrida nos anos 60 e 70 e, por outro, sugerem uma modificação, mesmo que ainda tímida, dessa característica regional no período 80/91, quando o nível alcançado chegou próximo de zero.

A situação demográfica desta Região é consequência do comportamento da maioria dos municípios que, com exceção de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, se caracterizaram, nas primeiras duas décadas, como expulsores de população. Alguns destes municípios experimentaram taxas elevadíssimas como, por exemplo, Marabá Paulista, Santo Expedito, Caiabu, Iepê ou Presidente Bernardes, que neste período, atingiram níveis superiores a 4,6% ao ano em suas taxas de emigração líquida.

Vale a pena destacar que os Municípios de Álvares Machado, Indiana, Martinópolis, Presidente

---

[3] Deve-se alertar para o fato de que, para este período, as informações das estatísticas vitais encontram-se disponíveis segundo o lugar de ocorrência do evento, o que, certamente, implica em distorções, sobretudo, em um nível mais desagregado como é o municipal. Assim sendo, os comentários referentes aos anos 60 devem ser tomados com certa cautela.

[4] Muitos dos municípios da Região possuem uma população bastante reduzida, como é o caso de Caiuá. Nesta situação, pequenas variações nos óbitos ou nascimentos podem repercutir de maneira importante nas taxas registradas.

Venceslau, Rancharia e Regente Feijó, apesar de apresentarem taxas líquidas de migração negativas nas duas décadas, já registravam um certo arrefecimento nos anos 70. Aliás, nos anos 80, esta tendência permanece e, até mesmo, se acentua nestas áreas, além de ampliar-se para o conjunto dos municípios da Região.

Assim, se, por um lado, os níveis da migração líquida negativa foram decisivos para determinar crescimentos inexpressivos ou mesmo diminuição absoluta da população da Região e, em consequência de seus municípios; por outro lado o seu arrefecimento nos anos 80 significa uma possibilidade real de retomada do crescimento, ou, pelo menos, de manutenção dos níveis relativamente mais próximos àqueles registrados em outras regiões do Estado.

Em suma, a década de 60 e, principalmente, de 70 registraram uma situação em que a Região de Governo de Presidente Prudente teve seu incremento demográfico comprometido, não apenas pela ação (fundamental) da evasão populacional, mas também pela importante diminuição da intensidade de seu crescimento vegetativo. Os anos 80 marcam um arrefecimento concomitante dos dois fatores que afetaram o crescimento registrado até então, abrindo uma perspectiva de recuperação para a área em estudo.

A migração na região segundo o Censo de 1980

A partir dos dados específicos sobre migração do Censo Demográfico de 1980 é possível obter mais informações, além daquela fornecida pela migração líquida, que tende a camuflar vários aspectos interessantes do fenômeno. A utilização desta fonte é bastante oportuna, não só pela possibilidade de obtenção de várias características dos movimentos migratórios, mas também porque suas informações referem-se ao período em que foram mais acentuadas as transformações na Região de Presidente Prudente.

Não se pretende neste estudo elaborar uma análise muito detalhada desta informação, até porque esta tarefa já foi realizada (FUNDAÇÃO SEADE, 1990). Nesta oportunidade, apenas apresentar-se-ão alguns dados que ilustram e completam um quadro dos aspectos mais relevantes da migração na área.

Com relação à migração inter-regional e interestadual, o Censo de 1980 mostra que, das pessoas não-naturais que residiam há menos de 10 anos em um dos municípios da Região e com residência anterior fora dele (aproximadamente 54 mil pessoas), 44% tinham como origem o próprio Estado de São Paulo, em especial a Grande São Paulo (37,7%) e regiões vizinhas como Assis (8,6%), Adamantina (6,8%),

Tupã (6,7%) e Dracena (6,2%). Daquelas originárias de outros estados, a grande maioria vinha do Paraná (56,1%) e Mato Grosso do Sul (22,7%), mostrando que a Região é bastante permeável, no que se refere a estes estados, principalmente, em função de ser uma área de fronteira (Tabela 4).

As cifras anteriores, nada desprezíveis para o volume populacional da área, possivelmente, estariam refletindo a grande mobilidade interna que se observou nas regiões do Oeste Paulista, a grande evasão demográfica que apresentou o Norte do Paraná na década de 70 e, talvez, até uma migração de retorno importante de pessoas que no passado deixaram a zona em direção aos grandes centros.

Por outro lado, a Tabela 4 revela que o número de emigrantes, ou seja, os não-naturais que residiam há menos de 10 anos em outros municípios que não os da Região, mas que tiveram aí sua última residência, eleva-se consideravelmente chegando a cerca de 106 mil pessoas. Destas, 35 mil dirigiram-se para outros Estados da Federação, sendo que as outras 71 mil permaneceram dentro do próprio Estado de São Paulo. Neste último caso, as áreas preferenciais foram a Região Metropolitana (34,2%), as Regiões de Governo de Campinas (6,2%), Sorocaba (3,1%), Adamantina (1,9%), Assis e Tupã (1,8%). Já para fora do Estado, por razões técnicas não se podem estabelecer os principais destinos.

Em termos das principais trocas migratórias estabelecidas entre a Região de Governo de Presidente Prudente e as outras Regiões de Governo Paulistas, os dados censitários[5] mostram que, mesmo com as regiões limítrofes, Presidente Prudente não apresenta ganhos populacionais. Na verdade, o destino final dos emigrantes reflete claramente as condições pelas quais passou a Região de Governo de Presidente Prudente na década de 70. A falta de oportunidades econômicas e o pouco potencial endógeno dos seus centros urbanos de reter um maior número de habitantes, implicam em uma saída massiva da população em busca, por um lado, dos maiores centros estaduais, e, por outro lado, possivelmente das fronteiras agrícolas disponíveis no Mato Grosso, e norte do País.

Entretanto, as transformações ocorridas não significaram apenas emigração fora da Região. Como já se adiantou, a mobilidade interna nas regiões do Oeste de São Paulo é bastante intensa e em Presidente Prudente o mesmo acontece. Segundo os dados disponíveis, cerca de 46% dos não-naturais residentes em um determinado município da Região há menos de 10 anos tiveram como residência anterior um município da própria área. É possível pensar que esta movimentação reflita a busca constante de novas oportunidades na própria Região, seja em seus maiores centros urbanos, seja nas frentes de trabalho que vão se abrindo e/ou se alternando dentro dela.

TABELA 4 - Região de Governo de Presidente Prudente - Imigração e emigração, segundo as principais

[5] Os dados completos relativos a estas afirmações constam em estudo anterior Fundação Seade, op.cit., 1990.

áreas de origem e destino dos movimentos - 1970/80

ORIGEM DO IMIGRANTES		DESTINO DO EMIGRANTES	
Regiões de Governo de São Paulo			
Grande São Paulo	16,6	Grande São Paulo	34,2
Adamantina	3,0	Adamantina	1,9
Andradina	1,0	Assis	1,9
Araçatuba	1,6	Campinas	6,2
Assis	3,8	Dracena	1,3
Bauru	1,0	Limeira	1,2
Campinas	0,8	Piracicaba	1,4
Dracena	2,7	Santos	1,4
Marília	0,9	S.J. dos Campos	1,3
Ourinhos	1,2	Sorocaba	3,1
Tupã	3,0	Tupã	1,8
Outros Estados			
Minas Gerais	2,7		
Paraná	31,2		
Reg. Centro-Oeste	14,6		
Reg. Nordeste	5,5	Outros Estados	33,2
TOTAL IMIGRANTES	49.356 (100,0%)	TOTAL EMIGRANTES	106.175 (100,0%)

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 1980. Tabulações Especiais.

De fato, pelas informações obtidas é possível observar que dos 26 municípios que compõem a Região, apenas 9 (Caiuá, Indiana, Pirapozinho, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó e Teodoro Sampaio) apresentaram um saldo positivo (maiores ganhos que perdas) nos intercâmbios populacionais internos na década de 70. E não é surpreendente que dentre estes municípios, aqueles dois com maiores ganhos sejam justamente os centros mais desenvolvidos da Região: Presidente Prudente e Presidente Epitácio. Quanto aos outros sete, com exceção de Pirapozinho, os ganhos são bastante pequenos; algo parecido se repete para a maioria dos outros 17 municípios que apresentam, em geral, perdas populacionais nas trocas internas. Estes resultados não só apontam para a atração exercida por algumas cidades, como também sugerem um alto grau de rotatividade da população dentro da Região.

Esta série de informações são bem ilustrativas de como a Região de Governo de Presidente Prudente vinha se caracterizando como uma área de elevada evasão populacional. Entretanto, como já se constatou através dos dados preliminares do Censo de 91, nos anos 80 parece que, se não ocorreu uma inversão desta tendência, no mínimo houve um arrefecimento da mesma, em consequência de alterações

que já vinham ocorrendo nesta região. A seguir procurar-se-á apontar um conjunto dessas mudanças, identificadas através de observações e entrevistas realizadas com instituições e pessoas da área.

ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES SOBRE A DINÂMICA MIGRATÓRIA

Ao que tudo indica, os anos 80 trouxeram uma série de mudanças para a Região de Governo de Presidente Prudente, principalmente, no que diz respeito à sua dinâmica migratória. O que se pretende neste item é mostrar quais foram estas mudanças, qual seu alcance e suas limitações.

Atividade urbano-industrial: o elemento coadjuvante

Ao analisar a composição da PEA dos 26 municípios da Região de Presidente Prudente, percebe-se que na maioria deles, ou seja, em mais de 60%, a participação no setor agropecuário superou os 50%, chegando em muitos casos (10 municípios) a ser maior que 70%, no ano de 1980.

Esta característica, tão importante para entender a dinâmica demográfica regional (fundamentalmente a migratória), não fica muito evidente quando se consideram os dados agregados. De fato, para a região como um todo, encontra-se 30,7% da PEA dedicada às atividades agropecuárias, cifra elevada para a média do Estado (11% da PEA está ligada ao setor) que, contudo, não reflete o caráter eminentemente agrícola da população de grande parte dos municípios.

A razão deste comportamento é a existência na área de alguns centros urbanos mais desenvolvidos, destacando-se o Município de Presidente Prudente que, em 1980, respondia por mais de 32% da população regional, ao mesmo tempo que exerce o papel do grande centro de comércio e serviços da região inclusive extrapolando sua influência para o norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul.

No caso deste município não há como negar que o setor terciário é uma das principais atividades, sendo responsável por grande parte do crescimento local e regional. Em vários depoimentos recolhidos fica clara a primazia deste setor e sua abrangência:

> *"[...]se você pensar em termos de centro, tem um centro de medicina que atende a região até norte do Paraná e leste do Estado de Mato Grosso. Nós temos aqui um comércio forte que abastece a região, nós temos aqui uma gama de prestação de serviços da área de direito, da área da própria estrutura administrativa da cidade. Por ser um centro de uma região administrativa, ele absorve muitos serviços que seriam da Região para própria cidade [...]".* (N.R., Sindicato Patronal da Construção Civil).

Esta característica de Presidente Prudente reflete-se no grau de urbanização do Município que, em

1980, ultrapassava os 94%, fazendo com que este se consolidasse como o maior centro de atração da população regional.

Uma outra característica a ser ressaltada é o surgimento de municípios que tendem a assumir a função de dormitórios, para uma população que trabalha em Presidente Prudente. Este fato deve-se, sobretudo, à baixa capacidade de inserção da população em idade ativa no mercado de trabalho destes municípios vizinhos ou próximos e, também, ao alto preço dos aluguéis aliado ao "déficit habitacional" de Presidente Prudente.

Isto faz com que um grande volume de trabalhadores se desloque diariamente de um município para o outro, configurando assim o que se chama de migração pendular.

Este tipo de deslocamento populacional foi detectado em várias entrevistas realizadas na Região, tanto nas institucionais quanto nas domiciliares, que de certo modo, tendem a se completar:

> *"[...] nós temos empresas agora que veio pra terminar a construção do Shopping então ela tem pego mão-de-obra na Região e nas cidades vizinhas aqui perto: Marabá, Pirapozinho, Álvares Machado, Presidente Bernardes, então Prudente tem servido para absorver a mão-de obra parada em outras regiões".* (A.M., Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil e do Imobiliário).

> *"[...] eu moro na cidade vizinha aqui, chamada Alfredo Marcondes, hoje as grandes construtoras estão pegando em média 200 pessoas por dia para trabalhar. Olha só, só Alfredo Marcondes, uma cidadezinha com 5.000 habitantes contribui aqui com Prudente com 200 pessoas por dia".* (L.A.Z., Escritório Regional de Planejamento).

De outra forma, no discurso dos entrevistados, a pendularidade surge como uma necessidade de sobrevivência e, na medida em que relatam o fato de terem que se locomover diariamente entre municípios para trabalhar, suas falas tendem a confirmar a posição de centro urbano de Presidente Prudente.

> *"[...] é o único meio que eu tenho, aqui em Machado não tem emprego".* (O.L.A.F., Ajudante Geral).

> *"[...] compensa, porque eu preciso trabalhar para sustentar minha família e é lá que eu tenho trabalho".* (J.A., Ajudante Geral).

> *"[...] morar em Prudente não dá... Pagar o aluguel de lá de que jeito? É mais caro".* (M.O., Trabalhador Rural).

Outra característica presente na dinâmica migratória do Município de Presidente Prudente, e que

reforça seu papel de centro regional, diz respeito à presença do migrante itinerante que vem em busca não somente de emprego, mas também de assistência médica e/ou financeira. Quanto a este tipo de migrante, as informações levantadas junto à Secretaria da Promoção Social (SEPROM) dão margem a encarar o fenômeno como algo relevante, merecendo, portanto, um estudo mais aprofundado que foge ao escopo deste trabalho.

Outros municípios também poderiam ser mencionados, onde as atividades urbanas são bastante dinâmicas, apesar de apresentarem níveis e abrangências bem menores que em Presidente Prudente. Casos como Presidente Venceslau e Presidente Epitácio, que perfazem cerca de 14% da população regional, foram dos poucos que tiveram o crescimento populacional positivo na década de 70, podendo ser incluídos no rol das áreas bastante urbanizadas; respectivamente, as porcentagens de pessoas que viviam nas cidades atingiam já em 1980, 89% e 79%.

Estas áreas contam com um setor terciário bastante diversificado, principalmente em Presidente Epitácio que, aparentemente, tende a ser, depois de Presidente Prudente, a área de maior potencial de desenvolvimento da Região. Isto se deve à existência de uma hidrovia (no Rio Paraná), à sua proximidade com Mato Grosso do Sul, ao seu potencial agrário proporcionado pela boa qualidade de suas terras e, até mesmo, devido ao seu potencial turístico.

É claro que a existência de alguns centros urbanos importantes, por si só, não justifica totalmente os números encontrados para a PEA alocada nas atividades agropecuárias. Não se pode perder de vista que, embora de forte tradição agrícola, a população regional desde os anos 60 e, fundamentalmente nos anos 70, vem sendo obrigada a deixar o campo em direção à cidade, em busca de alguma alternativa na mesma região ou, preferencialmente, em outras áreas mais longínquas.

> *"[...].porque não tem terras para ele, ninguém quer arrendar para ele porque é pequeno agricultor [...] o fazendeiro não quer arrendar para ele, porque é claro que ele vai lutar para vim [sic] com a família e o fazendeiro se tem 100 alqueires de terra pra arrendar, em vez dele arrendar para um cara só que fica fácil dele sair, ele não arrenda prá 10, porque ele vai botá 10 famílias lá dentro e fica difícil pra saí [...] então ele não se interessa, é por isso que existe esta migração de trabalhadores rural ... porque ele não tem roça pra trabalhar e muitos se encontram na periferia da cidade em situação precária [...]".* (S.S., Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio).

Declarações, como a anterior, se repetiram em muitas das entrevistas realizadas, algumas das quais deverão ser mencionadas no decorrer do texto. O importante a resgatar é que a atividade urbana em muitos municípios mostrou-se como a única possibilidade concreta de emprego, sobretudo em

momentos de entressafra, onde o boia-fria deixa de contar com a já escassa demanda por mão-de-obra do setor rural.

Esta realocação de mão-de-obra do rural para o urbano, na entressafra, já foi objeto de estudo em outros trabalhos específicos (D'INCAO, 1983; SEPLAN/CAR, 1978), sendo esta tendência também confirmada no decorrer das entrevistas. Veja, por exemplo, o que dizem dois Presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente:

> *"[...] na época do pico da lavoura ele vai para a lavoura. Acabou ele vem para a cidade. Ele é remendão, pedreiro, servente, faz muro, uma calçada, é a construção civil que emprega este pessoal, e as mulheres trabalham como babá ou como doméstica".* (J.A., Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente).
>
> *"[...] agora aqui na região isto acontece porque existe falta de mão-de-obra na construção civil, chega a época do algodão então eles valorizam a mão-de-obra*". (A.M., Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil e do Imobiliário).

Neste sentido, torna-se imprescindível avaliar, juntamente com as características urbanas, a situação do setor industrial na economia da área em questão. Como já se adiantou na introdução, a indústria na Região é ainda bastante incipiente e completamente ligada à transformação das matérias-primas produzidas na área. Este fato já representa uma limitação ao seu crescimento, na medida em que o reduzido número de insumos disponíveis não possibilita uma maior diversificação e transformação do perfil do parque industrial. Não havendo assim, perspectivas (e, de fato, não se pode vislumbrá-las nas entrevistas) de mudanças significativas a curto e médio prazo.

Não há como negar, entretanto, a importância das indústrias existentes no âmbito dos municípios.

Este é o caso, por exemplo, do Município de Presidente Prudente que apresenta o maior número de indústrias da Região. Em levantamento realizado em 1984, o Município contava com 202 indústrias, sendo predominante as indústrias dos setores de alimentos. É necessário ressaltar, que apesar de possuir o maior parque industrial regional, o porte das indústrias de Prudente é bastante pequeno, sendo que em 75% de suas indústrias o quadro de pessoal varia entre 5 a 20 funcionários (SPOSITO, 1987).

Os depoimentos obtidos também apontam para a relevância dessa atividade em outras áreas, como é o caso, por exemplo, de Presidente Epitácio onde uma única indústria, o Frigorífico Bordon, gera mais de 3 mil empregos diretos. Na verdade, a quantidade de empregos gerada pela indústria, apesar de sempre lembrada, não supera as alusões sobre seu impacto na arrecadação e, sobretudo, no desenvolvimento global do município.

> *"Então, nós temos uma fábrica de gelatina...que vai entrar em funcionamento o ano que vem; 240 empregos. O número de empregos não é significativo mas vai fazer 100 toneladas/mês de gelatina pura, quer dizer, vai ajudar muito na arrecadação de ICM".* (A.Q.C., Prefeito de Presidente Epitácio).

> "*[...] quando você diz: a indústria de curtume. Mesmo quando ela não gera uma demanda direta, ela gera uma demanda de serviços [...]. De apoio prá ele, certo? Isso dá muita vitalidade à cidade [...]. Então esse efeito (de criar demanda por serviços) que a indústria traz é que é importante".* (E.S., ex-Prefeito de Santo Anastácio)

Com relação ao setor da construção civil, este é o tipo de atividade que tem sua maior expressividade nos mais importantes centros urbanos da Região. Assim, além de proporcionar o aumento da oferta de emprego para a população urbana local, serve também, como já foi dito, de alternativa para os trabalhadores rurais na época da entressafra. Vale ressaltar, entretanto, que a maior absorção de mão-de-obra pela construção civil, encontra-se na área do Pontal do Paranapanema, onde a construção das Usinas Hidrelétricas atrai um número bastante significativo de trabalhadores para a Região.

Deste modo, qualquer que seja a indústria, o que se percebe é que será muito bem-vinda e que seu efeito (bastante limitado dado o perfil das mesmas) pode ser importante em um contexto de economia incipiente, como é o caso da maioria dos 26 municípios da Região de Governo de Presidente Prudente. Seu impacto poderá afetar até mesmo a dinâmica migratória local, no sentido de que o surgimento de uma nova atividade que gere empregos (por menos que sejam) e renda acarretaria um aumento do potencial de retenção que, como se sabe, é bastante reduzido.

A necessidade e, principalmente, o "desejo" de que mais indústrias venham se instalar na Região é uma constante nos depoimentos prestados. Entretanto, o que se percebe é que não há grandes perspectivas de que isso realmente venha a acontecer. Na maior parte dos municípios a questão industrial está permanentemente presente, contudo, percorre-se um longo caminho entre a vontade explícita e as condições objetivas de efetivação dos vários projetos existentes. Um exemplo bastante ilustrativo dessa situação encontra-se no seguinte depoimento:

> "*[...] essa administração, agora essa prefeitura, ela tem o objetivo de estar urbanizando, de estar industrializando, inclusive está abrindo um distrito industrial, tá trazendo coisa pra cá, então tem aquele* suporte". (S.G., Prefeitura de Tarabaí).

Perguntado sobre que tipo de indústria estaria sendo trazida a resposta foi:

> *"Bom, o momento está prá ser discutido né! Fazer uma proposta, um projeto prá estar discutindo. Está aberto para qualquer tipo de indústria...o prefeito pretende estar dando alguma vantagem para quem se instalar aqui*". (S.G., Prefeitura de Tarabaí)

> Ou seja, a indústria no caso de Tarabaí é ainda um "projeto" e existe somente no nível da "intenção" do executivo. Certamente, não basta oferecer vantagens para que este projeto venha a se concretizar, até porque outros municípios têm as mesmas intenções.

> *"[...] enquanto nós estivermos na prefeitura nós damos o maior apoio, abrimos terreno, isentamos de impostos municipais, nós participamos talvez da construção de alguma indústria [... "* (N.R., Prefeito de Teodoro Sampaio).

O que ocorre na verdade, é que a Região, exceto algumas áreas, não conseguiu atrair grandes investimentos do setor secundário até o momento e, pelo visto, a reversão desse quadro dependerá não somente de uma reforma profunda no setor agrário - já que parece ser por aí as possibilidades de desenvolvimento industrial - mas, também, de uma grande articulação política no sentido de incorporar esta área ao processo de descentralização industrial do Estado de São Paulo.

O setor primário: a grande questão

> *"[...] normalmente o que mantém [população] quando não há indústrias, o que mantém são as propriedades [pequenas] rurais [...]".* (G.C., Político e Líder Rural de Teodoro Sampaio).

Nada melhor que uma frase como a citada acima para começar a discussão sobre o setor agropecuário da Região de Governo de Presidente Prudente.

Se há uma característica que possa resumir a situação do campo naquela Região, sem dúvida, esta seria a grande predominância da atividade pecuária e, por conseguinte, a elevada concentração da terra.

A pecuária ocupava em 1980 mais de 76% da área dos estabelecimentos agropecuários da Região e cerca de 73% da área total da mesma. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1000 ha, que representavam 2,5% de um total de 13.880 estabelecimentos, respondem por mais de 45% de toda área ocupada. Esta cifra aumenta ainda mais quando são consideradas as propriedades com mais de 500 ha; neste caso, apenas 5% de todas elas englobam 63% da área total ocupada.

Esta grande concentração de terra fica também explícita em alguns depoimentos, como o que se segue. Este apresenta cifra sobre uma das áreas mais (senão a mais) férteis da Região, as barrancas do Paranapanema, localizada na sua porção sul, que faz divisa com o Paraná.

> *"[...] é a melhor terra que temos na região. Então, aqui tem um potencial de terra fabuloso...é que as propriedades são grandes [...] O Sr. J.G. tem 12.000 há aqui, o vizinho dele tem mais 12, então quer dizer, são 24.000 hectares em duas propriedades".* (E.S., ex-Prefeito de Santo Anastácio).

As razões destas características, que atuam no sentido de restringir o desenvolvimento agrícola da Região e, por conseguinte, bloquear uma das saídas para os seus problemas demográficos, podem ser entendidas a partir de alguns aspectos referentes à trajetória histórica do setor primário.

Muito já foi dito a esse respeito (MULLER, 1985; D'INCAO, 1983; FUNDAÇÃO SEADE, 1980; SEPLAN/CAR, 1978), contudo, vale a pena apresentar algumas passagens que esclarecem as especificidades da área em estudo.

A malha fundiária da Região de Presidente Prudente viu-se profundamente modificada em duas oportunidades: a primeira, por ocasião da crise do café que implicou, nas décadas de 30 e 40, na desagregação das grandes e médias propriedades nas quais se desenvolvia esta cultura, fundamentalmente, via arrendamento e surgimento de novas pequenas propriedades para o cultivo do algodão, matéria-prima altamente valorizada na época; a segunda, na decadência do cultivo, primeiro do algodão (década de 50) devido ao surgimento da fibra sintética e, depois, do amendoim (década de 60), que foi prejudicado pela maior produtividade representada pela soja, que não podia ser cultivada eficazmente na área devido à sua topografia.

É este segundo momento, de transformação na estrutura fundiária, que interessa para efeitos deste estudo:

> *"[...] essas alterações a partir do aparecimento das fibras artificiais, do surgimento da soja, etc., vai novamente mexer com a malha fundiária regional e nesta fase de alteração, os terrenos, onde já haviam sidos cultivados 20 ou 30 anos os produtos anuais, já não mais suportavam grandes produções. Então, tanto os arrendatários como os pequenos proprietários estavam notando que a produtividade já não era a mesma de 10 ou 15 anos atrás [...] Por outro lado, como era difícil a exportação, as indústrias compravam a quantia que queriam, pagavam da forma que queriam; os preços mínimos estabelecidos pelo governo sacrificavam muito os plantadores. Isso foi fazendo com que se desinteressassem cada vez mais pelas lavouras da região de baixa produtividade...na medida que o solo vai se cansando, vai perdendo suas propriedades de fertilidade, então as plantas...vão ficando suscetíveis ao aparecimento...de doenças. E prá isso, o agricultor vai precisando cada vez mais adubar o solo, usar herbicidas, etc., e vai gastando cada vez mais...então ele vai se desinteressando com facilidade e então vão surgindo os estabelecimentos de gado [...]".* (J.F., Departamento de Geografia Humana, UNESP).

É claro que o gado já existia na Região; até porque existem aqueles que defendem que a área

tinha a tradição pecuarista trazida pelos mineiros, em boa parte responsáveis pela sua colonização. Entretanto, a par das especulações, o que fica claro é que houve um grande processo de anexação das áreas de agricultura àquelas de criação de gado, que se iniciou já em fins da década de 50, fruto do desinteresse do pequeno produtor, já mencionado, e das boas perspectivas do setor de gado de corte, com relação aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo.

A mudança para pecuária não alterou somente o quadro rural, teve também efeitos pronunciados na dinâmica urbana, com o fechamento de várias fábricas de transformação de algodão e amendoim. Veja, por exemplo, este depoimento:

> *"[...] começa em 1938 a se instalarem as indústrias compradoras de algodão na área e, no mesmo ano, as indústrias moedoras de grão de algodão prá extração de óleo...Prudente chegou a ter quatro delas, fora as máquinas em Rancharia, Martinópolis, Regente Feijó, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Álvares Machado [...]".* (J.F, Departamento de Geografia Humana, UNESP).

Mais adiante, na entrevista, se comenta sobre o destino destas fábricas.

> *"Mas a grande indústria de óleo da Região mudou-se daqui, todas elas estão fechadas, salvo uma de Rancharia...só aqui em Presidente Prudente nos últimos cinco anos fecharam três delas **[...]**".* (J.F., Departamento de Geografia Humana, UNESP).

Para entender o perfil agropecuário da Região de Governo de Presidente Prudente seria de muito interesse considerar o seguinte depoimento:

> *"Se você pegar a história da Região, a gente vai ver que, infelizmente, nós caminhamos da forma mais inadequada possível mas, não por causa do agricultor, mas sim por alguns fatos que independiam da vontade dele. Quando a Região deveria acompanhar o resto do Estado, foi a partir de 1955, por aí [...] nós tivemos uma praga chamada "cancro cítrico" que praticamente impediu a entrada de culturas permanentes, e é uma região que tem todas as características para ter cultura permanente [...] Então isso bloqueou um crescimento regional típico de Rio Preto [...] Isso para nós em termos regionais foi um desastre e é um desastre até hoje [...] a temporária [cultura] nunca deveria ser feita aqui nessa região. Mas, no entanto, nós entramos tarde no ciclo do café [...] o tipo de colonização que foi feito, por exemplo, Alfredo Marcondes, Santo Anastácio, Presidente Bernardes, ainda foi uma colonização baseada em vinda de migrantes. Daí pra frente, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio não foi, porque aí foi uma colonização muito mais urgente, interessada em madeira; era o madeireiro que vinha aqui e em seguida ele não tinha produção agrícola e ía pro pasto: da floresta pro pasto, certo?".* (E.S., ex-Prefeito de Santo Anastácio).

Ou seja, a pecuária não se tornou hegemônica somente devido a um perfil agrícola pouco

diversificado baseado no algodão e amendoim, mas também parece ter contribuído para isso a impossibilidade de se implantar com sucesso novas atividades de caráter permanente e mais rentáveis que, como se sabe, contribuíram para dinamizar outras zonas do Estado.

Do mesmo modo é importante frisar que o caráter pouco diversificado da produção agrícola regional, foi um elemento fundamental para explicar a crise pela qual passaram os produtores rurais.

> *"[...] se você viver de milho e algodão, você não subsiste; são lavouras caras, de custo alto, que numa área pequena não dá retorno, então tem que ter diversificação [...]".* (S.A.Q.C., Prefeito de Presidente Epitácio).

Este quadro repercutiu em condições nada favoráveis ao pequeno produtor rural que sofreu, principalmente na década de 70, um processo de pauperização que, na falta de uma política agrária adequada, tornou-se bastante grave. Assim, o homem do campo, em alguns casos, descapitalizou-se completamente e, em outros, nem sequer teve acesso a um pedaço de terra onde pudesse desenvolver sua lavoura.

> *"Realmente na década de 70, nóis possuia [sic] um grande número de trabalhadores rurais... no decorrer desta década foi surgindo as novas leis, o Estatuto da Terra de 64, é claro, surgiu em 64, mas o povo foi ter um conhecimento na década de 70 e isso fez com que os proprietários rurais fossem se desinteressando pelos mini e pequenos produtores rurais...então foi havendo muitos conflitos, os grandes proprietários se preocuparam com o Estatuto da Terra e até hoje eles se preocupam. Então foi dado aí, em 70, o grande exôdo rural, os pequenos sitiantes foram vendendo suas propriedades rurais para vir procurar dias melhores nos grandes centros comerciais, e a parceria agrícola e o arrendamento rural foi terminando e passando ser bóia-fria estes trabalhadores rurais".* (J.A., Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente).

O que é importante resgatar do depoimento anterior é a alusão aos efeitos do Estatuto da Terra que, embora objetivassem beneficiar o trabalhador rural, acabaram por criar outro problema, na medida que desestimularam o arrendamento, bem como a referência à situação crítica do pequeno proprietário. Quanto a este último aspecto vale ressaltar as principais dificuldades quanto ao acesso ao crédito bancário, uma política de preços mínimos, assistência técnica etc. Veja, por exemplo, o depoimento de dois pequenos produtores:

> *"[...] as coisas começou [sic] a ficar difícil, juro bravo para financiamento, precisava arrumar endossante, senão arrumasse endossante não fazia financiamento. Então começou este tipo de problema de muito poucas pessoas queriam endossar a gente no banco".* (E.G.B., Agricultor).

> *"[...] a tendência a partir de agora é trabalhar mais com o gado, pois os juros estão muito alto e está um risco muito grande trabalhar com a agricultura, o gado dá menor trabalho e é mais garantido o retorno".* (J.L.A., Agricultor).

> *"[...] você sabe bem, hoje da maneira que estão querendo fazer financiamento com juros de 30, 35, 40% não existe nada no mundo que venha cobrir este juros [...] então se não existir um subsídio para que o agricultor possa produzir e tratar de sua família na agricultura ele é obrigado a abandonar, como esta acontecendo no meu município".* (N.R., Prefeito de Teodoro Sampaio).

Em meio a todas estas condições desfavoráveis é que surge na Região a figura do boia-fria, trabalhador volante sem vínculos empregatícios estáveis, sem funções e locais de trabalho definidas e, sobretudo, de baixa renda. Para sobreviver alterna suas atividades entre o campo (geralmente safra de cana, algodão, feijão etc.) e a cidade (serviços e biscates) onde, por não ter outra possibilidade, vive nas periferias mais pobres e desestruturadas.

> *"O boia-fria é a figura do arrendatário que não conseguiu ir para São Paulo, nem pro Norte do Mato Grosso, nem prá Amazônia [...] Ele era muito descapitalizado e não chegou a nenhum rendimento, nenhum capital para poder mudar-se da área na época da grande transformação da área para a pecuária. Então ele começou a se instalar nas cidades maiores, mas, sobretudo, em Presidente Prudente [...] Esses moradores ficaram durante um período variável de 1 a 2 anos se adaptando aos serviços urbanos [...] e alguns continuaram trabalhando na área rural...nós verificamos que em alguns bairros de Prudente, cerca de 28% da mão-de-obra, ainda trabalha na área rural [...]".* (J.F., Departamento de Geografia Humana, UNESP).

É claro que os boias-frias não vivem apenas em Presidente Prudente, mas encontram-se distribuídos, guardadas as devidas proporções, por toda Região. Moram sempre nos centros urbanos que, neste caso, desempenham o papel de verdadeiros alojamentos, a partir dos quais é recrutada a mão-de-obra necessária para algumas etapas do ciclo agrícola. A força de trabalho aí alocada nem sempre é aproveitada no próprio município, e não é nada incomum que os trabalhadores tenham que se deslocar além dos seus limites para conseguir alguma atividade durante o dia.

> *"[...] é porque não tenho condições de morar em outro lugar. A vila que boia-fria [Presidente Prudente] tem que morar é só aqui, porque em outro lugar não* dá". (J.L.A., Trabalhador Rural).

> *"[...] eu nasci em Presidente Epitácio então resolvi tentar, mas chegando aqui foi a maior decepção, não tem campo de trabalho de jeito nenhum, é só na roça mesmo"*. (O.M.,

Trabalhador Rural).

O boia-fria não é apenas o pequeno produtor, mas também proprietário. Alguns depoimentos evidenciam a transformação do pequeno proprietário em trabalhador volante, como estratégia familiar para completar a renda.

> *"[...] tem muitos deles [pequenos proprietários] que são só agricultores mesmo [...] e outros também tocam uma pequena área de terra e nas entressafras fazem outros serviços na roça mesmo"*. (M.M., Associação dos Pequenos Agricultores de Trabalho).

Em suma, a trajetória da população rural na Região ou, mais precisamente, do pequeno produtor (proprietário ou arrendatário) que chegou a ser, em termos quantitativos, uma figura relevante na área, tem sofrido desde fins dos anos 50 uma série de abalos que implicou em uma transformação radical no perfil agrário regional, tornando-o eminentemente pecuário.

A descapitalização do homem no campo, a não disponibilidade de terras para arrendar, a falta de incentivos, assistência técnica e diversificação, a má remuneração da agricultura e, finalmente, a carência de oportunidades nos centros urbanos regionais foram fortes motivadores de uma grande mudança nas características migratórias da área. Esta passa a ser uma das maiores zonas de evasão populacional do Estado. Por esse motivo, a taxa de crescimento populacional acima de 4,0% a.a. na década de 40 viu-se nas três décadas seguintes reduzida a ponto de provocar um decréscimo no volume da população, no período 70/80.

A situação na década de 80: a ação estatal, a diversificação agrícola e a recuperação demográfica

Um aspecto que foi apontado em quase a totalidade das entrevistas realizadas, refere-se à recuperação demográfica que apresentou a Região de Governo de Presidente Prudente, na década de 80, em comparação aos decênios anteriores. Parece não haver dúvida que a Região não mais perdeu população nos níveis em que vinham acontecendo nos anos 60 e 70. Contudo, não foi possível estabelecer a dimensão deste processo e, muito menos, chegar a uma conclusão definitiva se a área no seu conjunto deixou de apresentar saldos migratórios negativos. Dentre os depoimentos destaca-se:

"[...] eu acredito que a população rural da Região tenha continuado a migrar para outras áreas, sobretudo dos municípios mais antigos...porque não houve nessa área rural um motivo agrícola importante que fizesse com que pensasse de forma diferente[...]".

Mais adiante, contudo, o entrevistado relativiza o comentário anterior:

> *"[...] a Região já não está perdendo aquela quantidade de população rural como perdeu na década de 60 e 70; não perdeu porque o que tinha de perder, praticamente já perdeu"*. (J.F., Depto. de Geografia Humana - UNESP).

Fica claro, nesse depoimento, não só a certeza da diminuição da evasão populacional, como também a alusão a uma hipótese relevante para qualquer análise que tente explicar a dinâmica migratória regional, ou seja, a diminuição no estoque populacional desta área. A Região de Governo de Presidente Prudente, em décadas anteriores, perdeu um número tão significativo de população, que parece ser difícil que ela continue expulsando na mesma intensidade. Considera-se esta proposição importante já que, embora possa não ser o único determinante - e de fato, não é - trata-se de um elemento relevante na explicação, a qual, sem ele, pode-se incorrer em equívocos ao atribuir, por exemplo, esta recuperação a um presumível desenvolvimento econômico que, no caso, não parece ter ocorrido com uma intensidade relevante.

Assim, ainda que com discursos diferentes, a maior parte das entrevistas apontou para uma mudança na dinâmica demográfica regional. Por exemplo, é clara a semelhança de posições entre a entrevista apresentada anteriormente e a realizada com um político da Região:

> *"Aquele surto de fuga daqui já acabou e agora começa a tarefa de recuperação. Eu acho que vai demorar muito para a gente conseguir retornar àqueles números anteriores para depois voltar a crescer".* (G.A., Político da Região).

Uma outra característica da dinâmica demográfica da Região de Governo de Presidente Prudente, na década de 80, e que já se verificava nos anos 70, refere-se à mobilidade entre as regiões ou estados limítrofes, bem como aos movimentos intrarregionais.

De modo geral, as entrevistas domiciliares tenderam a confirmar supostos levantados em trabalhos anteriores, sobre as especificidades do processo de distribuição e redistribuição da população em regiões de fronteiras (CUNHA e RODRIGUES, 1989). Sabe-se que a Região de Governo de Presidente Prudente faz fronteiras ao sul com o Estado do Paraná, e ao norte com o Estado do Mato Grosso do Sul, e, neste sentido, a divisão política-administrativo é meramente um limite institucional. A mobilidade entre um estado e outro deve fazer parte de um mesmo processo de inserção da referida Região de Governo dentro da divisão social e espacial do trabalho em uma área mais ampla que extrapola o Estado de São Paulo.

Nos levantamentos domiciliares realizados, com a população daquela Região, pôde-se verificar através das trajetórias de migração dos entrevistados que municípios como Nova Andradina (MS), Anaurilândia (MS), Querência do Norte (PR), Nova Londrina (PR), São João do Caiuá (PR), Inajá (PR), Paranapoema (PR), dentre outros, se repetem como local de passagem destes migrantes. São na grande maioria municípios vizinhos ao Estado de São Paulo, onde as únicas "barreiras" existentes são os rios Paraná e Paranapanema. Isto acontece tanto nos municípios paranaenses, quanto nos municípios localizados no Mato Grosso do Sul.

Estes municípios não se diferenciam muito da maioria daqueles pertencentes à Região de Governo de Presidente Prudente. Geralmente, são municípios com baixo grau de urbanização e com atividades voltadas predominantemente para o setor primário, estando a maioria da PEA vinculada a este setor. Isto resulta que o tipo de oportunidade de inserção desta população no mercado de trabalho não se diferencie muito do quadro que caracteriza a Região de Prudente, ou seja, uma reduzida oportunidade de emprego no setor urbano, juntamente com a sazonalidade agrícola.

Através das trajetórias migratórias dos entrevistados pode-se confirmar, também, uma grande mobilidade destes migrantes dentro da própria Região. A maioria dos entrevistados apresentam mais de uma passagem pelos municípios da Região, sejam eles migrantes naturais da Região, migrantes de outras regiões do Estado de São Paulo, ou migrantes de outros Estados. Assim, a partir das entrevistas domicilia responde-se notar que, do total dos migrantes, 44,5% registraram em sua trajetória pelo menos três passagens por municípios da Região. De outra forma, se considerarmos os municípios circunvizinhos e/ou próximos a esta Região, este percentual eleva-se significativamente.

Enquanto em algumas áreas, como os grandes centros urbanos (Presidente Prudente, Presidente Epitácio etc.), a tendência de crescimento populacional e mesmo da imigração (principalmente inter-regional) é visível e até justificável, em outras o quadro não é tão evidente, o que dificulta uma maior definição sobre os rumos seguidos pela Região em termos migratórios. É bastante provável, por exemplo, que outros municípios como Estrela do Norte, Sandovalina, Narandiba, Santo Expedito, Caiuá etc., não tenham revertido significativamente as tendências apresentadas nas décadas anteriores, a não ser pelo fato de que o estoque populacional já era bem menor nos anos 80. Também é sabido que municípios como Álvares Machado, Tarabaí, Regente Feijó e Pirapozinho, pela proximidade com Presidente Prudente, devem ter experimentado crescimento expressivo na década de 80. Vale a pena lembrar que, apesar de ser um fenômeno ainda nascente na Região, estas áreas já apresentam características de cidades dormitório com relação à Presidente Prudente. Finalmente, no município de Teodoro Sampaio (o maior

em área do Estado), tudo indica que os anos 80 foram marcados por uma profunda transformação econômica, social e demográfica, que por sua magnitude, pode ter repercutido na dinâmica migratória da Região como um todo.

De fato, os dados preliminares do Censo de 1991, analisados anteriormente (Tabela 3) apontam exatamente nesta direção, confirmando as observações realizadas no momento da pesquisa de campo.

São aspectos referentes a estas transformações - que no fundo foram das poucas ocorridas na Região - que serão brevemente analisados a seguir.

Obras públicas e "Reforma Agrária": efeitos conjunturais e estruturais

Ainda que praticamente restrito ao Município de Teodoro Sampaio, localizado no que se costuma chamar de Pontal do Paranapanema, dois eventos ocorridos na década de 80 repercutiram sobremaneira na dinâmica presente na Região: a construção de três barragens pela CESP (duas no Paranapanema - Taquaruçu e Rosana e uma no Rio Paraná - Porto Primavera) e a implementação dos projetos de assentamento e reassentamento.

No caso das barragens que começaram a ser construídas em 1979, pode-se dizer que seus efeitos deram-se em dois sentidos: o primeiro deles, no desenvolvimento, inicialmente, do centro urbano de Teodoro Sampaio e, depois, do Distrito de Rosana (atualmente município), que antes da obra era uma área eminentemente rural.

> *"Teodoro Sampaio antes da chegada da CESP era um povoado insignificante [...] não havia nenhuma rua pavimentada [...] Escolheu-se Teodoro Sampaio por estar próximo de uma das usinas [Taquaruçu] como ponto de instalação de suas vilas de funcionários [...] Então, Teodoro Sampaio inchou, cresceu, instalaram-se agências bancárias, surgiram supermercados [...]".* (J.F., Depto Geografia Humana, UNESP).

> *"[...] eu cheguei em Rosana em 56, o Município como um todo [...] era todo mato...existiam fazendeiros que arrendavam terra [...] nosso município era uma riqueza. Aí a demanda do capim foi vindo [...] essa foi uma demanda de 60 até 70/75, aí deu uma esvaziada de gente [...] quando começou essas obras [as barragens] [...] começou uma explosão aqui no Pontal [...] foi uma época que foi investido muito, muito dinheiro [...] a notícia correu, aí atraiu gente demais"*. (N.R.S., Prefeito de Teodoro Sampaio).

O perfil do Município de Teodoro Sampaio transformou-se profundamente, sobretudo, em termos populacionais. Por mais que a diminuição da velocidade das obras, a partir de 1984, tenha interferido no crescimento proporcionado inicialmente, não se pode negar que o número de habitantes incrementou-se consideravelmente:

> *"[...] de 82 prá cá praticamente triplicou a população do Município [...] nós estimamos em quase 70.000".* (G.C., Político da Região).
>
> *"Hoje no distrito de Rosana, entre Rosana e Primavera (dois centros, no mesmo distrito) temos 12.000 eleitores, multiplicado por 3 (a média de filhos estipulado pelo entrevistado) nós somos 36.000 habitantes".* (F.P.O., Líder Comunitário de Rosana).

Embora demasiado otimistas, as estimativas dos depoentes mostram a tendência ao crescimento do Município, que de 26 mil hab. em 1980 passa para cerca de 50 mil em 1991, segundo os dados preliminares do Censo.

Deve-se levar em consideração, também, que o Distrito de Porto Primavera foi planejado pela CESP, a fim de alocar os trabalhadores da usina. Na verdade, em lugar das barragens, a CESP possui como política habitacional, a prática de aproveitar as cidades vizinhas para distribuir seus funcionários. Entretanto, devido ao fato do Pontal e, também, da região sul do Mato Grosso do Sul, próximas à construção, não possuírem uma rede urbana capaz de acomodar um número elevado de mão-de-obra, a Companhia implantou o projeto "Porto Primavera".

Este projeto apresenta as mesmas características de um projeto anterior que resultou na criação da cidade de Ilha Solteira na Região de Andradina, entretanto, possui a vantagem de, através da experiência anterior, tentar não incorrer nos mesmos erros, de seu antecessor, tal como uma grande dependência do Estado e da CESP (LOURENÇO; CALDARA, 1989).

A construção das barragens, além de utilizar mão-de-obra da própria Região, condicionou a passagem de um número expressivo de pessoas pelo Pontal do Paranapanema, onde estas permaneciam por um tempo determinado. Grande parte destes migrantes, geralmente de outros estados e de outras regiões, forma um grupo específico de trabalhadores - os barrageiros.

Sabe-se que um número expressivo de pessoas acompanham as diversas empreiteiras nas suas obras em diferentes áreas, fazendo com que cada nova construção signifique um novo local para se morar. Seria interessante descrever um caso particular de um barrageiro em sua trajetória migratória, e que, na verdade, não é um caso particular, mas, provavelmente, a síntese de uma trajetória de um grupo de trabalhadores ligado aos grandes empreendimentos na área da construção civil.

Aos 17 anos, Z.R.G. começou a trabalhar como servente na construção de barragens no Município de Cachoeira Dourada (MG), e com 21 anos mudou-se para Belo Horizonte(MG) e foi trabalhar para a mesma empresa na construção de um túnel.

> *"Porque a firma que a gente trabalhava em Cachoeira Dourada terminou o serviço, aí pegou este serviço lá em Belo Horizonte e convidou nóis [sic] para ir com ela, fazer o serviço lá. Aí nóis [sic] foi".*

Em Belo Horizonte trabalhou como servente até que voltou para Cachoeira Dourada para se casar. Depois de casar-se mudou para Miguelópolis (SP), onde trabalhou como servente na construção de casas para outra empreiteira. Depois de três anos voltou para Cachoeira Dourada para trabalhar novamente com a mesma empreiteira, só que agora exercendo a função de armador. Mais três anos, acabou o trabalho mudando-se para Brasília (DF) acompanhando a empresa. Ficou somente dois meses, e não se adaptando ao lugar, voltou para Cachoeira Dourada, onde estava sua família. Em 1980, já trabalhando para outra construtora surgiu a possibilidade de trabalhar em Teodoro Sampaio (SP).

> *''Eu trabalhava com a firma lá né. Aí ela pegou esse serviço aqui. O encarregado chegou e disse: - preciso de três armador. Nóis trabalhava em 25 armador. - Quem interessava vir para Teodoro Sampaio prá fazer esse serviço prá firma? Aí eu topei. Ele disse: - Então vá. Vá prá casa combinar com sua família. Vem receber tudo certinho. Aí eu vim, morei 5 meses no alojamento, depois aluguei uma casa em Teodoro Sampaio e a firma trouxe a mudança prá mim"*.

Percebe-se, assim, que o vínculo destes funcionários se estabelece até o limite da aceitação e da existência de outro lugar para trabalhar, pois a recusa de transferência pode implicar no desligamento da empresa. Este "vínculo" extremamente "selvagem" pode ser constatado em várias entrevistas, a saber:

> *"[...] eu dependo do emprego, se a firma fizer uma proposta boa pro Mato Grosso ou para o Paraná eu tô com ela"*. (Z.R.G., Barrageiro).

> *"[...] terminando a obra aqui, ela [a empreiteira] transfere a gente para outro lugar [...] daqui 6 ou 7 meses a gente não sabe o que vai ser de nóis [sic]*". (J.R.B., Barrageiro).

> *"[...] vou voltar para Itumbiara [local de origem do entrevistado] por que a firma vai me dispensar".* (J.P.F., Barrageiro).

> *"[...] vamos. É o jeito né, se não vai eles mandam embora".* (R.S., Barrageiro).

Neste contexto de crescimento demográfico, aparece o outro lado dos efeitos das barragens. Como já se adiantou, o ano de 1984 foi marcado por uma desaceleração das obras, sobretudo, da barragem de Porto Primavera (a mais atrasada). Esta última, tinha como estimativa para este ano a utilização de cerca de 8.000 homens, tendo chegado, no entanto, a no máximo 5.000, sendo que,

atualmente (1989), opera com menos de 2.000. Este fato significou uma dispensa enorme de funcionários que quando não retornaram aos seus lugares de origem, engrossaram as fileiras do movimento dos sem-terra, que naquele momento ganhava força.

> *"Com a entrada do Governo Montoro, houve uma grande desaceleração da obra de Porto Primavera, aí houve um surto de desemprego muito grande...principalmente famílias oriundas desse noroeste do Paraná e as que não conseguiram, no retorno, se colocarem. Iniciam um movimento dos sem-terra que culminou com a invasão de uma propriedade da Região"*. (M.E., Projeto de Reassentamentos Agrícolas de Rosana e funcionário da CESP).

Dessa forma, os processos de assentamento e reassentamento contribuíram para consolidar o setor agropecuário, como aquele que possibilitava a maior oportunidade de trabalho para a população regional. Conforme exposto anteriormente, estes assentamentos aconteceram concomitantemente com a diminuição do quadro de funcionários da empreiteira responsável pela concretagem do muro de uma das barragens da Região.

> *"Eu já tava desempregado há alguns dias e aí fiquei sabendo e vim*". (J.B.M., Assentado).

> *"Nessa época do pessoal vim [sic] todo prá pista eu estava desempregado. Teve uma revisão do pessoal da empresa e eu saí nessa e estava desempregado. O pessoal ia acampar aí me chamaram e eu vim"*. (R.G., Assentado).

> *"Porque a turma vinha pegar terra invadindo aí a fazenda, então eu vim também*". (J.P.S., Assentado).

Estes três depoimentos são de ex-funcionários das empreiteiras que prestavam serviços para a CESP, na Usina Porto Primavera, e, que viram na invasão de terras a oportunidade de continuar na Região e conseguir seu "pedaço de terra". Contudo, esse movimento não era formado exclusivamente por barrageiros.

A "notícia" da invasão se espalhou pela região fazendo com que agricultores desta e de outras áreas engrossassem o movimento.

> *"Eu tava tocando café e não tinha vencido o contrato. Faltava um ano. Deixei os meninos lá [Paraná] e vim prá cá*". (O.R.Z., Assentado).

> *"A necessidade que obriga o homem a investir em certo tipo de coisa. Nunca trabalhei de empregado, nunca dependi de emprego. Vivi toda a vida na roça da lavoura e aí surgiu o acampamento"*. (F.G.B., Assentado).

Esta invasão, aliás, foi o estopim do processo de reforma agrária realizada na Região onde mais de 1.000 famílias foram beneficiadas.

Antes, porém, de explicitar esta questão, deve-se frisar que a ação da CESP também se deu em outro nível, que foram os reassentamentos. Diferentemente dos assentamentos ligados à ocupação de terras, que serão tratados a seguir, este programa de assentamento, visava reacomodar a população que seria desalojada em função da construção das represas. Por um lado, este programa, em certo sentido, pode ter contribuído também para o crescimento demográfico da área, na medida em que pessoas dos outros estados vizinhos atingidos, também foram deslocadas para as áreas de reassentamento, primeiro em Presidente Epitácio (Lagoa São Paulo, 500 famílias) e depois, em Rosana;

> "*Na Gleba Rosana, Rosanela, com 140 famílias, a maioria das famílias vieram do Paraná e são recentes [...]*". (J.F., Departamento Geografia Humana, UNESP).

Por outro lado, também é possível que ao deslocar os oleiros e pescadores (pessoas não ligadas à agricultura) e ter nos lotes agrícolas a única forma de reacomodar essa gente (exceção feita aos proprietários legais que eram indenizados), os reassentamentos da CESP tenham contribuído para que esta população deixasse a Região. Por tudo isso, é muito difícil analisar o real efeito destes reassentamentos, embora, seja possível supor não ter sido importante.

Na verdade, o que se pode afirmar é que, independentemente da desaceleração das obras, o impacto das barragens foi decisivo no desenvolvimento das áreas próximas a elas. Até o momento, estão visivelmente presentes nas vilas de funcionários, no crescimento do comércio, na diversificação de serviços, enfim, na dinâmica urbana de uma área que antigamente sequer sonhava com tamanho crescimento.

Como já se mencionou, outro elemento que contribuiu em muito para o crescimento populacional da região do Pontal do Paranapanema está relacionado ao projeto de reforma agrária, que teve início em 1984, em função das ocupações de terras anteriormente mencionadas.

Este projeto, inicialmente implantado com o assentamento de mais de 500 famílias (ou seja, de 2 a 3 mil pessoas) numa área superior a 13 mil hectares, possibilitou a fixação na terra de aproximadamente 1.000 famílias na região. Além da Gleba 15 de Novembro em Teodoro Sampaio, a que se fez menção acima, também surgiram dois novos assentamentos; um neste mesmo município, a Fazenda Água Sumida, abrigando por volta de 120 famílias e o outro no Município de Marabá Paulista, Fazenda Areia Branca, que conta com cerca de 90 famílias.

É importante lembrar que no caso da Gleba 15, existem ainda cerca de 200 famílias instaladas no que se denomina "emergenciais" - pequenos lotes de 2 a 3 alqueires - onde esperam uma solução definitiva. Também segundo as informações obtidas, existem ainda 2.000 famílias (em geral boias-frias) inscritas à espera de novas terras que por ventura venham a ser desapropriadas. Da mesma forma, não se pode deixar de mencionar o assentamento Rebojo do Município de Estrela do Norte que, apesar de muito mais antigo que os demais, tem contribuído para a retenção de população.

Ressalte-se que, mesmo sem considerar os reassentamentos patrocinados pela CESP, que, como já se adiantou, devem ter contribuído de algum modo para o crescimento populacional, os assentamentos resultantes do processo de ocupação de terras significaram a possibilidade de acomodação de mais de 5 mil pessoas na zona rural, cifra que, se não é elevada, é bastante significativa para os padrões regionais.

O que parece mais importante resgatar é que mesmo sem contar com uma infraestrutura adequada para produzir, a população beneficiada mostra-se disposta a continuar residindo e trabalhando nesta área, o que significa uma possibilidade de retenção da população na Região.

> *"Pretendo. Daqui não vou sair não. Só quando Deus tirar. Melhor estraga".* (J.P.S., Assentado).

> *"Eu acho que aqui estou melhor do que qualquer outro lugar [...] a gente tem a terra para trabalhar e a vida aqui é uma vida".* (J.B.M., Assentado).

Por outro lado, a fixação do pequeno produtor no campo foi de grande importância para o crescimento urbano de alguns centros. É o caso, por exemplo, do Distrito de Euclides da Cunha - hoje já emancipado - do Município de Teodoro Sampaio.

> *"A notícia que nós temos é de que alguns povoados próximos a essa Gleba como Euclides da Cunha [...] alí teve um aumento de movimentação no seu comércio em decorrência da Gleba 15 de novembro. Oras! Essa notícia eu considero uma notícia considerável na medida em que não existe mais nenhum outro motivo prá existir Euclides da Cunha. Em Euclides da Cunha existe o amparo da agricultura, mas todo povoado está envolto por pastagens e grandes fazendas criadoras de gado"*. (J.F., Depto. Geografia Humana - UNESP).

Estas palavras em nada se contrapõem com a visão de uma pessoa moradora do lugar e diretamente envolvida na questão destes assentamentos:

> *"É fácil a gente ver o aumento que houve da arrecadação do ICM do município. Euclides*

da Cunha é a forma mais tranqüila de se ver (no caso, o dinamismo que causaram os assentamentos). Se você sair pela rua, você vai ver que os comerciantes daqui, até 83, estavam indo embora, desmanchando casa e indo embora para o Mato Grosso. Hoje tá todo mundo aqui de volta e um monte de comércio [...]". (G.C., Político da Região).

Deste modo, a reforma agrária não teve seus efeitos restritos ao número de pessoas alocadas nas zonas rurais, mas também, propiciou o renascimento das atividades urbanas em áreas, até então em franca decadência, ao reestabelecer as funções pelas quais, em geral, estas surgiram.

Assim, não há como negar que, mesmo em menor dimensão se comparados às obras das barragens, os assentamentos foram condicionantes importantes para uma reversão do quadro de evasão demográfica que se verificava nas décadas anteriores na região do Pontal. Apesar de, naquele momento, não se contar com cifras concretas, encontrou-se entre os vários entrevistados uma grande aceitação da hipótese de que o que ocorreu no Pontal possa tranquilamente ter repercutido na Região de Presidente Prudente como um todo, a ponto de torná-la, na década de 80, uma área com saldo migratório; pequeno sim, mas positivo. Este resultado, por sinal, pode ser verificado em um exercício, realizado com os números de recadastramento eleitoral de 1986, e, obviamente, com os resultados preliminares do Censo 91.

Maior ou menor, positivo ou negativo, a verdade é que não se pode deixar de reconhecer a recuperação demográfica regional e, muito menos, o peso dos sucessos ocorridos no Pontal, neste processo. De fato, segundo o Censo de 91, somente o crescimento do Município de Teodoro Sampaio representou 29,3% do crescimento total da Região, ficando abaixo apenas da sede, Presidente Prudente, com cerca de 37%. Estes fatos são comprovações inequívocas dos impactos de ações governamentais - muitas delas não executadas com este objetivo, como por exemplo, as barragens - sobre a dinâmica populacional.

Na medida em que o desenvolvimento industrial da área, exceto casos pontuais, não obedece a um ritmo sustentado e, portanto, a curto prazo não se apresenta como solução, cada vez mais a intervenção pública direta aparece como fator de grande relevância para a manutenção das tendências demográficas percebidas nos anos 80.

Embora alguns de seus efeitos diretos sejam estritamente conjunturais (por exemplo, a demanda por mão-de-obra para a construção de uma barragem), sempre permanecem na área as marcas do desenvolvimento (crescimento urbano, infraestrutura etc.), que se bem administradas, sobretudo politicamente, podem implicar (e em geral implicam) em mudanças estruturais para a mesma. No caso específico da Região de Presidente Prudente, este surto de desenvolvimento foi visível no Pontal e ainda

resiste mesmo em um momento em que o Estado deixou de investir mais fortemente. Resta, portanto, esperar para observar se esta oportunidade será aproveitada pela região, no sentido de reverter o seu quadro de desenvolvimento.

Novas atividades e diversificação agrícola: um alento para a região

Nas condições atuais, parece ser muito difícil encontrar uma solução para o desenvolvimento regional, sem que esta passe, necessariamente, pelo setor agrícola. Inclusive no setor industrial, não há quem admita o seu progresso fora do âmbito agropecuário.

> *"[...] Tem que ser agropecuária, se não for, não funciona no Pontal".* (F.M., Usineiro e Prefeito de Regente Feijó, sobre que tipo de indústria deveria ser implantada na Região).

Na década de 80 foram poucas as mudanças no setor agrícola com real efeito na dinâmica econômica regional. Novas atividades têm aparecido em uma tentativa de aumentar a diversificação da produção e, com isso, suplantar a crise do setor. Assim, produzir feijão de inverno, tomate, abacaxi ou, ainda, cultivar seringueira, amoreira (bicho da seda) ou mesmo a laranja, faz parte de um esforço dos produtores rurais de diversificação das lavouras, investindo em produtos mais rentáveis e competitivos e abandonado a produção tradicional da região, representada pelo algodão e amendoim, que no solo já desgastado não mais apresenta grande produtividade.

Mas, o que de mais significativo ocorreu neste período foi a expansão da lavoura da cana-de-açúcar, em decorrência da implantação, no Estado de São Paulo, do Projeto Pró-Álcool. Na Região, surgiram cinco destilarias que implicaram na ocupação de mais de 40 mil hectares (dados de 1987), com a plantação do produto destinado à produção do álcool. Os municípios beneficiados foram Teodoro Sampaio (Usina Alcídia), Regente Feijó (Usina Laranja Doce), Caiuá (Usina Decasa), Santo Anastácio (Usina Dalto) e Presidente Prudente (usina de pequeno porte da qual não se obteve o nome).

Concretamente, esta atividade representou um fator de crescimento, não somente para os municípios onde se instalou, como também para a Região como um todo. Da mesma forma, a cana-de-açúcar limitou, em boa medida, a fuga de mão-de-obra, não só pela demanda como também porque veio preencher uma lacuna no ano agrícola do trabalhador rural, evitando, assim, o grande desemprego observado nos períodos de entressafra, principalmente do algodão.

> *"A cana deu um alento, foi muito benéfica aqui na Região [...] porque ela gerou mão-de-obra muito grande. Todas essas usinas geraram empregos diretos e para*

> *agricultura, fora os indiretos [...] Eu acho que prá toda Região, houve uma fixação maior da população em função da indústria alcooleira e também houve melhorias na própria agricultura regional".* (F.M., Diretor da Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente).

> *"Sem dúvida, desde que foram implantadas as destilarias na nossa Região, aumentou o número de empregos nos municípios e até notou-se que aumentou o número de procuradores de casa para alugar [...]".* (F.M., Usineiro e Prefeito de Regente Feijó).

Em termos regionais, foi grande a repercussão da demanda de mão-de-obra gerada pela atividade:

> *"Quanto à Alcídia ou outras, a Laranja Doce utiliza trabalhadores de outros municípios, migra-se de outros municípios, leva e trás no mesmo dia, ele pega de Pirapozinho, Iepê, Rancharia e de Regente Feijó".* (J.A., Pres. Sind. dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente).

Assim, pode-se afirmar que a implementação do cultivo de cana, e das respectivas destilarias, iniciada no final da década de 70, reforçou ainda mais a tendência regional de desenvolvimento, absorção e retenção de mão-de-obra, propiciados pelas obras das barragens e pela reforma agrária.

Este, portanto, é mais um motivo relevante para justificar o fato, de que a década de 80 foi um período de recuperação regional, não só econômica, como demográfica. Efetivamente enquanto nas décadas de 60 e 70 as perdas populacionais líquidas alcançaram a casa dos 70 mil e 90 mil hab., respectivamente, na década de 80 este valor diminuiu abruptamente cerca de 18 mil pessoas, segundo os dados preliminares do Censo de 1991.

A manutenção de tal tendência deverá depender de vários condicionantes, alguns políticos, outros econômicos e, até mesmo, sociais que serão analisados a seguir.

PERSPECTIVAS REGIONAIS: A SAÍDA ESTÁ NO CAMPO

Todo o quadro apresentado até o presente momento trouxe elementos que apontam na direção de que a progressiva alteração do perfil migratório da Região de Presidente Prudente esteja vinculada às atividades agrícolas ou, pelo menos, ligada a ela, como é o caso da agroindústria.

Seja pela vocação histórica da Região e sua população, seja pela falta de perspectivas de uma industrialização maior e mais diversificada, a questão é que de todas as alternativas enumeradas, a maioria passa, necessariamente, pela modernização e diversificação da agricultura da área, além de um maior apoio ao agricultor, através de uma política agrária mais adequada.

> *"[...] a situação da maneira que vai, se não houver um incentivo pra agricultura, se não houver uma ajuda pro agricultor, eles vão prá beira da estrada, porque ele não tem como*

viver; ele não tem emprego [...]". (N.R.S., Prefeito de Teodoro Sampaio).

> *"[...] nosso interesse é [...] criar condições para os pequenos agricultores que estão aqui, também para mudar as espécies de plantio prá que dê uma nova vida prá esse povo [...] nós estamos aí com viveiros de café, vamos fazer viveiros de seringueira, de cítricos [...] nós acreditamos que se nós fizermos no Pontal o plantio da seringa, de laranja, de café, a mão-de-obra vai aumentar muito*". (N.R.S., Prefeito de Teodoro Sampaio).

É clara, portanto, a preocupação com a introdução de novos cultivos, na Região, como forma de dinamizar a agricultura.

Conforme já mencionado anteriormente, a cana foi uma das grandes novidades na década de 80. Seu futuro e, com ele, os impactos na Região são, contudo, bastante incertos, uma vez que esta atividade depende diretamente da política energética nacional.

Numa entrevista com um usineiro, a resposta sobre a tendência de aumento da atividade na Região foi pouco otimista:

> *"[...] infelizmente não tende por causa da política do governo, houve uma pressão sobre o Pró-Álcool e o governo não financiou a cana e sempre está em decadência"*. (F.M., Usineiro e Prefeito de Regente Feijó).

Assim, é muito difícil avaliar se esta atividade tenderá a ser incrementada na área, na medida em que tudo dependerá das ações governamentais para este setor que, até o momento, apenas tem contribuído para desincentivar a produção. A consequência da decadência do produto é muito bem descrita pelo próprio usineiro:

> *"[...] a preocupação das prefeituras é acabar as usinas e acabar o emprego, porque, aí vai haver emigração mesmo*". (F.M., Usineiro e Prefeito de Regente Feijó).

Outra atividade que é mencionada, com muito entusiasmo, nas várias entrevistas, é cultura da laranja. Não somente pela produção em si, mas também pelo que esta significa em termos das possibilidades de instalação da agroindústria. Apesar da Região ainda não contar com nenhuma indústria de cítricos, existem mais de 730 mil pés plantados o que, segundo o diretor da Divisão Regional de Agricultura (DIRA) de Presidente Prudente, já é um passo. Acredita-se, assim, que a expansão da agroindústria possa constituir-se em uma saída interessante para a área, e, por isso, já faz parte das pautas de preocupação das autoridades:

> *"[...] existem movimentos na Região para se instalar agroindústria...então nós fizemos a*

> *poucos dias um seminário sobre citricultura [...] existe uma briga de gato e rato: não se instala indústria porque não tem citricultura, não se instala citricultura porque não tem indústrias [...]"* (L.D., Dira de Presidente Prudente).

> *"A nossa Região para suco de laranja é a melhor coisa, não temos indústria de suco de laranja aqui, e devia ter".* (F.M., Usineiro e Prefeito de Regente de Feijó).

A necessidade da implantação de agroindústria surge, portanto, como uma possibilidade de modernização da economia regional. Há grande consenso, não só em torno do fato de que esta é a única industrialização viável para a área, como também sobre os efeitos que este tipo de atividade representaria na geração de emprego, desenvolvimento local e dinâmica demográfica.

> *"Aqui nós temos que jogar pelo menos no desenvolvimento da agroindústria. É uma forma de fazer retornar para as origens essa população flutuante que fica em torno das grandes cidades, provavelmente, sem ter serviço. Eu acho que seria a única forma de industrialização do interior, industrialização dessa região do Pontal, é a solução para nós, eu vejo".* (G.C., Político da Região).

> *"[...] eu acredito que se a gente conseguir melhorar o setor da agricultura, fatalmente, nós vamos ter um desenvolvimento mais acelerado [...] Eu acho que basicamente é a agroindústria que vai ser a bandeira desse desenvolvimento".* (L.D., DIRA de Presidente Prudente).

Supostamente, o problema regional parece estar equacionado: diversificação agrícola e agroindústria, com algum tipo de incentivo governamental. Contudo, na prática a situação não é essa.

Como já foi comentado, ainda que a indústria seja desejada, esta é, em grande medida, apenas um "projeto". Na realidade, são muitos os municípios que possuem distritos industriais, mas poucos os que podem preenchê-los. No caso específico da agroindústria, a não ser, por exemplo, a cultura da cana, não se pode, infelizmente, dizer que este já é um fato consumado na área.

Deste modo, ainda não se chegou a uma situação cômoda de auto sustentação econômica e isto remete a uma sobrevalorização da importância dos assentamentos que, de alguma maneira, corresponderam à solução, até o momento, mais eficiente.

Em que pese a falta de incentivos e assistência técnica, e a qualidade dos solos, que indiscutivelmente dificultam a vida dos assentados, os depoimentos obtidos e as observações realizadas no local, mostram que os assentamentos representaram uma experiência positiva. Não somente em termos sociais, como também, no que interessa para esta análise, ou seja, em relação a retenção da população na Região.

Contudo, para tratá-los, enquanto perspectiva para a área, deve-se analisar dois aspectos fundamentais: a viabilidade do surgimento de novos projetos de assentamento e a viabilidade de manutenção e sucesso daqueles já existentes.

Com relação ao primeiro ponto, a questão pode chegar a ser polêmica, já que enquanto uns não veem a possibilidade de surgimento de novos projetos, outros enxergam as invasões como instrumento para que se viabilizem outros "surtos" de ocupação de terras.

> *"[...] formar novo acampamento eu acho que não forma...Teodoro Sampaio está passando por outro processo, um processo de emancipação, já são novos políticos, são novos municípios e há um histórico aí: Gleba 15 de Novembro não cabe mais ninguém, fazendeiro não vai deixar entrar noutras áreas e o pessoal do emergencial (pequenos lotes, já mencionados) [...] serão os primeiros, então qualquer coisa oficial que venha acontecer, eles serão os primeiros [...]".* (J.D.G., Departamento de Assuntos Fundiários da Secretaria da Agricultura).

> *"Invasão de terra, infelizmente, a estrutura fundiária aqui é propícia e não tem como. Imagine se acontecesse hoje de fechar as barragens: amanhã teria-se novas invasões [...] se hoje mandar 1000 homens embora...amanhã tem invasão de terra. Não tem para onde o cidadão se dirigir [...]".* (G.C., Político da Região).

Os dois depoimentos não se contrapõem necessariamente. No entanto, no segundo deles a possibilidade de novos assentamentos está bastante presente, se se considerar que foi a partir de invasões que surgiram os projetos atualmente existentes.

Então, o surgimento de novas experiências de assentamentos pode ocorrer, apesar de que também neste ponto as opiniões são divergentes, caso se trate daqueles engajados nos movimentos - como é o caso do depoimento anterior - ou fora deles. Este é o caso por exemplo, do Prefeito de Presidente Epitácio:

> *"[...] eu acho que passou aquele entusiasmo de invadir terras, pois viram que toda pessoa que se apossa de uma terra tem os seus direitos [...] viram que é preferível estar junto aos órgãos governamentais que é um caminho melhor [...]".* (A.Q.C., Prefeito de Presidente Epitácio).

No que tange ao segundo aspecto, ou seja, o sucesso dos assentamentos já existentes, dois condicionantes merecem destaque: o primeiro deles, que se poderia chamar de ordem técnica, refere-se às dificuldades dos assentados com relação à qualidade do solo onde se encontram alocados, e a deficiência da assistência técnica por parte dos órgãos competentes.

> *"[...] o solo do Pontal, infelizmente, é muito pouco favorável à agricultura; nós fomos muito infelizes de tentar fazer assentamentos justamente alí [...] é uma restrição de solo grande que tem lá[...]".* (E.S., ex-Prefeito de Santo Anastácio).

> *"Veja e nem a nossa estrutura nos permite isso daí [assistência social]. Ou nós vamos fazer assistência social ou vamos fazer trabalho de campo, técnico, que já somos deficitários. Um técnico de campo para ter o mínimo de condições de trabalho seria no máximo para 60 famílias, no entanto, nós temos um técnico no setor que tem 130 famílias [...]*". (J.D.G., Departamento de Assuntos Fundiários da Secretaria da Agricultura).

Estes dois componentes devem ser muito bem equacionados se se deseja o completo sucesso dos assentamentos.

O segundo condicionante, mais de caráter político, está relacionado à pressão de setores conservadores da sociedade para que estes projetos não tenham resultados favoráveis:

> "*Vai haver uma pressão muito grande e pode esperar isso, dos grandes proprietários do Pontal, que tenha todo insucesso possível naqueles assentamentos[...]*". (E.S., ex-Prefeito de Santo Anastácio).

> *"[...] um lote que não é dele [do assentado] [...] ele tem 6 alqueires que não são dele, mas ele pode usar, não paga nada para usar. Aí chega alguém e paga 60.000 cruzados por esses 6 alqueires [...] tá rico para o resto da vidinha dele [...] Não tem como você condenar a venda que ele efetua, porque o dinheiro que é jogado, se valer 60, quem está comprando paga o dobro, se ele [o assentado] não quiser vender por 60. Há toda uma tarefa política [...] para provar para toda opinião pública que isso não vai dar certo nunca, que a gente entrega a terra mas o cidadão vende a terra, na verdade, obriga a vender. Porque há um contrato que diz que ele [o assentado] não pode vender [...] mas ele [o comprador] compra que é para provar exatamente que está havendo uma venda e que o pessoal não está preparado para chegar na terra".* (G.C., Político da Região).

É preciso reconhecer que as visões anteriormente apresentadas referem-se a dois políticos aparentemente não ligados aos grandes proprietários, o que leva à necessidade de relativizá-las, principalmente, se não se pode contar (não foi possível entrevistar um grande proprietário) com o depoimento de outros agentes com visões distintas.

Contudo, esses comentários não deixam de ser relevantes quando se pretende inferir sobre a dinâmica prospectiva da Região. Não resta dúvida que o jogo de forças políticas tende a desempenhar um papel significativo, no sentido de direcionar o futuro dos assentamentos, até porque depende, sobretudo, de vontade política a implementação de novos projetos como os já existentes.

Seria relevante também considerar o que se espera em termos dos impactos das obras das

barragens ainda em andamento. É um fato notório que o ritmo das mesmas é bastante lento e nem se aproxima daquele observado no início dos trabalhos. Mas, também, é verdade que a construção de duas barragens, sobretudo, a de Porto Primavera no Rio Paraná está bastante atrasada, o que significa que a atividade deverá perdurar ainda por muitos anos.

O que se poderia comentar a este respeito é que, independentemente do ritmo ser lento, observa-se que os centros urbanos, principalmente, Rosana (ex-Distrito de Teodoro Sampaio) continuarão vivendo praticamente em função das obras das barragens. Assim, é bem provável que, enquanto durarem essas obras, os níveis populacionais destas áreas estejam garantidos.

> *"Em Rosana só tem duas atividades que envolvem a maioria da população: é a barragem e a prefeitura (...) eles [os moradores de Rosana] já tão preocupados hoje quando acabar a barragem, daqui 10-12 anos. Como a gente vai ficar com essa grande população?".* (F.P.O., Líder Comunitário de Rosana).

Finalmente, para completar o quadro das perspectivas regionais, caberia destacar uma característica bastante comum no discurso de vários dos entrevistados: uma clara reação frente ao que se considera o descaso governamental para com a Região de Governo de Presidente Prudente. A necessidade de uma ação conjunta dos vários municípios da área, como forma de sensibilizar as autoridades estaduais, é, neste contexto, requerida com urgência:

> *"[...] se realmente não fizerem um projeto político, se a gente não conseguir isenções fiscais junto ao Governo do Estado, se nós não conseguirmos ser diferenciados do restante da Região, essa região dificilmente vai se desenvolver mais rápido; poderá se desenvolver, mas a muito longo prazo[...]".* (L.D., DIRA de Presidente Prudente).

E foi com esse projeto político em mente que recentemente ressurgiu a UNIPONTAL, uma associação de municípios, que já existira no passado, na década de 70, e teve como primeira tarefa sensibilizar o Governo Estadual para a problemática regional, buscando obter um tratamento diferenciado.

De resultados práticos até o momento poder-se-ia mencionar o Fundo Especial de Desenvolvimento para o Pontal, que além de constar da Constituição Estadual, já vem sendo viabilizado pelo Governo. Os recursos desse fundo vêm despertando grande otimismo na Região, contudo, ainda é cedo para avaliar não só sua eficácia, mas também sua abrangência. Independentemente de qualquer resultado, este é mais um fator que possibilitaria a manutenção da tendência de recuperação demográfica da Região de Governo de Presidente Prudente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil prever os rumos que a Região de Governo de Presidente Prudente irá tomar, tanto em termos econômicos como demográficos. Esta dificuldade se sustenta na grande falta de alternativas para os sérios problemas que esta região enfrentou e, em certo sentido, ainda vem enfrentando.

Contando com um parque industrial bastante incipiente e pouco diversificado e com apenas alguns centros urbanos importantes que possam oferecer maiores oportunidades à sua população, a área viveu o dilema do esvaziamento demográfico durante mais de 20 anos, dada a crise que passou o seu setor rural: pouca diversificação agrícola, descapitalização do pequeno agricultor, política agrária inadequada, deterioração da qualidade do solo, incorporação de áreas pela pecuária, grande concentração de terra etc.

Neste contexto, poucas eram as modificações que justificavam uma reversão da tendência das décadas de 60 e 70. Contudo, elas existiram, e o próprio Censo 91 assim atesta; o início da construção de três barragens, o sucesso de projetos de reforma agrária e a introdução da agroindústria e da cultura de cana foram eventos que, por suas dimensões, podem ser pensados como alguns dos principais elementos condicionantes para a recuperação da Região, nos anos 80.

A grande questão, entretanto, está no fato de que não há muita certeza de que os impactos destes sucessos sejam sentidos por muito tempo. É possível que estes impactos, ou parte destes, por distintas razões, não consigam se manter no futuro. No caso da cana, pela crise que enfrenta o setor; quanto às barragens, pela redução drástica das obras; e, finalmente, com relação aos assentamentos, pelos problemas técnicos e políticos que vêm enfrentando.

Deste modo, mesmo que o alto grau de evasão populacional não mais exista na Região, é difícil elaborar hipóteses sobre o futuro, na medida em que os grandes projetos de recuperação regional (a não ser os mencionados anteriormente) permanecem, ainda, como projetos.

Seja via diversificação da agricultura, seja via implantação de agroindústria ou, o que é mais razoável, através de uma combinação de ambas, o que se pode concluir das várias entrevistas realizadas, é que se existe, de fato, uma provável saída para a Região de Presidente Prudente, esta, de caráter político ou técnico, deve passar pelo campo.

REFERÊNCIAS

CANO, W. (Org.). NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F. **Características gerais do processo de industrialização paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1980.

_____. **Raízes da concentração industrial no Estado de São Paulo.** 2.ed. São Paulo, SP: DIFEL, 1977.

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios no Estado de São Paulo uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 3, n. 3, jul./set.1989.

D'INCAO, M. C. **O "Bóia-Fria":** acumulação e miséria. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

IBGE. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980.** Rio de Janeiro, RJ, 1983.

LOURENÇO, C. G. B.; CALDARA, J. C. Primavera, cidade nova. In: FAU/USP. **Plano Diretor Municipal.** São Paulo, SP, 1989.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendas de São Paulo.** São Paulo, SP: HUCITEC-POLIS, 1984.

MULLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista.** São Paulo, SP: Fundação SEADE, v.2, 1985. (Série São Paulo 80).

ORTIZ, L. P. Região de Presidente Prudente: vinte anos de alta evasão populacional. **Análise Demográfica Regional,** São Paulo, SP, 1983.

SEPLAN/CAR. **Diagnóstico da 10ª Região Administrativa:** Presidente Prudente. São Paulo, SP, 1978.

_____. Trabalho volante na agricultura paulista. **Estudos e Pesquisas 25**, São Paulo, SP, 1978.

SPóSITO, E. S. Localização industrial em Presidente Prudente. **Revista de Geografia,** São Paulo, SP, v. 5-6, p. 81-102, 1986/87.

ANEXO I

A Pesquisa de Campo: Alguns Aspectos Metodológicos

O trabalho de campo, realizado em fins de 1988, foi dividido em duas frentes: entrevistas com pessoas representativas de instituições estratégicas na região e indivíduos que representassem os principais tipos de situações que conformam a problemática migratória regional. No levantamento institucional procurou-se realizar entrevistas com agentes representativos desta Região, tais como: Escritório Regional de Planejamento (CAR-SEPLAN), Prefeituras, Igrejas, Universidades etc. (vide Anexo II). Procurou-se entrevistar instituições com visões diferenciadas sobre a dinâmica sócio-econômica e principalmente, migratória nos anos 80. Neste sentido, o roteiro de trabalho pode ser delineado garantindo a diversidade de informações sobre a Região, já que cada uma destas instituições representava e atuava em um setor específico da sociedade. Concomitantemente, as entrevistas domiciliares foram realizadas com base nas informações obtidas nas entrevistas institucionais, uma vez que, através destas, foi possível identificar a localização espacial dos migrantes, os principais tipos de movimentos migratórios ora vigentes (migração sazonal, migração de retorno, migração pendular, entre outros) bem como a origem dos migrantes e sua inserção no mercado de trabalho regional (vide Anexo II). Vale ressaltar que as entrevistas domiciliares não foram realizadas somente com migrantes, na medida em que esta Região se caracteriza como uma zona de evasão demográfica.

Com as entrevistas assim distribuídas, pretendeu-se apreender os fatores que, provavelmente, influenciaram, e influenciam, os movimentos migratórios da Região de Presidente Prudente.

Assim, os municípios e bairros dessa Região foram escolhidos para o trabalho de campo tendo em vista as seguintes preocupações:

Presidente Prudente - Trata-se do Município Sede da Região, tendo expressividade no que diz respeito ao comércio, tanto atacado como varejo, na indústria e na prestação de serviços em geral. Este município é responsável pela maior concentração populacional da Região, sendo que o Censo de 1980 registrou 136.846 habitantes. Com relação à migração, o Município de Prudente, na década de 70, foi o único município da Região que apresentou saldo migratório positivo caracterizando-se como área preferencial dos imigrantes intra-regionais. Além disso, sua influência enquanto centro regional extrapola os limites do estado de São Paulo, alcançando o Mato Grosso do Sul e Paraná.

Presidente Prudente destaca-se, também, por possuir além de um "campus" da Universidade Estadual Paulista-Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e outras faculdades particulares contribuindo, assim,

para atração de uma população temporária podendo vir a fixar-se, eventualmente, no município. Além disso, estas faculdades possibilitam que um grande número de pessoas de outros municípios venham estudar em Presidente Prudente e retornem no mesmo dia, caracterizando assim, a migração pendular. Este município, portanto, estaria representando uma das possibilidades regionais de retenção da população que tem deixado as atividades rurais.

Presidente Epitácio - Foi incluído no trabalho de campo porque, atualmente, apresenta um dinamismo promissor tanto como polo turístico, como pelo seu desenvolvimento agroindustrial baseado na pecuária. Seguindo a tendência regional, vem se desenvolvendo aí um complexo turístico para lazer e esporte aproveitando os grandes lagos formados pelas barragens.

Sua população é a terceira maior da Região, em 1980, o Censo Demográfico registrou 29.068 habitantes. Com relação à migração, apesar de registrar saldo migratório negativo até a década passada, é importante frisar que se for levada em consideração somente a dinâmica regional, foi um dos únicos municípios que nas trocas com Presidente Prudente obteve um saldo positivo merecendo, assim, uma posição de destaque na Região.

O **Município de Álvares Machado**, de um processo ainda tímido de aglomeração urbana na região, já vem assumindo, progressivamente, a função muito comum, observada em relação às grandes metrópoles, de cidade dormitório de Presidente Prudente, implicando, assim, no surgimento do que se conhece como migração pendular. Este tipo de movimento é caracterizado pela saída diária de pessoas (em média 1.500 trabalhadores) que exercem atividades no Município de Prudente e retornam para Álvares Machado à noite.

Isto parece dar-se devido ao déficit habitacional e aluguéis em alta no Município de Prudente. O município não comporta a demanda, e dessa forma a expansão urbana se dá de forma desordenada e sem planejamento. Existem, também, outros municípios que, aparentemente, assumem a função de cidade dormitório de Presidente Prudente.

A princípio, **Regente Feijó** não estava incluído como uma possível área de visita, entretanto ao manter contato com um Usineiro da Região para entrevistá-lo, a localização da empresa neste município propiciou a oportunidade de ampliar a pesquisa para esta área. Dessa forma, pôde ser constatado que este município também possui algum caráter de dormitório de Presidente Prudente.

As entrevistas no **Município de Teodoro Sampaio** (no Pontal do Paranapanema) foram de fundamental importância para o trabalho, já que nesta região estão localizadas as barragens construídas pela CESP, algumas usinas de álcool e os Assentamentos (glebas), que, provavelmente, foram os

elementos que mais contribuíram para uma importante modificação na dinâmica migratória regional.

Desde meados da década de 70, com a preparação da infra-estrutura para a construção das barragens, e sua implantação efetiva na década de 80, estas obras atraíram um número considerável de pessoas para o Pontal.

Durante as entrevistas institucionais, seguiu-se um roteiro para detectar algumas características locais, tais como: base produtiva, tipo de mão-de-obra empregada, perfil migratório, papel do migrante e condições de vida e de trabalho desses migrantes, além da tentativa de perceber a visão do entrevistado quanto ao crescimento demográfico. Ficava em aberto um leque de perguntas levando-se em consideração as particularidades de cada instituição entrevistada.

Já as entrevistas domiciliares seguiram um questionário fechado onde as trajetórias migratórias e características sócio-econômicas das famílias foram objeto de interesse.

Durante essas entrevistas, tanto as institucionais como as domiciliares, verificou-se que a maioria desta população regional é oriunda do Mato Grosso do Sul e do Paraná assim como da própria Região. Há também uma forte tendência de redistribuição intra-regional e alguns indícios de maior fixação da população na Região. Percebe-se haver uma preocupação evidente dos administradores dos municípios em criar condições para um maior desenvolvimento e, consequentemente, maior permanência da população na área.

Apesar da ênfase para o desenvolvimento econômico da área ser uma constante nas entrevistas realizadas, foi possível verificar a falta de alternativas concretas para o crescimento e principalmente, a precariedade das condições de vida da população, refletida nos vários dados colhidos empiricamente nas visitas: bóias-frias, formação de favelas (em todos os municípios visitados), trabalhadores informais, trabalho de menor etc.

ANEXO II

Relação das Instituições Entrevistadas

Prefeituras: Teodoro Sampaio (Prefeito)

Presidente Epitácio (Prefeito)

Pirapozinho (Diretor Administrativo)

Presidente Prudente (Assessor de Planejamento)

Regente Feijó (Prefeito)

Sindicatos: Sindicato Patronal da Construção Civil e da Indústria Imobiliária de Presidente Prudente

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da Indústria Imobiliária de Presidente Prudente

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Epitácio

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarabaí

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente

Associações: Associação dos Pecuaristas de Presidente Epitácio

Associação dos Moradores da Vila Brasil de Presidente Prudente

Associação dos Amigos de Rosana

Outras Instituições: União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL)

Frente Distrital do Estado

Legião Brasileira de Assistência (L.B.A. Presidente Prudente)

Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Usina de Álcool Laranja Doce - Regente Feijó

Centrais Elétricas do Estado de São Paulo - Teodoro Sampaio - (CESP)

Escritório Regional de Planejamento de Presidente Prudente (ERP)

Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente (DIRA)

Secretaria de Promoção Social de Presidente Prudente (SEPROM)

Departamento de Assuntos Fundiários da Secretaria da Agricultura - Teodoro Sampaio

Políticos Locais: Presidente do Diretório do PMDB de Teodoro Sampaio

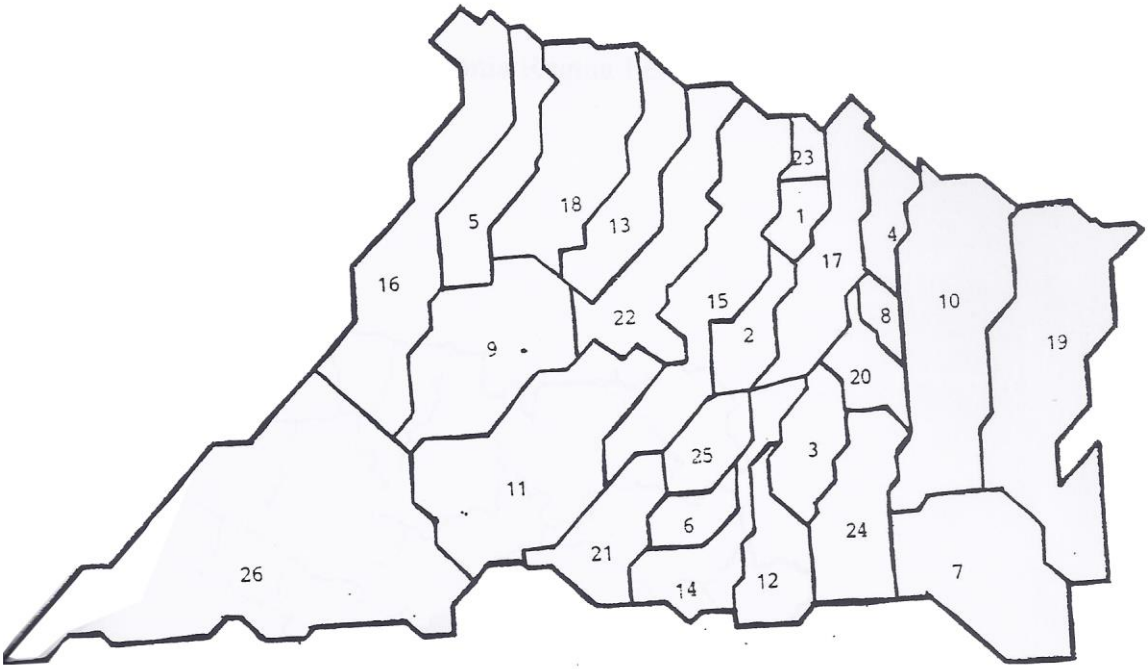
Ex-Prefeito de Santo Anastácio

Ex-Presidente da Associação dos Amigos de Rosana

ANEXO III

Região de Governo de Presidente Prudente

Divisão Político-Administrativa



1. Alfredo Marcondes
2. Álvares Machado
3. Anhumas
4. Caiabu
5. Caiuá
6. Estrela do Norte
7. Iepê
8. Indiana
9. Marabá Paulista
10. Martinópolis
11. Mirante do Paranapanema
12. Narandiba
13. Piquerobi
14. Pirapozinho
15. Presidente Bernardes
16. Presidente Epitácio
17. Presidente Prudente
18. Presidente Venceslau
19. Rancharia
20. Regente Feijó
21. Sandovalina
22. Santo Anastácio
23. Santo Expedito
24. Taciba
25. Tarabaí
26. Teodoro Sampaio

REGIÃO DE GOVERNO DE BAURU

Sonia Regina Perillo[6]

[6] Analista de Projetos/Fundação SEADE. Mestrada em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais/CEDEPLAR.

EQUIPE

Coordenadora
Neide Lopes Patarra

Coordenadora Adjunta
Lúcia M. Bógus

Coordenador Região de Governo de Bauru
Sonia Regina Perillo

Supervisor de Campo
Maria do Socorro Vidal

Entrevistadores
Danielle Jamal
Maria Cristina Marques
Angela Takahashi

RESUMO

A Região de Governo de Bauru apresentou mudanças significativas em função da dinamização de seus setores produtivos regionais, em particular o industrial, e da expansão dos complexos agroindustriais. Ao lado das transformações na estrutura econômica ocorreram mudanças substanciais em sua dinâmica populacional nas últimas décadas. Nos anos 80, a pesquisa de campo realizada nesta região apontou que, entre outros fatores, a duplicação da rodovia Marechal Rondom e a construção da Hidrovia Tietê-Paraná, aliada à posição geográfica privilegiada dessa área, devem ter contribuído para o surgimento de novas oportunidades de emprego, o que implicou na aceleração dos movimentos migratórios na e para a Região no período 1980-91.

ABSTRACT

The Bauru Government Region has shown significant changes in its regional productive sectors, particularly the industrial sector and expansion of the agribusiness complex. Concomitant with economic transformation were essential changes in Bauru's population dynamics in the last decades. In the eighties, the research showed that in this region the Marechal Rondom Highway duplication and Tietê-Paraná hidrovia (the use of rivers for the transportation of cargo and people) construction, together with a privileged geographic position, contributed to the emergence of new work opportunities, wich involved the acceleration of migration movements in and to this region in the 1980-91 period.

SUMÁRIO

REGIÃO DE GOVERNO DE BAURU

INTRODUÇÃO 62

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 64

Evolução e Tamanho da População 64

Componentes do Crescimento Populacional 69

ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRA E INTER-REGIONAIS NA DÉCADA DE 70 77

PESQUISA DE CAMPO 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS 106

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 107

ANEXO 1 109

ANEXO 2 111

INTRODUÇÃO

A Região de Bauru[7] teve sua ocupação diretamente relacionada ao processo de expansão da lavoura cafeeira para o Oeste Paulista. Tornou-se rota obrigatória em direção à fronteira agrícola, graças ao entroncamento ferroviário da Sorocabana e da Noroeste. Essa situação favorecida colaborou para o florescimento do comércio e das atividades de serviços, em função da produção cafeeira. Estas características se mantiveram com o decorrer dos anos.

Nos anos 20, a Região fazia parte daquelas que apresentavam uma baixa proporção da População Economicamente Ativa (PEA) urbana[8] no Estado, estando sua população, na quase totalidade, empregada na agricultura, especialmente, em função da cultura do café.

As cidades funcionavam como suporte às atividades agrícolas, através do comércio e dos transportes. As indústrias eram praticamente inexistentes, destacando-se apenas o ramo da construção civil. Alguns estudiosos afirmam que o desenvolvimento industrial na região teve, desde a origem, "um caráter subordinado, com base na articulação agricultura-indústria"[9].

A crise da economia cafeeira nos anos 30 provocou um declínio na produção do café. Como consequência, parcela expressiva da população rural da Região de Bauru deslocou-se para os centros urbanos mais próximos ou para outras regiões do oeste, como Araçatuba, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, que mantiveram seu dinamismo, diversificando sua produção e ocupando suas terras com algodão, produtos alimentícios e pecuária, além do café.

Na Região de Bauru, esse processo de diferenciação agrícola foi dificultado pela inexistência de uma infra-estrutura adequada. Apesar das condições adversas, foi preciso encontrar uma alternativa para a produção cafeeira. Passou-se a cultivar a cana-de-açúcar e a ocupar o território com a pecuária.

No final dos anos 50, a produção da Região permanecia baseada na agropecuária, sendo o café o principal produto acompanhado pelo milho e pela pecuária extensiva. A partir dos anos 60 ocorreu uma mudança significativa na estrutura produtiva, com incentivo ao cultivo de cana-de-açúcar e a disseminação do gado nelore, em detrimento dos cafezais.

A Região de Governo de Bauru, embora não se situe entre as regiões mais dinâmicas do Estado,

---

[7] A denominação Região de Bauru, no texto, antes de 1984, refere-se à Região Administrativa de Bauru, uma vez que a divisão do Estado em Regiões de Governo foi implantada a partir desse ano.
[8] Fundação SEADE (1988).
[9] Cano (1988).

tanto com relação à indústria quanto à agricultura, vem passando por um processo de dinamização de seus setores produtivos, principalmente o industrial.

A PEA da RG de Bauru, de acordo com os dados de 1980[10], apresentou-se concentrada no setor terciário (49.4%) e o restante dividida entre o primário (24.9%) e o secundário (25.6%). Esse elevado percentual no terciário se deve, fundamentalmente, à contribuição do município de Bauru que respondeu, no ano de 1980 por 60.7% da PEA regional. Neste município, 68% da PEA encontrava-se envolvida em atividades do terciário, destacando-se como setores mais representativos, pela ordem, a prestação de serviços, o comércio e os transportes. A produção industrial na RG aponta para uma tendência de crescimento que se observa através dos dados de pessoal ocupado nas décadas de 70 e 80[11]. Em 1970, o pessoal ocupado na agropecuária representava 35.3% do total, o equivalente ao dobro da participação dos ocupados no secundário (17%). A mesma comparação com os dados de 80 revela que os percentuais de pessoal ocupado nesses dois setores produtivos se igualou. Observa-se como tendência, o aumento da representatividade do setor secundário, que passou a alocar 25.6% do pessoal ocupado, ao passo que o primário reduziu seu percentual para 25%. A participação da RG no conjunto do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Estado, em 1980,[12] era de 0.04%, colocando-se no antepenúltimo lugar, sendo sucedida somente pelas RGs de Jales e Caraguatatuba.

A produção de alimentos assume um peso significativo na RG de Bauru, apresentando em 1980, os mais elevados percentuais em termos de participação no valor da produção e valor da transformação industrial do Estado, 36.9% e 37.7%, respectivamente.

Caberia destacar ainda, na ordem de importância, os ramos de química e mecânica. Neste sentido, a produção da indústria química participava, em 1980, com 17.7% do valor total da produção e com 12.2% do VTI; a mecânica representava 13.1% do valor da produção industrial e 12.0% do VTI.

Com relação ao número de estabelecimentos, os ramos que se destacaram em 1980 pela ordem são: produção de alimentos, minerais não-metálicos e mecânica. Quanto ao pessoal ocupado, no mesmo período destacam-se os ramos de: produção de alimentos, mecânica e o ramo editorial e gráfico.

Na RG predominam as indústrias tradicionais e os pequenos e médios estabelecimentos. A concentração de sua produção no setor de bens de consumo não duráveis contribui para explicar o ritmo

---

[10] IBGE (1980).

[11] Indica-se apenas a tendência, uma vez que os dados de pessoal ocupado, apresentados pelos Censos Agropecuários em 70 e 80 não tiveram a mesma sistemática de coleta e não podem ser comparados entre si.

[12] IBGE (1980).

ainda lento de seu desenvolvimento industrial. Dentre os municípios que compõem a RG, merece destaque o de Lençóis Paulista que, em 1980, apresentou uma participação bastante significativa da PEA no setor secundário (40.1%).

Quanto aos principais produtos da região destacam-se nos anos de 1980 e 1985, em termos de valor da produção, a cana-de-açúcar, o café e o milho.

No ano de 1987, por sua vez, verifica-se uma substituição no terceiro lugar, que passou a ser ocupado pelo abacaxi. A RG produz 66.3% do abacaxi do Estado, sendo que 35% desse total se origina do município de Bauru.

No que se refere à pecuária, a RG de Bauru ocupava, em 1980, o oitavo lugar, respondendo por 3% do valor da produção estatal. Em 82, caiu para o décimo lugar, 2.4%, e retornou à posição anterior em 84, quando voltou a apresentar um percentual da ordem de 3%.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Evolução e Tamanho da População

O estudo da RG de Bauru reveste-se de grande importância, uma vez que a década de 70 e a última década (1980/1991) apontaram mudanças significativas na sua dinâmica populacional e econômica.

Analisando-se o comportamento da população total verifica-se que, em termos absolutos, está praticamente não apresentou alterações substanciais entre 1940/70, evidenciando, porém, um acréscimo populacional de 30% na década 70/80 e 27% na última década (Tabela 1).

TABELA 1 – Estado de São Paulo e Região de Governo de Bauru
Evolução da população total 1940/1991

ANO	REGIÃO BAURU	ESTADO SÃO PAULO	REG/EST (%)
1940	267.718	7.180.316	3,73
1950	238.263	9.134.423	2,61
1960	263.606	12.829.806	2,05
1970	280.460	17.771.948	1,58
1980	364.523	25.040.712	1,46
1991	463.649	31.192.818	1,49

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980.
Resultados Preliminares do Censo de 1991.

Embora a participação da Região no total do Estado tenha diminuído de 3,73% em 1940 para 1,49% em 1991, isto não indica um arrefecimento do crescimento regional, mas sim um crescimento bastante inferior ao Estado no mesmo período.

As taxas de crescimento populacional permitem cotejar, para cada década do período em estudo (1940-1991), as inter-relações entre as várias fases do processo de desenvolvimento econômico regional e a dinâmica populacional.

Verifica-se, então, que o período 1940/50 foi marcado por uma taxa de crescimento negativa da população (1,16% a.a.). Esse decréscimo da população de Bauru em termos absolutos poderia ser atribuído, em grande parte, ao fato de que, nessa mesma época, ocorreu a abertura de novas fronteiras agrícolas, apontando, assim, novas perspectivas econômicas. Este fenômeno aliado à crise do café, que afetou profundamente a economia da região depois de 1930, veio resultar em um processo de esvaziamento da população.

Como se pode observar através dos dados da Tabela 2, trata-se de um esvaziamento intenso da população rural, que na década 1940/50 apresentou uma taxa negativa de crescimento populacional (2,88% a.a.). A população tendeu a se deslocar para o oeste ou para os principais centros urbanos da RG de Bauru, resultando em uma taxa de crescimento da população urbana, para o mesmo período, de 2,44% a.a.

Já na próxima década (1950/60), observa-se uma recuperação da taxa de crescimento total da região que passou a ser de 1,02% a.a., acompanhada por uma redução na taxa de crescimento rural (-1,64% a.a.) e um aumento expressivo da taxa de crescimento urbano, que praticamente duplicou-se em relação à década anterior, passando a 4,22% a.a. É bastante provável que todo esse processo esteja ligado à expansão da oferta agrícola das áreas pioneiras do sudoeste paulista e do norte do Paraná.

A RG de Bauru, por se constituir em um entroncamento rodo-ferroviário e contando com uma estrutura de comercialização já implantada, funcionou como entreposto de entrada e saída de produtos de áreas pioneiras, que não possuíam uma infra-estrutura adequada para o suporte de sua produção. Ocorreu assim, um desenvolvimento de algumas atividades urbanas na Região de Bauru, à medida que esta encarregou-se do transporte e comercialização do café dessas áreas.

TABELA 2 – Região de Governo de Bauru
Taxa de crescimento populacional anual por situação domiciliar 1940/1991

PERÍODO	URBANO	RURA	TOTAL
1940/50	2,44	-2,88	-1,16
1950/60	4,22	-1,64	1,02
1960/70	3,60	-4,15	0,62
1970/80	4,20	-2,43	2,66
1980/91	-	-	2,21

Fonte: IBGE. Censo Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980. Resultados preliminares do Censo de 1991.

No período 1960/70 verifica-se, no entanto, um arrefecimento no ritmo de crescimento da população regional que passou a apresentar uma taxa de crescimento de 0,62% a.a. evidenciando-se uma redução elevada na taxa de crescimento rural (-4,15% a.a.) e uma pequena diminuição na taxa de crescimento urbano (3,60% a.a.).

Quanto à pequena redução observada nas taxas de crescimento urbano, poder-se-ia pensar que atuou fortemente neste sentido a cessação dos estímulos das áreas emergentes. Com o desenvolvimento de diversos municípios na região norte paranaense criou-se todo um sistema de serviços urbanos, o que tornava dispensável a utilização dos já existentes na RG de Bauru. No tocante ao expressivo decréscimo na taxa de crescimento rural, é bastante plausível acreditar que este seria produto da erradicação acentuada do café e sua substituição por outras culturas, como a cana-de-açúcar; do crescimento das áreas de pastagens, bem como devido à mecanização da agricultura. Estes fatores estariam liberando grande parte da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas.

Convém frisar que um dos efeitos imediatos da expansão da cana-de-açúcar e da pecuária foi a intensificação do êxodo rural acompanhado do aumento do número de trabalhadores sazonais ou volantes, em um que os centros urbanos não foram capazes de absorver. Isto justifica, em parte, o já comentado declínio do crescimento da população urbana neste período (CAMARGO, 1983; MULLER, 1985).

A análise dos dados demográficos na década 1970/80, bem como da década de 1980/91, nos permite uma boa aproximação da configuração atual da RG de Bauru.

Percebe-se que esta passou por uma nova fase de profundas transformações, elevando sua taxa de crescimento total para 2,21% a.a. na última década. Verifica-se, também, que embora o meio rural continuasse expulsando população, esta expulsão se deu num ritmo bem menos intenso; a taxa de crescimento populacional rural continuava negativa (-2,43% a.a.), mas bastante reduzida em relação à

década 1960/70.

A atividade agropecuária da RG de Bauru nesta última década continuou tendo uma forte expressão com as pastagens que ocupavam a maior parte da área útil, convivendo com o cerrado e áreas de reflorestamento. O café teve presença importante, principalmente, em Pirajuí (segundo produtor do Estado) e Bauru, onde também se desenvolveu bastante a fruticultura, em especial a produção do abacaxi (40% da produção estadual) e da melancia (SEMEGHINI, 1988).

Um dos fatores que poderia auxiliar na compreensão da elevação das taxas de crescimento da Região, nesta última década, foi a ocorrência de um fortalecimento industrial mais recente e mais crescente quando comparado às outras regiões do Oeste Paulista, não só devido ao crescimento das indústrias ligadas à cultura da cana-de-açúcar, mas também pela instalação de outros tipos de indústrias, geralmente de pequeno porte. Dessa forma, entre os ramos de maior expressão industrial em 1980, merecem destaque o de bebidas, alimentos e madeira e como produtos, destacam-se o álcool e os óleos vegetais (FUNDAÇÃO SEADE, 1988).

É importante ressaltar, no entanto, que não se pode atribuir o crescimento populacional da Região, na década 1970/80 e 1980/91, unicamente à expansão da cultura canavieira. Alguns municípios de pequena população sentiram fortemente a influência dessa expansão e, provavelmente, nestes casos, essa representou o principal fator do crescimento populacional nas últimas décadas.

Este seria o caso, por exemplo, de municípios como Lençóis Paulista que apresentou a mais elevada taxa de crescimento da região na década 70/80 (4,56% a.a.), muito embora nesta última década tenha-se verificado uma queda desta taxa de crescimento (2,56% a.a.) para a Região como um todo. Esse crescimento deve estar bastante relacionado à expansão dos complexos agro-industriais. Verifica-se assim a concentração de duas usinas importantes como Barra Grande, na produção de açúcar, e a destilaria de Santa Adélia, na produção de álcool. Fenômeno semelhante se observa nos municípios de Macatuba, (onde se instalou a Usina de São José) e Pederneiras, com taxas de crescimento populacional de 3,46% a.a. e 3,56% a.a., respectivamente na década 70/80, que revelaram uma redução no ritmo de crescimento na última década (1,94% a.a. e 1,84% a.a., respectivamente), sem contudo modificar sua importância no conjunto da região.

Possivelmente, a importância da cultura da cana-de-açúcar não deve ser avaliada só em termos de área plantada, mas também pelas atividades geradas pela mesma, como transportes, armazenamento, construção civil etc., constituindo-se, assim, num fator de peso marcante no crescimento populacional desses municípios nas décadas 1970/80 e 1980/91.

Cabe lembrar que este processo não pode ser generalizado, uma vez que municípios como Bauru, (que respondia por 56% da população da Região, no ano de 1991) e Agudos, também, apresentaram taxas de crescimento populacional elevadas neste período, de 3,07% a.a. e 2,33% a.a., respectivamente, e, no entanto, não se encontravam entre os maiores produtores de cana-de-açúcar.

Neste sentido, vale destacar que além dos fatores já mencionados, contribuiu de forma acentuada para o crescimento do Município-sede, uma vez que este possui funções acentuadamente terciárias e centraliza atividades comerciais, financeiras e de serviços para uma vasta área do interior paulista e para outros estados. Ainda que em termos da base agrícola esta é pouco expressiva, a indústria recebeu no período recente um forte impulso, acompanhando a modernização agropecuária da região. A dinâmica do Município-sede exerceu um peso significativo na RG de Bauru, de modo que a mesma apresentou, no ano de 1980, 24,95% da PEA no setor primário, 25,58% no setor secundário e 49,47% no setor terciário.

Todas essas funções, em conjunto, colaboraram para o elevado crescimento da população urbana do Município de Bauru, que na década de 50 apresentava uma taxa de urbanização de 80,2%; inferior apenas às da Capital, de Santos e de alguns municípios da Grande São Paulo (SEMEGHINI, 1988).

Em 1980, o Município elevou esta taxa para 96,8%, o que corresponde a uma das maiores taxas verificadas no interior do Estado de São Paulo. Quanto aos demais municípios, vários deles, também, apresentaram grau de urbanização elevado no ano de 1980 como: Agudos, Lençóis Paulista, Macatuba e Pederneiras. Nos municípios restantes, este não foi tão expressivo, sendo que o menor grau registrado neste ano correspondeu ao município de Lucianópolis (35,8%).

Em linhas gerais, verificou-se que o crescimento da população da RG de Bauru apresentou-se bastante diferenciado entre os municípios que do total de 17 municípios, notou-se que 7 entre eles continuaram a perder população na década 80/91, apresentando taxas de crescimento negativas: Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Ubirajara, Avaí, Duartina e Lucianópolis. Outros 3 municípios (Bauru, Lençóis Paulista e Agudos), com taxas de crescimento superiores a 2% a.a., contribuíram significativamente para o crescimento da Região na última década: 3,07% a.a., 2,53% a.a. e 2,33% a.a., respectivamente. Os Municípios de Macatuba e Pederneiras, que figuravam entre os que apresentavam índices elevados de crescimento nos anos 70, apesar de um arrefecimento em níveis gerais, destacaram-se na região nos anos 80, juntamente com Iacanga, que de uma taxa negativa de 0,83% a.a. na década 70/80 passou para uma taxa de crescimento populacional de 1,24% a.a. no período 80/91, e Cabrália Paulista, em menor expressão, de 0,56% a.a. para 1,03% a.a. Os demais municípios - Balbinos, Reginópolis e Arealva - tiveram taxas de crescimento bastante inferiores.

Cabe ressaltar que, apesar da queda quase geral das taxas de crescimento no período 80/91, com relação ao período anterior, verificou-se um aumento da participação relativa da Região de Governo de Bauru no total da população estadual: 1,46% em 1980 e 1,49% em 1991.

Componentes do Crescimento Populacional

Analisado o crescimento total da população da RG de Bauru pretende-se agora verificar qual o peso de cada um dos componentes, o saldo vegetativo e o saldo migratório, nesse crescimento. Para tal, apresenta-se a evolução da população segundo seus componentes nas décadas 1960/70 e 1970/80

Os dados da Tabela 3 permitem verificar que a RG de Bauru apresentou na década de 60 um pequeno aumento populacional, de aproximadamente 17 mil pessoas, sendo que este se deveu, praticamente, ao crescimento de seu Município-sede, Bauru, cuja taxa de crescimento foi de 3,45% a.a., e, em menor escala, ao Município de Lençóis Paulista, que apresentou uma taxa de crescimento de 3,05% a.a. Os demais municípios, com exceção de Agudos, com taxa de crescimento populacional de 0,83%, caracterizaram-se como áreas de franca expulsão populacional, sendo que o município que mostrou a maior taxa de crescimento negativo na década foi o de Balbinos (-8,17% a.a.), seguido do Município de Presidente Alves (-6,41% a.a.).

Em termos de crescimento vegetativo não se observaram pronunciadas diferenças intra-regionais, valendo destacar que para alguns municípios esse crescimento representou proporções mais importantes. Esse é o caso, por exemplo, do Município de Lençóis Paulista, cuja participação relativa do componente vegetativo foi de 32,5%, seguido de outros municípios, menos expressivos, como o de Iacanga (25,7%) e Arealva (24,9%). Com relação a esses dois últimos municípios convém frisar que, mesmo com o crescimento deste componente, eles acabaram por se caracterizar como áreas de evasão populacional, em virtude do peso exercido sobre eles pela migração nesta década, fenômeno que também se verificou em vários municípios da região no período 1960/70.

Percebe-se, assim, que a migração teve um papel decisivo, principalmente nos municípios expulsores de população, onde se verificou que a participação relativa do componente migratório no decréscimo populacional na década 1960/70 variou de um mínimo de -11% no Município de Agudos até um máximo de 61% no Município de Balbinos. O peso da migração na diminuição da população foi bastante significativo, sendo que nesta década, além dos municípios já citados, outros sofreram, ainda que com menor intensidade, os efeitos deste componente como: Lucianópolis, Reginópolis, Pirajuí e Cabrália Paulista, que apresentaram taxas de crescimento inferiores a -3% a.a.

No período 1970/80 esta perda de população apresentou características distintas da anterior. Os dados da Tabela 4 nos permitem dizer que a RG de Bauru apresentou uma recuperação populacional pronunciada em relação ao período 1960/70, evidenciando um crescimento absoluto de aproximadamente 84 mil pessoas na década.

De um total de 17 municípios, apenas cinco continuaram a se caracterizar como áreas de expulsão populacional: Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Iacanga e Ubirajara. Mesmo assim, quando comparados à década anterior, percebe-se que as taxas de crescimento populacional negativas dos mesmos reduziram-se bastante, com exceção do Município de Ubirajara, que continuou a expulsar população num ritmo maior, passando sua taxa de crescimento populacional de -1,26% a.a. na década 1960/70 para -1,43% a.a. na década 1970/80.

TABELA 3 – Região de Governo de Bauru – Evolução da população total da Região por Municípios segundo seus componentes 1960/1970

ÁREA	POPULAÇÃO TOTAL		CRESCIMENTO ABSOLUTO			CRESCIMENTO RELATIVO (%)			TAXA GEOMÉT. DE CRESCIM. 1960/70
	1960	1970	Total	Veget. (*)	Migrat.	Total	Veget.	Migrat.	
Agudos	17.075	18.543	1.468	3.422	-1.954	8,60	20,04	-11,44	0,83
Arealva	7.681	6.519	-1.162	1.914	-3.076	-15,13	24,92	-40,05	-1,63
Avaí	6.704	5.232	-1.452	1.012	-2.464	-21,66	15,10	-36,75	-2,41
Balbinos	2.617	1.116	1.501	-299	-1.800	-5,74	11,43	-68,78	-8,17
Bauru	93.980	131.936	37.956	19.915	18.041	40,39	21,19	19,20	3,45
Cabrália Paulista	4.409	3.267	-1.142	664	-1.806	-25,90	15,06	-40,96	-2,95
Duartina	13.031	10.840	-2.191	2.678	-4.869	-16,81	20,55	-37,36	-1,82
Iacanga	8.836	7.171	-1.665	2.273	-3.938	-18,84	25,72	-44,57	-2,07
Lençóis Paulista	16.602	22.423	5.821	5.390	431	35,06	32,47	2,60	3,05
Lucianópolis	3.019	2.213	- 806	724	-1.530	-26,70	23,98	-50,68	-3,06
Macatuba	9.043	7.733	-1.310	1.639	-2.949	-14,49	18,12	32,61	-1,55
Pederneiras	19.578	18.399	-1.179	3.884	-5.063	-6,02	19,84	-25,86	-0,62
Pirajuí	28.125	20.344	-7.781	4.958	-12.739	-27,67	17,63	-45,29	-3,19
Piratininga	11.406	10.232	-1.174	2.007	-3.181	-10,29	17,60	-27,89	**-1,08**
Presidente Alves	9.927	5.117	-4.810	1.394	-6.204	-48,45	14,04	-62,50	-6,41
Reginópolis	6.028	4.472	-1.556	1.311	-2.867	-25,81	21,75	-47,56	-2,94
Ubirajara	5.545	4.883	- 662	1.237	-1.899	-11,94	22,31	-34,25	-1,26
Total	**263.606**	**280.440**	**16.854**	**54.721**	**-37.867**	**6,40**	**20,76**	**-14,36**	**0,62**

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940 a 1980.
Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.
(*) Dados Preliminares

TABELA 4 – Região de Governo de Bauru
Evolução da população total da Região por Municípios segundo seus componentes 1970/1980

ÁREA	POPULAÇÃO TOTAL		CRESCIMENTO ABSOLUTO			CRESCIMENTO RELATIVO (%)			TAXA GEOMÉT. DE CRESCIM. 1970/80
	1970	1980	Total	Veget. (*)	Migrat.	Total	Veget.	Migrat.	
Agudos	18.543	24.472	5.929	4.161	1.768	31,97	22,44	9,53	2,81
Arealva	6.519	6.790	271	1.157	-886	4,16	17,75	-13,59	0,41
Avaí	5.252	5.358	106	504	-398	2,02	9,60	-7,58	0,20
Balbinos	1.116	1.173	57	66	-9	5,11	5,91	-0,81	0,50
Bauru	131.936	186.664	54.728	25.968	28.760	41,48	19,68	21,80	3,53
Cabrália Paulista	3.267	3.453	186	305	-119	5,69	9,34	-3,64	0,56
Duartina	10.840	12.189	1.349	2.394	-1.045	12,44	22,08	-9,64	1,18
Iacanga	7.171	6.596	-575	1.263	-1.838	-8,02	17,61	-25,63	-0,83
Lençóis Paulista	22.423	35.007	12.584	6.725	5.839	56,12	29,99	26,13	4,56
Lucianópolis	2.213	2.632	419	599	-180	18,96	27,07	-8,13	1,75
Macatuba	7.733	10.861	3.128	1.658	1.470	40,45	21,44	19,01	3,46
Pederneiras	18.399	26.105	7.706	3.627	4.079	41,88	19,71	22,17	3,56
Pirajuí	20.344	19.422	-922	3.199	-4.121	4,53	15,72	-20,26	-0,46
Piratininga	10.232	10.054	-178	1.773	-1.951	-1,74	17,33	-19,07	-0,18
Presidente Alves	5.117	4.858	-259	751	-1.010	-5,06	14,68	-19,74	-0,52
Reginópolis	4.472	4.619	147	853	-706	3,29	19,07	-15,79	0,32
Ubirajara	4.883	4.226	-657	726	-1.383	-1,37	14,87	-28,32	-1,43
Total	**280.460**	**364.479**	**84.019**	**55.729**	**28.270**	**30,00**	**19,87**	**10,09**	**2,66**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.
Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.
(*) Dados por ocorrência.

Os municípios que já se destacavam pelas taxas de crescimento populacional superiores a 3% a.a. no período 1960/70 continuaram a apresentar uma elevação das mesmas, como é o caso de Bauru e Lençóis Paulista, merecendo destacar também municípios como Macatuba e Pederneiras, que apresentaram taxas de crescimento populacional negativas na década passada e agora reverteram essa tendência, apontando na última década taxas superiores a 3% a.a. Neste sentido, vale ainda comentar sobre municípios como o de Agudos que elevou sua taxa de crescimento populacional de 0,83% a.a., em 1960/70 para 2,81% a.a., em 1970/80 e o de Macatuba que mostrou uma inversão nesta taxa, passando de -1,55% a.a. para 1,75% a.a. na última década.

No que diz respeito ao crescimento vegetativo, este componente representou proporções bastante semelhantes para quase todos os municípios, mostrando uma diminuição de seu crescimento relativo em relação à década 1960/70. As exceções se colocam para Balbinos, Cabrália Paulista e Avaí, onde se observaram proporções bem menores deste componente quando comparadas aos demais municípios. Esta situação é bastante visível em Balbinos, cujo peso do crescimento relativo deste componente que era de 21,19% decresce para 5,91% em 1970/80, sendo o município que apresentou menor expressão em termos do crescimento vegetativo da região na década. Também em Cabrália Paulista e Avaí verificou-se uma redução neste componente, sendo que no primeiro esta foi de 15,06% para 9,34% e no segundo, de 15,10% para 9,60%.

Quanto ao papel desempenhado pela migração pode-se dizer que embora grande parte dos municípios da Região ainda continuaram registrando saldos migratórios negativos na década 1970/80 estes apresentaram-se bem menos expressivos. O Município de Pirajuí, que se apresentou como a área de maior evasão populacional da região na década 1960/70 (com um saldo migratório negativo superior a 10.000 pessoas) registrou na década 1970/80 um saldo migratório negativo menos expressivo, da ordem de 4.000 pessoas. Outros municípios como Arealva, Avaí, Duartina, Iacanga, Piratininga, Presidente Alves e Reginópolis, cujos saldos migratórios oscilavam na faixa compreendida entre -10.000 e -2.000 pessoas em 1960/70, reduziram estes valores passando na década seguinte a contar, juntamente com Cabrália Paulista, Lucianópolis e Ubirajara, com saldos migratórios negativos, porém, superiores a 2.000 pessoas.

Merece destaque o grupo de municípios formado por Agudos, Macatuba e Pederneiras que contava, na década 1960/70, com saldos migratórios negativos e apontou, na década 1970/80, uma reversão nessa tendência, apresentando saldos migratórios positivos entre 0 e 10.000 pessoas. Outros municípios, como Bauru e Lençóis Paulista, que já caracterizavam desde a década 1960/70 como as duas únicas áreas de atração populacional na RG de Bauru, mostraram um incremento em seus saldos migratórios na década 1970/80, onde o Município de Bauru passou a contar com um volume migratório

de aproximadamente 30.000 pessoas nesse período.

No que diz respeito aos municípios que atraíram população na década 1970/80, vale também destacar o peso relevante da migração de Lençóis Paulista. Neste município, o componente migratório registrou um acréscimo relativo no total populacional passando de 2,6% na década 1960/70 para 26,2% na década 1970/80, o que resultou num aumento na taxa de crescimento populacional de 3,05% a.a. para 4,56% a.a., a maior verificada na RG de Bauru nos anos 70. Também foi notável o efeito da migração no Município de Pederneiras, pois na década 1960/70 o saldo migratório negativo representou uma proporção significativa no decréscimo relativo de sua população (25,9%). Já na década 1970/80, a participação do componente migratório no acréscimo relativo da população de Pederneiras de 1970 para 1980 foi da ordem de 22,2%, o que permitiu uma inversão na sua taxa de -0,62% a.a., em 1960/70, para 3,56% a.a., em 1970/80 (Tabela 4).

De modo geral, pode-se dizer que embora para a RG de Bauru o peso do componente vegetativo mostrou-se mais pronunciado do que o migratório na década 1970/80, 19,9% e 10,1%, respectivamente, a migração caracterizou-se como uma a variável de peso relevante quando observado os componentes do crescimento populacional de cada um dos municípios que a compõem, tanto no que diz respeito ao decréscimo ou acréscimo de população nas duas décadas em estudo.

O crescimento da Região, na verdade, é o resultado da combinação das três componentes: migração, fecundidade e mortalidade, sendo que estas duas últimas variáveis movimentaram-se em níveis relativamente estreitos e seguindo a tendência estadual de declínio. Já a migração, por se constituir na variável demográfica mais sensível às alterações no panorama econômico de determinada área, apresentou, no caso da RG de Bauru, um efeito bastante significativo no acréscimo populacional registrado na região.

Através dos dados preliminares do Censo de 1991 foi possível detectar algumas alterações na dinâmica populacional recente da Região. A análise dos componentes do crescimento populacional evidenciou que a participação do componente migratório evoluiu de 33,6% em 1970/80, para 41,1% no período 1980/91 tendo ocorrido uma duplicação do saldo migratório regional nesses dois períodos, de 28,8 mil pessoas para 56,6 mil pessoas, respectivamente (PERILLO, 1992).

No contexto intra-regional verifica-se, através do Mapa 1, que três municípios registraram taxas de crescimento populacionais superiores a 2% a.a. no período: Agudos, Bauru e Lençóis Paulista.

Neste grupo de municípios, a migração teve um peso decisivo no crescimento populacional. O município de Bauru continuou caracterizando-se como uma área de grande concentração de população respondendo, em 1991, por 51,8% da população regional e registrando um saldo migratório superior a 33

mil pessoas no período 1980/91. Também merece destaque o Município de Lençóis Paulista que alocava 10% da população regional no ano de 1991, registrando uma taxa de crescimento superior a 2,5% a.a. neste período. Acredita-se que o crescimento deste município, esteja relacionado, em grande medida, à expansão dos complexos agroindustriais, em especial, à exploração da cana-de-açúcar. Nele encontra-se localizada uma das maiores usinas produtoras de álcool e açúcar do Brasil, a Usina Barra Grande.

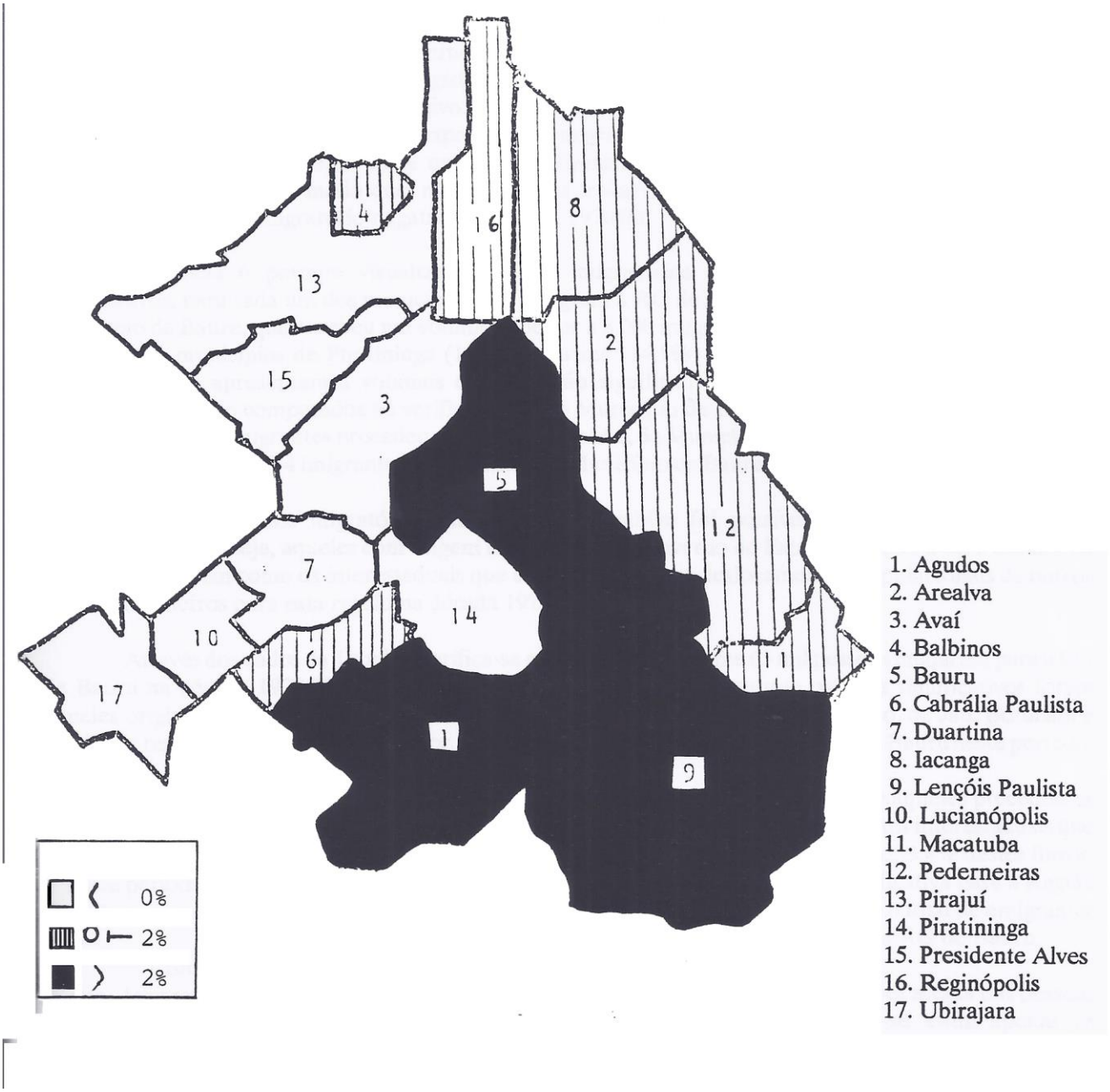
Um outro grupo foi formado pelos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional entre 0 e 2% no período 1980/91: Arealva, Balbinos, Cabrália Paulista, Iacanga, Macatuba, Pederneiras e Reginópolis.

Neste período, sete municípios da região registraram taxas de crescimento populacional negativas e caracterizaram-se como áreas de evasão populacional: Avaí, Duartina, Lucianópolis, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves e Ubirajara.

Há de se ressaltar que a RG de bauru vem passando por um processo de expansão econômica desde os anos setenta. De fato, a implantação do Pró-Álcool teve um efeito dinamizador nessa região respondendo substancialmente pelo impulso de crescimento econômico e populacional na década 1970/80. O surgimento desse programa e a consequente ampliação das usinas e das faixas de terra destinada ao plantio da cana-de-açúcar abriram novas perspectivas de trabalho e atraíram um considerável contingente de pessoas de outras regiões paulistas bem como de outros estados brasileiros.

Nos anos 80, a duplicação da Rodovia Marechal Rondon e a construção da Hidrovia Tietê-Paraná, aliado à posição geográfica privilegiada dessa região devem ter contribuído para facilitar o acesso à área bem como para o surgimento de novas oportunidades de emprego o que implicou na aceleração dos movimentos migratórios na e para a Região no período de 1980/91.

MAPA 1 – Região de Governo de Bauru
Taxas de crescimento populacional anuais por Município 1980/1991



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991). Resultados Preliminares.

ANÁLISE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRA E INTER-REGIONAIS NA DÉCADA DE 70

Com relação aos fluxos intra-regionais verifica-se que aproximadamente 24 mil pessoas mudaram de município, pelo menos uma vez, dentro da RG de Bauru na década de 1970/80. Como se pode observar através dos dados da Tabela 5, grande parte destes fluxos (35%) teve como destino o Município de Bauru, que registrou um ganho populacional de quase 4 mil pessoas nas trocas estabelecidas com os demais municípios de Lençóis Paulista e Pederneiras, que apesar de se caracterizarem como áreas de atração populacional neste período, também registraram perdas populacionais expressivas, o que lhes conferiu um saldo migratório pequeno, porém, positivo. Vale destacar que o Município de Agudos, também, mostrou-se como uma área receptora de parcela expressiva de migrantes de outros municípios da Região, porém, o volume de pessoas que saíram deste município e fizeram deslocamentos intra-regionais ultrapassou o volume de imigrantes, de modo que, no balanço das trocas migratórias, o Município de Agudos acabou registrando um saldo migratório negativo na década 1970/80.

A Tabela 6 permite visualizar os fluxos migratórios intra-regionais, numericamente mais significativos, para cada um dos municípios que integram a RG de Bauru. O grande destaque compete ao Município de Bauru, que recebeu um volume superior a 8.000 imigrantes sendo estes procedentes, em sua maioria, dos municípios de Piratininga (16%), Duartina (14,1%) e Pirajuí (12,2%) (Mapa 2). Entre os municípios que apresentaram volumes de imigração significativos na década 1970/80, porém menos expressivos quando comparados ao verificado para o Município de Bauru, encontram-se: o Município de Agudos com 2.124 imigrantes procedentes, em grande parte, do Município de Bauru e, por fim, o Município de Pederneiras com 1.654 imigrantes procedentes do Município de Bauru (33,7%) e de Macatuba (23,1%).

Além dos fluxos migratórios intra-regionais também foi possível a identificação dos fluxos inter-regionais, ou seja, aqueles com origem nas Regiões de Governo do Estado de São Paulo e destino na RG de Bauru, bem como os interestaduais que correspondem aos deslocamentos populacionais de outros estados brasileiros para esta região na década 1970/80.

Através dos dados da Tabela 7 verifica-se que aproximadamente 65 mil pessoas mudaram para a RG de Bauru na década 1970/80. Dentre esses deslocamentos constata-se que os mais significativos foram aqueles originários da Região da Grande São Paulo, Marília e, em menor proporção, de Jaú, Botucatu e Ourinhos responsáveis, em conjunto, por 58% do volume de imigração registrado em Bauru neste período.

Quanto aos fluxos com origem fora do Estado de São Paulo, merece destaque aqueles procedentes do Estado do Paraná que respondeu sozinho por aproximadamente 67% dos imigrantes

interestaduais que se dirigiram a Bauru nesta década, correspondendo aos demais estados, em conjunto, 33,4% destes fluxos. Cabe lembrar porém, que embora a migração paranaense mostrou-se bastante significativa para a Região neste período, quando analisada em um contexto mais amplo, percebe-se que, dentre o total de emigrantes do Paraná (aproximadamente 666 mil pessoas), apenas 1,7% tiveram como destino a RG de Bauru.

Com relação aos emigrantes, vale salientar que não se dispõem de informações acerca das pessoas que deixaram a RG de Bauru e foram para outros estados brasileiros. Tem-se assim apenas os deslocamentos ocorridos em direção às demais RGs do Estado de São Paulo, onde se verifica que saíram aproximadamente 47 mil pessoas da RG de Bauru na década 1970/80 (Tabela 8). O destino destes emigrantes foi a Região Metropolitana de São Paulo (32,7%), seguida de outras regiões onde os fluxos mostraram-se menos intensos, como Campinas, Marília, Jaú, Lins, Jundiaí e Araraquara, responsáveis em conjunto por 69,3% do volume de emigração registrado na RG de Bauru nesta década.

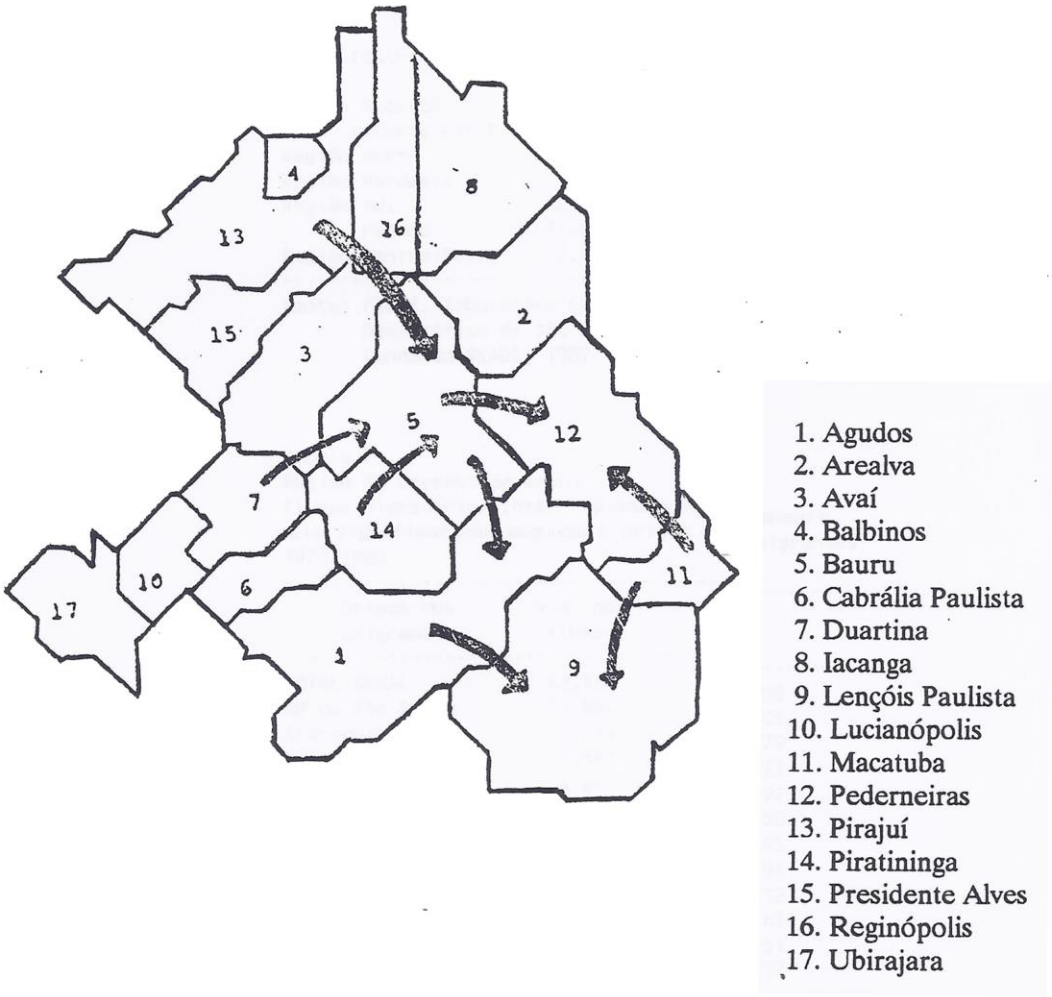
TABELA 5 – Região de Governo de Bauru – Volumes de imigração e emigração intra-regionais 1970/1980

ÁREA	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO	SALDO MIGRATÓRIO	CRESCIMENTO ABSOLUTO		CRESCIMENTO RELATIVO (%)			TAXA GEOMÉT. DE CRESCIM. 1970/80
			1970/80	Veget. (*)	Migrat.	Total	Veget.	Migrat.	
Agudos	2.124	2.136	-12	4.161	1.768	31,97	22,44	9,53	2,81
Arealva	727	992	-265	1.157	-886	4,16	17,75	-13,59	0,41
Avaí	1.160	739	421	504	-398	2,02	9,60	-7,58	0,20
Balbinos	287	120	167	66	-9	5,11	5,91	-0,81	0,50
Bauru	8.432	4.580	3.852	25.968	28.760	41,48	19,68	21,80	3,53
Cabrália Paulista	588	588	0	305	-119	5,69	9,34	-3,64	0,56
Duartina	1.308	2.432	-1.124	2.394	-1.045	12,44	22,08	-9,64	1,18
Iacanga	472	945	-473	1.263	-1.838	-8,02	17,61	-25,63	-0,83
Lençóis Paulista	2.013	1.899	114	6.725	5.839	56,12	29,99	26,13	4,56
Lucianópolis	471	394	77	599	-180	18,96	27,07	-8,13	1,75
Macatuba	914	1.467	-553	1.659	1.470	40,45	21,44	19,01	3,46
Pederneiras	1.654	1.496	158	3.627	4.079	41,88	19,71	22,17	3,56
Pirajuí	1.182	1.753	-571	3.199	-4.121	4,53	15,72	-20,26	-0,46
Piratininga	1.624	2.147	-523	1.773	-1.951	-1,74	17,33	-19,07	-0,18
Presidente Alves	516	802	-286	751	-1.010	-5,06	14,68	-19,74	-0,52
Reginópolis	394	925	-531	853	-706	3,29	19,07	-15,79	0,32
Ubirajara	82	533	-451	726	-1.383	-1,37	17,87	-28,32	-1,43
Total	**23.948**	**23.948**		**55.729**	**28.270**	**30,00**	**19,87**	**10,09**	**2,66**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1970 e 1980.
Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.
(*) Dados por ocorrência.

Através da análise dos fluxos migratórios inter-regionais foi possível, também, identificar os ganhos populacionais líquidos obtidos pela RG de Bauru, na década 1970/80, nas trocas migratórias estabelecidas com as regiões limítrofes. Constata-se, assim, que as trocas efetuadas com as RGs de Lins, Marília, Ourinhos, Avaré e Botucatu conferiram à RG de Bauru um ganho populacional de aproximadamente 11 mil pessoas, o que caracterizou a Região como um importante polo de atração local na última década (PATARRA; BAENINGER, 1989; CUNHA; RODRIGUES, 1989).

MAPA 2 – Região de Governo de Bauru – Principais fluxos migratórios intra-regionais 1970/80



Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Fundação SEADE (1989).

TABELA 6 – Região de Governo de Bauru – Fluxos migratórios inter-regionais numericamente mais significativos segundo a origem dos imigrantes 1970/1980

ORIGEM DOS IMIGRANTES	V.A. dos FLUXOS	%
TOTAL GERAL	64.776	100,00
Total (Estado de São Paulo)	47.007	72.57
RM de São Paulo	10.786	22,95
Araçatuba	1.847	3,93
Avaré	1.311	2,79
Botucatu	3.042	6,47
Campinas	1.362	2,90
Jaú	3.588	7,63
Marília	6.781	14,43
Ourinhos	2.917	6,21
Presidente Prudente	1.293	2,75
Outras RGs	14.080	29,95
Total (outros Estados)	17.769	27,43
Região Sudeste		
(exceto Est. São Paulo	1.794	10,10
Região Norte	134	0,75
Região Nordeste	1.576	8,87
Região Sul	12.080	67,98
Paraná	11.841	66,64
Região Centro-Oeste	2.185	12,30

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de São Paulo de 1980. Fundação SEADE (1989).

TABELA 7 – Região de Governo de Bauru – Fluxos migratórios inter-regionais numericamente mais significativos segundo a origem dos emigrantes 1970/1980

ORIGEM DOS EMIGRANTES	V.A. dos FLUXOS	%
TOTAL GERAL	42.538	100,00
RM de São Paulo	11.084	26,06
Araraquara	1.614	3,79
Botucatu	1.841	4,33
Campinas	4.647	10,92
Jaú	3.615	8,50
Jundiaí	1.672	3,93
Lins	1.677	3,94
Marília	3.878	9,12
Ourinhos	1.031	2,42
Sorocaba	1.111	2,61
Outras RGs	10.368	24,37

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de São Paulo de 1980. Fundação SEADE (1989).

Mapa 3
Região de Governo de Bauru
Principais Fluxos Migratórios Inter-regionais
1970/80

Fonte: FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Fundação SEADE, 1990.

PESQUISA DE CAMPO

O quadro analítico esboçado neste estudo forneceu elementos valiosos que possibilitaram apreender o papel de relevância que a Região de Governo de Bauru passou a desempenhar no contexto estadual. Com efeito, essa região que prevalecia há várias décadas como uma área de esvaziamento populacional apresentou, na década 1970/80, uma reversão no componente migratório, passando a se destacar como um importante polo de atração populacional no Oeste Paulista.

Assim, com o objetivo de verificar as tendências do dinamismo econômico-populacional nesta área, nos anos 80 optou-se pela realização de uma pesquisa de campo que permitisse ampliar o conhecimento até então acumulado acerca da dinâmica regional.

Num primeiro momento, foram colocados em discussão os objetivos que seriam preconizados com esse tipo de pesquisa, bem como as limitações que teríamos que enfrentar para a consecução desses objetivos. Inicialmente, foi levantado o problema da inviabilidade da realização de um estudo mais pormenorizado em cada um dos 17 municípios que integram a RG de Bauru, face às dificuldades de custos de operacionalização embutidos em tal procedimento. Nesse sentido, já se fez presente, desde o início, a necessidade de uma seleção de áreas que pudessem, de certa forma, ser representativas da Região como um todo. Para tal, procurou-se resgatar tanto os aspectos relevantes da dinâmica populacional apresentada em cada município na década de 1970/80 como aqueles referentes às especificidades econômicas de cada área, de modo a garantir que os locais selecionados pudessem, em grande medida, contemplar as heterogeneidades intra-regionais existentes em Bauru. Assim, a escolha dos municípios a serem pesquisados obedeceu aos seguintes critérios:

1. municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional na década de 1970/80 e que registraram os saldos migratórios mais elevados;

2. municípios que cresceram por motivos distintos, seja pela expressividade do setor terciário, pelo desenvolvimento industrial mais acelerado ou pela expansão dos complexos agro-industriais.

Com base nestes aspectos foram escolhidos três municípios: Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras.

No que tange ao Município de Bauru há que se ressaltar que, embora este tenha mostrado indícios

de uma aceleração em termos de desenvolvimento industrial na década 1970/80, é ao setor terciário que compete um papel de relevância no dinamismo apresentado por esta área. Com efeito, o Município conta com um centro comercial e de serviços bastante aparelhado, cujo raio de influência chega até mesmo a ultrapassar os próprios limites regionais. O setor primário, por sua vez, apresenta pouca expressividade no Município de Bauru, o que se justifica, em grande medida, pelas características específicas do solo que não se mostra favorável ao desenvolvimento da agricultura.

Com relação à dinâmica populacional cabe destacar a significativa taxa de crescimento registrada em Bauru na década de 1970/80, da ordem de 3,5% a.a., bem como o saldo migratório apresentado neste período, de aproximadamente 28,7 mil pessoas.

Quanto ao Município de Lençóis Paulista que registrou a mais elevada taxa de crescimento populacional da Região na década 1970/80 (4,56% a.a.), pode-se dizer que, esse crescimento se deve, em grande medida, à expansão dos complexos agro-industriais, em especial, à exploração da cana-de-açúcar. Nele está localizada uma das maiores usinas do Brasil, a Usina Barra Grande. Ressalte-se que, "*em 1981, esta usina produziu 3 milhões de sacas de açúcar e milhões de litros de álcool, oferecendo mil empregos fixos durante todo ano, dois mil no período da safra e utilizou 4,5 mil bóias-frias na colheita*" (O Estado de São Paulo de 27/08/82).

No município de Pederneiras, por sua vez, vale salientar a importância que vem alcançando o setor industrial nas últimas décadas. O destaque compete à indústria V.M.E. (antiga Clark) que produz tratores e cuja instalação nesse município, em meados dos anos 70, exigiu grande demanda de mão-de-obra especializada, uma vez que esta não se encontrava disponível no local. Também, vem contribuindo para um maior florescimento dessa área, o início das obras de construção do Porto Intermodal (Hidrovia do Rio Tietê), que certamente exercerá um papel significativo no tocante à dinamização da economia local.

Uma vez definidos os locais onde seria realizada a pesquisa de campo na RG de Bauru, discutiu-se quais os procedimentos a serem adotados visando a obtenção de informações referentes à dinâmica econômico-populacional de cada uma dessas áreas nos anos recentes. Optou-se, assim, por dois tipos de levantamentos: institucionais e domiciliares.

O primeiro consistiu na realização de entrevistas com alguns representantes de instituições e segmentos da sociedade local, na tentativa de apreender informações sobre os aspectos relativos ao processo de crescimento dos municípios selecionados, dinamização dos setores produtivos, capacidade generativa de mão-de-obra, oportunidades de trabalho oferecidas à população. O segundo tipo de levantamento consistiu na realização de entrevistas domiciliares com o objetivo de se resgatar as

principais tendências dos deslocamentos populacionais ocorridos na RG de Bauru nos anos recentes, bem como buscar elementos, ainda que para uma análise exploratória, acerca das condições de vida dos migrantes que se dirigiram à Região nos anos 80.

Análise das Entrevistas Institucionais

Quanto às entrevistas institucionais, procurou-se, sempre que possível, ouvir os depoimentos de pessoas ligadas à administração local, sindicatos, setores produtivos e pesquisadores das universidades. Foram realizadas doze entrevistas institucionais, distribuídas nos três municípios, conforme explicitado a seguir.

No Município de Bauru foram realizadas oito entrevistas nas seguintes instituições:

1. ALBERGUE NOTURNO: Priorizou-se a escolha dessa instituição por tratar-se de um local bastante procurado pela maioria dos migrantes que se dirigiam à cidade de Bauru em busca de oportunidades de emprego e de melhores condições de vida. Ressalte-se, no entanto, que esses migrantes, de modo geral, não se fixam na cidade e, segundo o depoimento da assistente social entrevistada "*são constantes os deslocamentos no eixo ferroviário que liga o Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso*". Acredita-se que o termo mais apropriado para definir esses indivíduos que percorrem, por diversas vezes os albergues do interior paulista, seria o de "**migrantes itinerantes**".

2. UNESP (Centro de Orientação ao Trabalho-COT): Nesta instituição desenvolve-se um trabalho que visa contribuir para a inserção da mão-de-obra que se dirige à cidade de Bauru no mercado de trabalho local, principalmente aquela semi-qualificada ou sem qualificação.

3. CLUBE DOS DIRETORES LOJISTAS (C.D.L.): Em função da relevância que o setor terciário (comércio e serviços) assume na cidade de Bauru, considerou-se fundamental a realização de uma entrevista que pudesse fornecer subsídios para entender a dinâmica desse setor. Segundo o depoimento do diretor do C.D.L., o comércio de Bauru destaca-se tanto em termos da mão-de-obra ocupada como "em movimento", ou seja, é muito comum as pessoas residentes nas cidades próximas se deslocarem até Bauru para a realização de suas compras. Também tem contribuído bastante para a dinâmica da cidade a inauguração do Shopping-center que demandou parcela considerável da mão-de-obra local bem como pessoas que haviam mudado para Bauru.

4. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE BAURU: A expressividade do comércio na

economia de Bauru justifica a realização da entrevista com a classe patronal e com os trabalhadores do comércio em Bauru.

5. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO: As atribuições inerentes a este tipo de órgão, bem como a experiência política do entrevistado que ocupa atualmente o cargo de secretário e já foi vice-prefeito da cidade de Bauru, confirmam a importância da realização desta entrevista.

6. SECRETARIA DOS PROJETOS COMUNITÁRIOS: Esse órgão é responsável pela elaboração e execução de projetos de âmbito social do Município de Bauru. Nos últimos anos, a Secretaria dos Projetos Comunitários tem feito esforços consideráveis no que tange ao atendimento da população, notadamente da parcela mais carente do município.

7. UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO (USC): Essa instituição, assim como a UNESP, atende na formação profissional de estudantes não só da Região de Bauru como também de outras cidades fora do âmbito regional e desenvolve trabalhos interessantes que possibilitam um maior conhecimento sobre a história de alguns municípios pertencentes à RG de Bauru.

8. COHAB: Em Bauru tem se destacado bastante a construção intensiva de conjuntos habitacionais, principalmente, nas áreas periféricas da cidade. Algumas pessoas entrevistadas nesta instituição comentaram que "*as casas populacionais oferecidas pela COHAB constituem-se em fortes atrativos para que moradores de cidades vizinhas se sintam estimulados a mudar para Bauru na esperança de adquirirem a casa própria.*"

No Município de Lençóis Paulista foram realizadas três entrevistas, a saber:

1. PREFEITURA MUNICIPAL: A escolha da Prefeitura para a realização da entrevista deveu-se ao fato de que, por se tratar de uma cidade pequena quando comparada à de Bauru, torna-se mais fácil para que o Prefeito forneça informações detalhadas que possibilitem uma visão geral da cidade, de seu crescimento e dos seus problemas.

2. USINA BARRA GRANDE: Esta usina é uma das maiores do Brasil e é responsável pela ocupação de uma considerável parcela da mão-de-obra local e migrante do Município. Os terrenos disponíveis na cidade também pertencem à usina que vem implantando alguns conjuntos ou núcleos habitacionais em convênio com a Prefeitura.

3. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: Em função do número significativo de bóias-frias existentes no Município achou-se interessante a realização dessa entrevista para se

conhecer melhor os problemas que enfrentam os trabalhadores que se dirigem para Lençóis Paulista. No Município de Pederneiras, face às dificuldades encontradas para a realização das entrevistas institucionais, só foi possível obter informações através da Prefeitura Municipal. Ressalte-se, no entanto, que essa limitação não acarretou problemas para nossa análise, uma vez que o depoimento do Prefeito foi bastante minucioso e ofereceu alguns subsídios valiosos para o entendimento da dinâmica econômica local.

Tomando-se como base as entrevistas institucionais realizadas nos três municípios selecionados pretendem-se fazer, num primeiro momento, algumas considerações gerais sobre as entrevistas, seguida de uma análise interpretativa das mesmas segundo o segmento entrevistado.

De forma geral, o crescimento da RG de Bauru e, particularmente dos municípios de Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras, foi apontado em todas as entrevistas. Cabe ressaltar, no entanto, que esse crescimento é interpretado de forma diferenciada: alguns consideram como um crescimento "natural" da população, enquanto outros procuram associar às transformações ocorridas na estrutura produtiva bem como à intensificação do fluxo migratório para a RG de Bauru, nos anos 70, com a implantação do Pró-Álcool. Assim, foram colocados abaixo alguns trechos extraídos de algumas entrevistas institucionais que refletem a diversidade e/ou similaridade apontadas nos depoimentos.

> "*Eu diria que Lençóis cresceu basicamente de uns quinze anos para cá em função do Pró-álcool"* (C.C., Diretor da Usina Barra Grande de Lençóis Paulista).
>
> *"Bom, o mercado de trabalho aqui é até bem razoável, é bom. É uma das cidades do interior com menos desemprego*" (S.R., Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis Paulista).
>
> "*Com esse crescimento que tá aí, não dá mais para pensar em coisas pequenas, provisórias*" (E.P., Prefeito de Lençóis Paulista).
>
> "*A cidade cresceu bastante, mas, certamente, de uma forma bem moderada*" (P.C., Secretário de Planejamento e Vice-Prefeito de Bauru).
>
> "*O crescimento de Bauru teve várias características diferentes. Esse crescimento que nós observamos agora, eu acredito que, foi mais rápido que o Município poderia suportar*" (M.R., Chefe do Departamento de Pesquisa da Universidade de Sagrado Coração de Bauru-USC).
>
> "*O que se verificou foi um ritmo de desenvolvimento acelerado do Município de Pederneiras acompanhado por uma mudança perceptível nas condições de vida, o que provocou um aumento da população*" (F.G., Prefeito de Pederneiras).

Tomando-se como base o conjunto das entrevistas institucionais realizadas é bastante plausível colocar que o surgimento do Pró-Álcool, em meados da década de 70, pode ser considerado como um dos principais responsáveis pelo impulso de crescimento econômico-populacional da RG de Bauru. A implantação desse programa e a consequente ampliação das usinas e das faixas de terra destinadas ao plantio da cana-de-açúcar, contribuiu, de forma significativa, para aumentar as oportunidades de emprego, o que atraiu, principalmente, a mão-de-obra originária da Região Nordeste do país e dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

Com efeito, parcela expressiva dos deslocamentos populacionais, notadamente para os municípios de Lençóis Paulista e Pederneiras, ocorridos na década de 70, tiveram como procedência esses estados. Ressalta-se que, embora o Município de Pederneiras não possui usinas dentro de seus limites, sua atividade econômica fundamentou-se na monocultura da cana-de-açúcar. Posteriormente, com a construção de uma indústria montadora de tratores e máquinas agrícolas - V.M.E. - revigorou-se o impulso de crescimento local. Percebe-se assim que o incremento da produção agrícola, o plantio de cana-de-açúcar e a produção de açúcar e álcool mostraram-se como grandes atrativos para novos investimentos, tais como fábricas de peças para tratores e outros, destinados às novas necessidades impostas pela mecanização da agricultura. Em Pederneiras, particularmente, a instalação da V.M.E., é considerada como ponto de partida para o entendimento do dinamismo econômico apresentado pelo Município nos anos recentes, cabendo destacar que, após a V.M.E., novas indústrias de pequeno e médio porte foram sendo instaladas no local.

Outro município de grande destaque na RG de Bauru, nos anos 70, foi o Município-sede (Bauru) que caracterizou-se como uma área polarizadora dos deslocamentos populacionais ocorridos na Região e vivenciou um período de fortalecimento do comércio e prestação de serviços. Ao que parece, a dinamização do Município de Bauru refletiu positivamente na Região como um todo.

Nesse sentido, cabe destacar que, a ampliação da oferta de ensino universitário em Bauru teve um papel fundamental, atraindo, para esta cidade, não somente pessoas da própria Região, como também de outras regiões paulistas e, até mesmo, de outros estados brasileiros.

Face ao exposto poder-se-ia dizer que as transformações ocorridas na economia, aliadas à ampliação do ensino universitário em Bauru ao que tudo indica, desempenharam um papel de relevância no que concerne à recuperação de população que a RG de Bauru apresentou nos anos 70, especificamente nos três municípios pesquisados. Acresça-se também que através das entrevistas institucionais foi possível apreender a ocorrência de algumas mudanças no que se refere à origem das pessoas que se deslocaram

para a RG de Bauru nos anos recentes. Ao que parece, enquanto na década de 1970/80, o grande destaque correspondia aos movimentos migratórios interestaduais, nos últimos anos têm se fortalecido os deslocamentos intra-regionais e, em menor expressão, os inter-regionais em direção à RG de Bauru.

Nesse sentido, os depoimentos fornecidos pelas diversas instituições pesquisadas mostraram que:

> "*Eu não sei se o fluxo em direção a Bauru se intensificou ou não, mas a impressão que eu tenho é que continua ocorrendo uma enorme movimentação*"(M.D., Diretor do Centro de Orientação ao Trabalho (COT) - Município de Bauru).
>
> "*Eu acho que diminuiu bastante o número de pessoas que vem de outros Estados.O Paraná está num desenvolvimento muito intenso, o Mato Grosso também*" (P.C., Secretário de Planejamento - Município de Bauru).
>
> "*O que temos notado é que as pessoas que chegam são pessoas do Norte; do Paraná também vem muita gente*" (E.P., Prefeito de Lençóis Paulista).
>
> "*Quem vem para Bauru não procura trabalho, o que atrai são as casas do BNH e a oferta de ensino também.São pessoas da zona rural com o espaço cada vez mais reduzido*" (O.C., Professor da Universidade Sagrado Coração - Município de Bauru).

Fazendo-se um balanço das considerações estabelecidas até o momento acredita-se que, para o entendimento das mudanças ocorridas na dinâmica econômico-populacional da RG de Bauru, notadamente a partir dos anos 70, torna-se necessário resgatar os seguintes aspectos:

1. Aimplantação do Pró-Álcool;
2. A instalação de novas indústrias para atender às necessidades crescentes do processo de mecanização da agricultura;
3. A expansão dos complexos agro-industriais;
4. A acessibilidade da RG de Bauru, notadamente do Município-sede que caracteriza-se como um importante entroncamento rodo-ferroviário;
5. A relativa proximidade geográfica dos municípios pesquisados: Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras;
6. A ampliação da oferta de ensino na cidade de Bauru, principalmente o ensino universitário.

Tendo-se presente estes aspectos, far-se-á a seguir uma análise interpretativa das entrevistas

institucionais segundo os segmentos entrevistados, procurando-se destacar os elementos que possam auxiliar para delinear um perfil da RG de Bauru e, particularmente, dos municípios de Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras.

1. ESTADO

Objetivando um maior entendimento da relação, visão ou participação que o poder local possui em relação ao crescimento econômico e populacional da RG de Bauru, foram entrevistados os Prefeitos das cidades de Lençóis Paulista e Pederneiras e o Vice-prefeito e Secretário Municipal da cidade de Bauru. As opiniões emitidas por esse segmento deixaram transparecer que, ao que tudo indica, não houve interferência direta do mesmo para que os municípios passassem a apresentar um fortalecimento econômico a partir dos anos 70. Nesse sentido, acredita-se que o dinamismo econômico-populacional evidenciado na RG de Bauru esteja muito mais relacionado ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico paulista do que a uma política local destinada a atrair para si novos investimentos. Do ponto de vista da acessibilidade, cabe destacar que a região se situa em um local privilegiado. Bauru cidade polo, liga-se à Capital e aos Estados do Paraná e Mato Grosso através da Rodovia Rondon e da Castelo Branco. A partir da Rondon os municípios comunicam-se entre si, por meio de estradas vicinais. Além disso, Bauru dispõe de um sistema de transporte ferroviário bastante aparelhado, que opera de forma satisfatória para cobrir às necessidades da população. Assim, todas as pessoas entrevistadas, apontam a posição geográfica como um fator de impulso ao dinamismo regional.

O crescimento que a RG de Bauru apresenta e, particularmente, os três municípios estudados, teve início em meados dos anos 70, notadamente com a implantação do Pró-Álcool que exerceu reflexos positivos em toda Região. No Município de Lençóis Paulista destaca-se a presença de alguns complexos agro-industriais, encontrando-se aí localizada a Usina Barra Grande, que se caracteriza como uma das maiores produtoras de álcool e açúcar do país.

Segundo o depoimento prestado pelo Prefeito de Lençóis Paulista, "*tudo aqui depende da parte mais agrícola, é onde se investe muito pessoal*".

O Município de Pederneiras, por sua vez, que antes apresentava sua base econômica essencialmente voltada à monocultura da cana-de-açúcar, passa a evidenciar, a partir dos anos 70, um fortalecimento do setor industrial propiciado pela instalação da V.M.E., indústria montadora de tratores e máquinas agrícolas. A partir daí várias outras pequenas e médias indústrias metalúrgicas e auto-elétricas foram sendo implantadas, o que modificou substancialmente a economia local e as oportunidades de

trabalho.

> "*Hoje em Pederneiras quem quer trabalhar tem emprego*" (Prefeito - Município de Pederneiras).

As novas oportunidades de emprego que surgiram na RG de Bauru atraíram pessoas de diferentes pontos do país, principalmente da Região Nordeste, de onde chegavam os cortadores de cana-de-açúcar e dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais. Os entrevistados, colocaram, de modo geral, que o número de pessoas que se dirigem para a RG de Bauru é bastante expressivo. Acreditam, no entanto, que em função da expansão econômica por que vem passando os Estados do Mato Grosso e Paraná, é provável que os deslocamentos populacionais interestaduais tenham sofrido um certo arrefecimento nos últimos anos dando lugar àqueles com origem nas regiões e cidades próximas à RG de Bauru.

A continuidade do dinamismo populacional da Região e dos três municípios em estudo foi apontada por todos os entrevistados.

> "*A cidade de Bauru se prepara para o crescimento*" (Secretário de Planejamento - Município de Bauru).
>
> "*Dentro de cinco anos o Município de Pederneiras terá sua população dobrada*" (Prefeito de Pederneiras).
>
> "*Estou vendo que, no ano 2000, nós estaremos ultrapassando a marca dos 100 mil habitantes*" (Prefeito de Lençóis Paulista).

O déficit habitacional foi colocado como o problema mais emergente dos municípios de Lençóis Paulista e Pederneiras, da ordem de 5 mil e 2.5 mil unidades habitacionais, respectivamente. Em Bauru, chamou-se a atenção para a expansão dos núcleos favelados, ainda que seja expressivo o número de conjuntos habitacionais (tipo COHAB) construídos nos últimos anos para o atendimento da população de baixa renda.

Ressalte-se que apesar da continuidade do crescimento econômico-populacional na RG de Bauru ser contemplada em todas as entrevistas, não se fez nenhuma colocação a respeito de alguma diretriz política que possa vir a contribuir para uma maior dinamização regional.

2. EMPRESAS

Objetivando cobrir a opinião desse segmento entrevistou-se um membro do Clube de Diretores

Lojistas de Bauru (C.D.L.) e um da Usina Barra Grande, em Lençóis Paulista. Segundo esses agentes institucionais a implantação do Pró-Álcool, em meados da década de 70, desempenhou um papel fundamental na dinamização da economia de Bauru.

> "*A recuperação e o crescimento regional ocorreu em função das usinas de álcool e açúcar*" (Diretor do C.D.L. de Bauru).

> "*O crescimento da Região começou com o Pró-Álcool e com a ampliação da capacidade produtiva das usinas*" (Diretor da Usina Barra Grande de Lençóis Paulista).

A acessibilidade da Região também foi apontada como um aspecto favorável ao crescimento. Chegou-se, inclusive, a afirmar que, no passado, a cidade de Bauru viveu uma fase semelhante a que vive hoje, principalmente em decorrência da sua localização, da ferrovia e de um mercado de trabalho satisfatório. Uma política local de incentivo a esse crescimento é desconhecida e, no decorrer das entrevistas, pode-se apreender até um certo "desinteresse" das autoridades locais no sentido de atrair novos investimentos para a Região. No caso específico de Bauru, o Segundo Distrito Industrial é desprovido completamente de uma infra-estrutura básica, tal como energia e água. Embora o Município apresente um crescimento industrial relativamente significativo, os incentivos para isso são praticamente inexistentes. Ao que parece a instalação dessas indústrias obedeceu mais a fatores externos.

Com relação à intensificação do fluxo migratório em direção à RG de Bauru, na década 1970/80, foi colocado que:

> "*Um dos fatores que mais contribuiu para isso foi a própria necessidade da Usina Barra Grande que chegou mesmo a buscar as pessoas em seus municípios de origem para atender à intensa demanda de mão-de-obra*" (C.C., Diretor da Usina Barra Grande de Lençóis Paulista).

De modo geral, contemplou-se nas entrevistas realizadas que, o Pró-Álcool juntamente com os novos investimentos que vieram com ele refletiu positivamente sobre Bauru. Em termos de tendências prospectivas acredita-se que a Região continuará passando por um processo de expansão econômica, uma vez que novos investimentos vem sendo feitos, e que, sua condição de localização favorável será reforçada com a duplicação da Rodovia Rondon e a construção da Hidrovia Tietê-Paraná. Assim, segundo a opinião desse segmento, tudo parece indicar que a RG de Bauru tenderá a evidenciar, nas próximas décadas, uma continuidade do crescimento da economia e da população.

3. SINDICATOS

As entrevistas realizadas com os membros dos sindicatos tiveram como objetivo verificar a provável dinamização da economia regional, especificamente, no que se refere às oportunidades de inserção de mão-de-obra que o mercado oferece. Para tal, ouviu-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis Paulista e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Bauru. O crescimento apontado pelos segmentos anteriores repete-se para este quadro quando se afirma que:

> "*O Município de Lençóis, ele tem campo de trabalho para todo mundo*" (S.R., Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Lençóis Paulista).

> "*Bauru vai crescer mais, vai ter fama e vai receber muita gente ainda*" (Presidente do Sindicato dos Comerciários de Bauru).

Segundo as informações fornecidas pelos sindicatos acredita-se que, Lençóis e Pederneiras, continuam atraindo imigrantes de outros estados brasileiros nos anos recentes ao passo que, Bauru, estaria recebendo, mais expressivamente, migrantes de cidades próximas como também uma considerável parcela das pessoas que deixa o campo à procura de melhores oportunidades nas áreas urbanas. Outro aspecto importante que pode ser resgatado é que os trabalhadores rurais da Região de Bauru já usufruem de algumas garantias trabalhistas, entre outras: jornada de trabalho de oito horas, recebimento de férias e 13º salário, transporte adequado de bóias-frias etc.

Os direitos conquistados pelos trabalhadores rurais tem papel de relevância na Região à medida que esta passa a ser vista como uma área de atração para os trabalhadores rurais de outras regiões e/ou outros estados brasileiros que não dispõem de tais benefícios.

Há de se ressaltar que, embora, a cidade de Bauru seja colocada como o polo comercial da Região, tem se evidenciado, nos últimos anos, uma certa descentralização dessa atividade. Com efeito, alguns magazines como Riachuelo e Pernambucanas, estão sendo instalados em municípios próximos, o que tem, de certa forma, refletido negativamente sobre o comércio de Bauru e consequentemente sobre sua economia.

O crescimento populacional em ritmo cada vez mais acentuado na RG de Bauru, nos últimos anos, é visto com uma certa preocupação por parte dos sindicatos.

> "*Quanto mais gente se infiltra no Município, mais problema cria*" (S.R., Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis).

O déficit habitacional é colocado como um problema emergente da Região sendo que, as dificuldades de moradia atingem todos os trabalhadores. Acresça-se também que, essas dificuldades são maiores face às normas impostas pelo órgão financiador, Caixa Econômica Federal, para aquisição da casa própria.

No que tange à tendência de continuidade do crescimento populacional na Região, alguns aspectos foram considerados favoráveis, tais como:

- Verticalização de Bauru;
- Investimentos no setor da construção civil em Bauru para apartamentos de padrão médio e médio alto;
- Continuidade do fluxo migratório para a Região;
- Duplicação da Rodovia M. RONDON que facilitará mais ainda o acesso e escoamento da produção etc.

4. UNIVERSIDADES

Numa tentativa de buscar mais elementos, que permitam traçar um panorama geral da Região de Bauru e, particularmente, dos três municípios selecionados, procurou-se entrevistar alguns professores e pesquisadores das universidades.

Esse segmento também confirmou o crescimento da Região, porém, de uma forma bem mais crítica, apontando a relação existente entre as causas desse crescimento, a intensidade do mesmo e, ainda, as consequências, favoráveis ou não, para uma possível melhora das condições de vida da população. Conforme a opinião de vários professores, o entendimento da dinâmica econômico-populacional de Bauru guarda estreita relação com uma série de fatores, entre os quais merecem ser apontados:

1. acessibilidade da Região, notadamente da cidade de Bauru, que constituiu-se em um importante entroncamento rodo-ferroviário;
2. mercado de trabalho de Bauru que, além de apresentar uma certa densidade, tem também uma tradição;
3. a expansão da cana-de-açúcar em Lençóis e Pederneiras e as condições favoráveis do solo;
4. diversidade de serviços oferecidos, notadamente, os serviços públicos;
5. o aumento da oferta de ensino, principalmente do ensino universitário que, além de atrair estudantes de outras cidades e regiões, contribui para a formação de uma parcela considerável da

mão-de-obra;

6.crescente aumento no número de habitações populares em Bauru.

Face aos aspectos apontados acima pode-se pensar que, de fato, a Região vivencia um processo de crescimento, desde o início dos anos 70, sendo que a implantação do Pró-Álcool propiciou um impulso do crescimento econômico. A crescente mecanização da agricultura e os investimentos que aí se implantaram favoreceram, sobremaneira, o Município de Lençóis Paulista que, em função da expansão dos complexos agro-industriais, é o que apresentou as condições mais favoráveis no que tange ao dinamismo econômico-populacional.

Bauru caracteriza-se como uma cidade de tradição terciária, onde, além do destaque do comércio, nota-se uma diversidade muito grande de serviços com uma elevada taxa de subemprego. Essa tradição continua sendo mantida, ainda que se tenha constatado uma crescente instalação de indústrias nos anos recentes. Também é crescente o número de empregos que essas indústrias oferecem. Segundo o depoimento de alguns professores constatou-se que, mesmo face ao desenvolvimento industrial mais recente da cidade de Bauru, é muito pouco provável que esta venha a perder o seu perfil de cidade terciária.

A ausência de uma política local, que estimule a instalação de novos investimentos na Região, foi mais uma vez citada durante as entrevistas com este segmento, o que fortalece e até certo ponto confirma as opiniões anteriores. Com efeito, é bastante plausível que o crescimento da RG de Bauru se deve muito mais a fatores externos e, possivelmente, encontra-se relacionado ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Também foi colocado nas entrevistas que a facilidade de acesso é um dos fatores que contribuem para a chegada de migrantes na RG de Bauru, sendo, no entanto, impossível afirmar qual a proporção dessas pessoas que acabam se fixando e/ou deixando a Região. Acredita-se que, nos últimos anos, continua sendo bastante significativo o número de migrantes que se deslocam para a RG de Bauru havendo, no entanto, opiniões divergentes no que concerne à origem desses migrantes e aos fatores de atração para os mesmos:

> "*São os municípios próximos os que mais perdem população para Bauru*" (O.C., Professor da Universidade Sagrado Coração de Bauru).
>
> "*Bauru não atrai tanta população assim, tem muita transferência de funcionários*

públicos" (M.D., Professor da Unesp de Bauru).

"*O que fixa gente em Bauru é o comércio*" (J.V., Pesquisador da Unesp de Bauru).

"*A construção de casas populares atrai muita gente para Bauru, não se trata assim só de oportunidades de emprego*" (O.C., Professor da Universidade Sagrado Coração de Bauru).

"*Pederneiras e Lençóis atraem muitos trabalhadores de outros estados brasileiros, o que se deve praticamente à dinâmica agroindustrial dessas áreas*" (O.C., Professor da Universidade Sagrado Coração de Bauru).

Outro ponto bastante destacado nas entrevistas realizadas foi que, o Município de Bauru, especificamente, apresenta uma agricultura praticamente inexpressiva e uma indústria nascente e, ao que tudo indica, continuará por muito tempo a manter sua tradição de cidade terciária. Nele estão concentradas as universidades e um número considerável das habitações populares da Região e, atualmente, a cidade de Bauru já convive com vários problemas onde se destacam:

- Crescente formação de favelas;
- Aumento da criminalidade;
- Deficiência na infra-estrutura viária;
- Insuficiência de esgotos sanitários etc.

Cabe ressaltar por fim que, segundo os professores e pesquisadores entrevistados, a RG de Bauru continuará provavelmente crescendo nos próximos anos, sendo, no entanto, difícil creditar a intensidade desse crescimento a um fator específico, uma vez que, o seu comportamento no passado não aponta para uma tendência linear.

Análise das Entrevistas Domiciliares

Como forma de complementar o quadro esboçado através das entrevistas institucionais realizadas na Região de Bauru foram realizadas entrevistas domiciliares com migrantes na tentativa de cobrir os aspectos relacionados à vida dos migrantes, tais como: o local de origem dos migrantes, número de mudanças efetuadas, fatores que condicionaram as migrações, transformações na qualidade de vida etc.

Outro aspecto considerado refere-se às especificidades da Região que possibilitam contemplar, em grande medida, os fatores de atração para a população migrante, notadamente as oportunidades de

trabalho e as condições de assentamento para essa população recém-instalada. Nesse sentido, foram feitas 45 entrevistas domiciliares, sendo 18 no Município de Bauru, 15 em Lençóis Paulista e 12 em Pederneiras.

De maneira geral, as entrevistas domiciliares confirmam parte das informações obtidas com as entrevistas institucionais, principalmente, aquelas que dizem respeito à origem dos migrantes e as oportunidades de emprego gerados nas últimas décadas, acentuadamente na década de 70.

A implantação do Pró-Álcool e o consequente aumento da capacidade das usinas instaladas na Região, exigiu, em um primeiro momento, a importação da mão-de-obra especializada para este setor e para o corte de cana-de-açúcar. Essa mão-de-obra foi recrutada, em grande parte, do Estado de Pernambuco, onde existe uma produção extensiva de cana-de-açúcar. Os períodos divergentes da safra considerando-se, respectivamente, o Estado de Pernambuco e a RG de Bauru, propiciam um grande deslocamento da mão-de-obra entre esses dois polos produtivos, o que se ilustra pela presença maciça de migrantes pernambucanos. Apesar da política de assentamento da mão-de-obra ter sido implantada pela maior usina da Região (Barra Grande), ainda persistem alguns casos de deslocamentos contínuos entre Pernambuco e a RG de Bauru, fato este bastante frequente no Município de Pederneiras. O Estado do Paraná, com suas características próprias, foi o que mais perdeu população, para Bauru na década de 70.

Ainda que se estabeleça como uma característica da Região receber migrantes paranaenses, face à relativa proximidade geográfica dessas duas áreas, apontou-se, durante as entrevistas institucionais, uma possível redução no ritmo de chegada desses migrantes na década de 80, uma vez que as oportunidades de trabalho no norte do Estado do Paraná têm favorecido a fixação da sua população, assim como a redução de novos investimentos em Bauru pode estar, também, colaborando para o arrefecimento no ritmo desses deslocamentos.

Ao que parece, a RG de Bauru apresentou um crescimento econômico-populacional significativo no final da década de 70 e início da de 80, porém, bastante favorecido pela implantação do Pró-Álcool e pela expansão dos complexos agro-industriais, visualizando-se, para o final dos anos 80, uma limitação no que diz respeito à instalação de novos investimentos, principalmente de indústrias que demandam uma mão-de-obra mais especializada em função de uma maior complexidade tecnológica.

Observa-se, também, que os migrantes, de maneira geral, compõem um quadro de mão-de-obra não-qualificada ou semi-qualificada, correspondendo suas tarefas ao plantio e ao corte de cana-de-açúcar ou ainda a alguns projetos de reflorestamento. Os investimentos que requerem uma mão-de-obra mais especializada são ainda em número reduzido, o que, de certa forma, favorece a colocação da população

migrante que, em grande parte, apresenta um baixo nível de escolarização.

No Município de Bauru, particularmente, verifica-se que os migrantes exercem, mais frequentemente, atividades de sub-emprego no mercado informal. Em menor proporção, essa população acaba sendo empregada na construção civil que, no entanto, apresenta uma rotatividade de mão-de-obra bem intensa. O crescimento populacional registrado no Município de Bauru, nas últimas décadas, teve um reflexo bastante significativo no crescimento regional, dado que esta cidade já caracterizava-se como um importante polo de consumo da Região. Nesse sentido, cabe ressaltar que, os investimentos industriais implantados nos anos recentes não modificaram o perfil da cidade, que continuou tendo o comércio como o setor mais expressivo e dinâmico.

A análise da população migrante que se dirigiu à RG de Bauru na década de 70, apontou para um intenso deslocamento no sentido campo-cidade. Dentre as principais causas das migrações destacam-se a busca de melhores condições de vida onde o trabalho remunerado, o acesso à moradia e também aos serviços, notadamente de educação e saúde, mostraram-se como aspectos fundamentais para o entendimento desses deslocamentos. Por fim, verificou-se, segundo as entrevistas domiciliares que, além dos atrativos econômicos oferecidos pela Região, a sua localização geográfica privilegiada também foi frequentemente citada como um fator de peso, contribuindo, em grande medida, para os deslocamentos populacionais registrados nessa área.

Ressalte-se que face às limitações impostas por este tipo de procedimento, como o número reduzido de áreas pesquisadas e o número relativamente pequeno de entrevistas realizadas, o objetivo das entrevistas foi estritamente qualitativo na tentativa de cobrir alguns aspectos que foram julgados de relevância para um melhor entendimento dos movimentos migratórios.

Os resultados obtidos pelas entrevistas apontam que dentre os deslocamentos populacionais mais frequentes efetuados nos anos oitenta foram aqueles com origem em outras Regiões do Estado de São Paulo e destino na RG de Bauru, ou seja, os deslocamentos inter-regionais (50%).

O Município de Bauru mostrou-se como uma área bastante atrativa para a população com residência anterior no Município de São Paulo. Com as entrevistas realizadas que apreenderam este tipo de deslocamento (São Paulo - Bauru) procurou-se selecionar alguns depoimentos que refletissem, em alguma medida, os fatores que poderiam ter atuado para desencadear essa mudança.

> "*Aqui em Bauru é mais sonegado que na cidade grande. Lá agente fica sofrendo o tempo todo, o trânsito é complicado, não se consegue emprego fica só tendo que sofrer prá*

conseguir um lugar pra morar. Na vida a gente tem que ir tentando até achar o lugar que fica mais fácil" (E.G.S., trabalhador autônomo (pedreiro) - Município de Bauru).

"*Bom, o melhor mesmo em Bauru é o sossego. Pra quem tá acostumado aqui é muito difícil entender uma vida agitada como a que São Paulo oferece. Bauru também tem outras coisas boas. Tem aqui quase todos os cursos universitários, só não tem medicina e tem um comércio muito dinâmico*" (M.E.L., profissional da rede estadual de Bauru).

"*Acho que São Paulo é bem melhor que Bauru, só que aqui a vida é mais tranqüila. Agora prá quem chega em Bauru, no começo é difícil. Já é difícil prá quem mora aqui conseguir emprego, prá quem vem de fora é pior*" (T.S.L., ajudante de frigorífico - Município de Bauru).

Com base nestes depoimentos pode-se destacar que o contraste do dinamismo da cidade de São Paulo e a tranquilidade de Bauru foi apontado como um dos motivos de peso relevante para este tipo de mudança. Essa tranquilidade, por sua vez, encontra-se associada a fatores básicos como: maior facilidade de acesso a moradia, emprego, educação entre outros.

Os deslocamentos populacionais intra-regionais e interestaduais, em conjunto, mostraram-se presentes em 50% das entrevistas realizadas.

No que tange a migração intra-regional, o Município de Pederneiras destacou-se como o local de origem mais predominante para os migrantes que atualmente residem no Município de Bauru.

Alguns aspectos relacionados a este tipo de deslocamento podem ser apreendidos através de alguns depoimentos.

"*Já tá fazendo uns três anos que nós mudamos de Pederneiras. Eu acho que nós mudamos de Pederneiras. Eu acho que a cidade aqui é boa, as pessoas também. O que eu acho que falta em Bauru é um pouco de industria. As industrias que tem são pequenas e tem pouco para oferecer às pequenas. Agora o município é excelente e o transporte coletivo também é muito bom. Acho que tem várias coisas que vão fazendo a gente gostar da cidade. Aqui, na parte de educação, tem muitas escolas e bastantes faculdades. A parte de saúde também não é das piores*" (A.S.S., dono de um novo mercado - Município de Bauru).

"*Eu gostava de Duartina mas recebi uma proposta de ser diretora de escola e havia necessidade de diretora em Bauru eu acabei mudando para cá. A cidade é bem acolhedora, valoriza as pessoas que vem de fora, mas tem alguns inconvenientes: acho que existe muita divergência entre o Governo do Estado e o municipal, o que torna o trabalho de um diretor numa cidade como Bauru muito difícil. Temos que enfrentar problemas de água, prédios em situações precárias, as reformas das escolas são renegadas a um segundo plano; o número de escolas é excelente, mas não adianta ter escolas suficientes se elas não são bem conservadas*" (E.F.D., Diretora de Escola Estadual - Município de Bauru).

Quanto aos deslocamentos com origem em outros estados brasileiros, predominaram aqueles originários do Estado do Paraná. As entrevistas realizadas com os migrantes paranaenses que atualmente residem em Bauru apontaram aspectos interessantes sobre as vantagens desse tipo de deslocamento.

> "*Aqui na vizinhança tá cheio de gente que veio do Paraná. A roça não tava dando mais não. Quando agente chegou aqui (faz uns 7 anos) foi fácil arranjar pois todos os conhecidos deram uma força. Quando a pessoa tem vontade de trabalhar consegue emprego aqui, tem muita usina por perto e muita gente acaba trabalhando no corte de cana*" (J.V. da S., Vendedor Ambulante - Município de Bauru).

> "*Acho que aqui em Bauru o que tem de bom é serviço. Aqui meu marido trabalha e todo mês recebe direitinho. Já no Paraná a gente trabalha na roça e não dava quase nada. Aqui também é bom porque quando a gente fica doente é fácil ir ao médico. No Paraná quando precisava de médico a gente tinha que andá a pé uns 12Km., a vida era muito sacrificada*" (S.A.C., esposa do chefe da família que só exerce atividades no lar - Município de Bauru).

Como se pode notar a relação de amizade e/ou grau de parentesco influencia significativamente na decisão de migrar, uma vez que contribuiu bastante para a adaptação do migrante no local de destino e amplia as possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho. Ainda que as entrevistas apontem para uma "relativa" facilidade de se conseguir emprego no Município de Bauru, há de se destacar que este encontra-se bastante limitado ao setor de comércio e serviços. Conforme comentado, não existem muitas indústrias e, tratando-se, em grande parte, de indústrias pequenas, não conseguem demonstrar uma quantidade significativa de mão-de-obra. A entrevista realizada com um funcionário da Companhia Telefonia do Estado de São Paulo (TELESP) que foi transferido de Bernardino de Campos para Bauru é bastante elucidativa a este respeito.

> "*Acho que foi bem recebido aqui em Bauru. Tenho muitos amigos e acho que deveria ter vindo antes para cá. Mas acredito que Bauru é um lugar bom de morar para quem já vem com serviço acertado; prá vir de fora e procurar emprego deve ser difícil como em qualquer outro lugar. Tem muita gente que acaba vindo para Bauru, principalmente lá do Nordeste. Este pessoal já está acostumado com serviço de lavoura e acaba trabalhando nas cidades vizinhas que emprega muita gente no corte de cana. Na minha opinião foi bom vir prá cá, mas isso porque meu emprego já estava garantido*" (P.L. de O., funcionário da TELESP de Bauru).

Através das entrevistas realizadas no Município de Lençóis Paulista pode-se apreender que esta área continuou configurando-se, nos anos oitenta, como um polo bastante atrativo para os migrantes que

se dirigiram à RG de Bauru. A análise dos deslocamentos populacionais, no entanto, apontou características bastante diferenciadas do Município de Bauru. No que tange aos tipos de deslocamentos predominaram os interestaduais (57%), seguidos dos inter-regionais (29%) e intra-regionais (14%).

Dentre os migrantes com origem em outros estados brasileiros o destaque ficou para aqueles procedentes de Pernambuco (50%) e Paraná (38%).

Com base nas entrevistas pode-se inferir que, a implantação do PróÁlcool e o consequente aumento da capacidade das usinas instaladas na Região de Bauru, exigiu, num primeiro momento, a importação de mão-de-obra especializada para esta atividade. Essa mão-de-obra foi recrutada, em grande parte, no Estado de Pernambuco onde existe uma produção extensiva de cana-de-açúcar. Os períodos divergentes de safra, considerando-se respectivamente, o Estado de Pernambuco e a RG de Bauru, propiciaram um grande deslocamento de mão-de-obra entre esses dois polos produtivos, o que se ilustra pela presença maciça de migrantes pernambucanos. Apesar da política de assentamento de mão-de-obra implantada pela maior usina da Região - Usina Barra Grande, localizada no Município de Lençóis Paulista, ainda persistem alguns casos de deslocamentos contínuos de populações entre Pernambuco e a Região.

O Estado do Paraná, com suas características próprias, também mostrou-se como uma das áreas com perda significativa de população para a Região de Bauru na década de 70.

Ainda que se estabeleça como uma característica da Região receber migrantes paranaenses face à relativa proximidade geográfica dessas duas áreas, as entrevistas institucionais indicaram a tendência de uma possível redução no ritmo de chegada desses migrantes nos anos 80. Isto poderia ser atribuído, em grande medida, às maiores oportunidades de trabalho no norte do Paraná que tem favorecido a fixação de sua população e, por outro lado, à redução de novos investimentos na Região de Bauru que acaba contribuindo para o arrefecimento no ritmo desses deslocamentos.

Os depoimentos prestados pelos migrantes residentes há menos de 10 anos no Município de Lençóis Paulista revelam que estes compõem um quadro de mão-de-obra não-qualificada ou semi-qualificada, correspondendo suas tarefas ao plantio e ao corte de cana-de-açúcar ou ainda a projetos de reflorestamento.

Os instrumentos que requerem uma mão-de-obra mais especializada são ainda em números reduzidos, o que de certa forma favorece a colocação dessa população migrante que apresenta um baixo nível de escolaridade e especialização.

Nas entrevistas com os migrantes de Lençóis Paulista pode-se observar que, em quase sua totalidade, tratam-se de pessoas que deslocaram-se de áreas rurais para áreas urbanas e que, atualmente,

exercem atividades na Usina Barra Grande, que desempenha um papel notável no que tange à absorção de mão-de-obra. Dentre os relatos feitos pelos migrantes originários de outros estados brasileiros procurou-se destacar trechos mais importantes que auxiliam na compreensão destes tipos de deslocamentos.

> "*Quando a gente veio de Pernambuco aqui prá Lençóis Paulista já tinha emprego acertado. A gente tava em Pernambuco na pior, sem emprego, sem nada e os colegas que já moravam aqui em Lençóis arranjou tudo para nós, porque aqui tava mais fácil*" (M. A. do N., engraxador de caminhão da Usina Barra Grande - Município de Lençóis Paulista).
>
> "*Quando nós saímo do Paraná já não tinha serviço de usina, tava muito ruim. Agora aqui nós tinha uns conhecido que ajudou muito. Nós viemô numa época boa, tinha muito corte de cana-de-açúcar e foi fácil arrumar emprego*" (I.M.J., cortador de cana-de-açúcar da Usina Barra Grande - Município de Lençóis Paulista).
>
> "*Meu marido pensou em morar aqui porque é mais fácil de arranjar serviço. Já no Norte o ganho é muito pouco e aqui tem mais firma. Ele achou que aqui era mais fácil porque se desse qualquer problema a gente tinha como se virar pois a família da gente mora tudo aqui*" (M.L.N.M., operadora de máquina da Usina Barra Grande - Município de Lençóis Paulista).

Considerou-se importante também destacar alguns aspectos levantados na entrevista realizada com um migrante que nasceu no Município de Lençóis Paulista e, num segundo momento, mudou para a cidade de São Paulo e, nos anos oitenta, acabou retornando para o local de nascimento:

> "*Eu acho que a gente tá melhor aqui em Lençóis do que em São Paulo. Lá a vida é muito agitada. Agora quando não tem "padrinho" é difícil arrumar serviço. Todo mundo que tenta sem conhecer ninguém de influência acaba desistindo pois não consegue nada. Agora quando é serviço de usina é mais fácil porque eles tão sempre procurando. Aqui perto tem a Usina de São José que sempre tá precisando de gente*" (A.M.P.G., pedreiro - Município de Lençóis Paulista).

A análise dos deslocamentos inter-regionais em direção à Lençóis Paulista apontou características semelhantes. Predominaram os movimentos no sentido campo-cidade e, na quase totalidade, os migrantes desenvolvem atividades diversas na Usina Barra Grande, entre elas: cortador de cana-de-açúcar, operador de máquina, encanador etc.

Considerando-se os depoimentos prestados pelos migrantes que residem há menos de 10 anos no Município de Pederneiras, vários aspectos merecem ser destacados. Quanto ao tipo de deslocamento predominaram os intra-regionais (55%), seguidos, em menor expressão, dos interestaduais (35%),

sobressaindo-se aqueles no sentido campo-cidade.

Um ponto interessante a resgatar das entrevistas é que, de um modo geral, os migrantes que residem em Pederneiras exercem suas atividades em outros municípios próximos da cidade, ou seja, é frequente o tipo de movimento denominado "migração pendular". Em linhas gerais, os migrantes colocam que as maiores facilidades de moradia que encontram em Pederneiras compensam o desgaste físico e de tempo que requer o deslocamento de casa para o trabalho. A mão-de-obra migrante de Pederneiras é absorvida, em grande medida, pela Usina de Barra localizada em Barra Bonita e pela Usina São José localizada em Macatuba.

Chama a atenção, o fato de que entre os migrantes que realizaram deslocamentos intra-regionais sobressaíram-se aqueles com origem no Município de Macatuba. Dado que neste município encontra-se localizada a Usina São José que emprega numeroso contingente de mão-de-obra, torna-se, à primeira vista, difícil de entender o porque desses deslocamentos. Neste sentido, procurou-se selecionar alguns trechos das entrevistas que pudessem auxiliar na compreensão desse fenômeno.

> "*Acho que se agente não tivesse saído de Macatuba taria pior de vida. Lá a cidade é muito pequena, não dá para conseguir muita coisa. Eu acho que aqui é bem melhor, a cidade tem hospital, o bairro é bom, não falta água, tem asfalto etc [...] Se tivesse que arrumar serviço aqui mesmo em Pederneiras ia ser mais difícil mas é vantagem poder morar aqui e trabalhar em Macatuba. Aqui a gente consegue pagar o aluguel no fim do mês e dá pra ir levando*" (M.S.A., tratorista da Usina São José - Município de Macatuba).

> "*Meu marido fala que aqui é bom de morá, sempre aparece casa pra alugá, a gente nunca ficou sem te onde morá. Ele gosta do trabalho de lá da Usina e fica fácil porque o caminhão vem buscá e traz de volta. Ele só reclama que tem que levantá cedo mas é bom porque ele é empregado e ganha sempre, a gente não carece de ficá passando aperto. Lá em Macatuba vira e mexe a gente tinha que ficá morando com os parente porque o dinheiro nunca dava prá custear o aluguel*" (A.P.D., esposa do chefe de família que trabalha na Usina Barra Bonita - Município de Igaraçu do Tietê).

Dentre as entrevistas realizadas com migrantes que saíram de outros estados brasileiros e deslocaram-se para Pederneiras observou-se que o predomínio foi de migrantes originários do Paraná. Tratam-se de pessoas que realizaram movimento no sentido campo-cidade e que, apesar de não conseguirem emprego em Pederneiras, acabaram encontrando maiores facilidades de moradia neste local e optaram por trabalhar nos municípios situados nas redondezas. Os depoimentos a seguir ilustram os pontos mais destacados no que concerne a este tipo de deslocamentos.

"*Se a gente tivesse ficado lá no Paraná eu acho que estaria pior. Porque lá tem pouco serviço, só é bom pra quem é dono de sítio. Planta pra eles próprio, porque pra trabalhar pros outros é ruim demais. Aqui foi mais fácil porque quando a gente veio já tinha muito amigo da gente que veio lá do Paraná e eles arrumaram logo emprego pro meu marido*" (L.A. dos R., esposa do chefe de família que é tratorista da Usina São José - Município de Macatuba).

"*Lá no Paraná falaram prá gente que aqui tava melhor de serviço. Agente ficou sabendo através de conhecidos que vieram na frente. O que é ruim é que aqui falta muita coisa, não é fácil de arranjá serviço aqui na cidade mesmo. Precisa de se deslocar de caminhão até o serviço e demora muito*" (G.M.F.S., cortador de cana-de-açúcar na Usina Barra Grande - Município de Barra Bonita).

Através da análise das entrevistas domiciliares realizadas nos três municípios da RG de Bauru pode-se dizer que as diferenças intra-regionais presentes em Bauru são bastante pronunciadas. De fato, ainda que essas três áreas se constituíram em locais de atração populacional nos anos setenta e, pelo que tudo indica, continuaram a consolidar esse dinamismo nos anos oitenta, apresentam características distintas no que tange ao dinamismo dos setores produtivos e às condições de vida e de trabalho que oferecem aos migrantes.

Assim, as especificidades presentes em cada uma dessas áreas acabam, em conjunto, por conferir uma dinâmica econômico-populacional bastante significativa à RG de Bauru.

Em linhas gerais verificou-se que a busca por melhores condições de vida se destacou como uma das principais causas dos deslocamentos populacionais para Bauru onde o trabalho remunerado, o acesso à moradia e também aos serviços de educação e saúde se mostraram como os objetivos básicos preconizados por esta população. Acresça-se, também, que além dos atrativos econômicos oferecidos pela Região, a sua localização geográfica privilegiada também constituiu-se em um fator de peso para os deslocamentos populacionais registrados nessa área.

Por fim, vale salientar que as entrevistas domiciliares confirmaram parte das informações obtidas com as entrevistas institucionais e possibilitaram, ainda que de forma sucinta, traçar um panorama dos movimentos migratórios na RG de Bauru nos anos oitenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao quadro analítico esboçado pode-se dizer que a RG de Bauru passou a se configurar, nos anos setenta, como um importante polo de atração populacional no oeste do Estado de São Paulo. De fato, a análise dos fluxos migratórios na década 1970/80 apontou para ganhos líquidos de população significativos quando consideradas as trocas populacionais efetuadas entre a Região de Bauru e aquelas situadas em seu entorno como Lins, Marília, Ourinhos, Avaré e Botucatu. Dentre os fluxos interestaduais sobressaíam-se aqueles originários do Estado do Paraná e, com menor expressão, os dos estados do Nordeste, Mato Grosso e Minas Gerais.

A pesquisa de campo realizada nos três municípios da Região de Bauru - Bauru, Lençóis Paulista e Pederneiras - forneceu subsídios valiosos para o entendimento da dinâmica regional. Ao que tudo indica, o surgimento do Pró-Álcool teve um efeito dinamizador nessa região respondendo substancialmente pelo impulso de crescimento econômico e populacional nos anos setenta. A implantação desse programa e a consequente ampliação das usinas e das faixas de terra destinadas ao plantio de cana-de-açúcar abriram novas perspectivas de trabalho na Região atraindo um considerável contingente de pessoas de outras regiões paulistas, bem como de outros estados brasileiros.

Ressalte-se que os deslocamentos populacionais registrados na RG de Bauru guardam estreita relação com as transformações ocorridas na estrutura produtiva do Estado. Com efeito, esta região beneficiou-se sobremaneira com a expansão dos complexos agro-industriais que se disseminou de forma acelerada pelo interior paulista nos anos setenta.

Convém frisar, no entanto, que a não disponibilidade de terras férteis na RG de Bauru acabou por limitar bastante seu potencial de desenvolvimento. Assim, outras regiões situadas próximas a Bauru como é o caso de São José do Rio Preto, que dispõe de uma estrutura agrícola moderna e diversificada, tendem a sobressair-se em relação à Bauru na medida em que podem oferecer maiores perspectivas de retenção da mão-de-obra migrante. Nesse sentido, Negri et al. (1988) colocam que, apesar da Região de Bauru ter se constituído num eixo ferroviário importante para a expansão do café para o oeste do Estado, "*esta foi perdendo dinamismo, enquanto, ao contrário, São José do Rio Preto foi ganhando. Esta última, região de ocupação bem mais recente, absorvia e dava continuidade ao dinamismo econômico moderno que se disseminava a partir de Ribeirão Preto*" (p. 88). Frente a estas considerações acredita-se que, em termos prospectivos a tendência esperada é que a Região de Bauru continue a se caracterizar como uma área onde os deslocamentos populacionais intra-regionais prevaleçam bastante intensos. Ressalte-se porém, que à medida em que algumas regiões situadas geograficamente próximas a Bauru possam vir a oferecer

perspectivas mais amplas no que concerne à alocação de mão-de-obra, esta tenderá a se fortalecer, ao menos, como um importante ponto de passagem para a população migrante, acentuando, entretanto, sua função de polo de serviços.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A. B.M. **Região de Bauru: uma** área de recuperação demográfica. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1983. (Série Análise Demográfica Regional).

CANO, W. (Coord.); NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F. **O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 1, n. 1, 1988. (Coleção Economia Paulista).

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios no Estado de São Paulo: uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 3, n. 3, 1989.

FUNDAÇÃO SEADE. Migrações no interior do Estado de São Paulo. **Informe Demográfico,** São Paulo, SP, n. 23, 1990.

_____. **A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980).** São Paulo, SP, v. 1, 1988. (Coleção Economia Paulista).

_____. **Características gerais do processo de interiorização da indústria paulista.** São Paulo, SP, 1988.

_____. **Migrações no interior do Estado de São Paulo.** São Paulo, SP, 1988. (Relatório Parcial de Andamento de Pesquisa).

_____. **São Paulo em números:** projeções demográficas. São Paulo, SP, 1988.

_____. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, de 1985 e 1987.** São Paulo, SP, 1986 e 1988.

_____. **Movimento do Registro Civil.** São Paulo, SP, 1960-1987.

GIRALDELLI, B. W. A fecundidade nos Municípios Paulistas: estimativas para década de 1980. **Informe Demográfico,** São Paulo, SP, v. 22, p. 29-78, 1989.

IBGE. **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, RJ, 1983.

_____. **Censo Industrial do Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, RJ, 1983.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo.** Rio de Janeiro, RJ, 1980.

_____. C**enso Demográfico do Estado de São Paulo 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1960.** Rio de Janeiro, RJ, 1960.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1950.** Rio de Janeiro, RJ, 1950.

_____. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1940.** Rio de Janeiro, RJ, 1940.

MULLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista.** São Paulo, SP: Fundação SEADE, v. 2, 1985. (Série São Paulo 80).

ORTIZ, L. P.; PERILLO, S. R. A mortalidade no Estado de São Paulo: tendências e perspectivas até o ano

2000. **Informe Demográfico,** São Paulo, SP, v. 19, p. 173-226, 1986.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Movimentos migratórios: novas características, novas implicações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3., Águas de São Pedro. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 1989.

PESTANA, P. **O café no Estado de São Paulo:** notas históricas. São Paulo, SP: Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio, 1927.

RODRIGUES, L. W. Tendências e perspectivas da fecundidade no Estado de São Paulo. **Informe Demográfico,** São Paulo, SP, v. 19, p. 79-172, 1986.

RODRIGUES, R. N.; PERILLO, S. R. Perspectivas da migração no Estado de São Paulo e nas 11 Regiões Administrativas para o período 1980-2000. **Informe Demográfico,** São Paulo, SP, v. 19, p. 1-78, 1986.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura Paulista/IEA. **Desenvolvimento da agricultura paulista.** São Paulo, SP, 1972.

_____. SEPLAN/CAR. **Diagnóstico da 7ª Região Administrativa – Bauru.** São Paulo, SP, 1978.

SEMEGHINI, U. C. **Explosão urbana e regional e demandas sociais no Estado de São Paulo:** 1970-1985. Estudos de caso: Bauru. Campinas, SP, 1988. (Mimeo).

ANEXO 1

Região de Governo de Bauru – Fluxos migratórios intra-regionais numericamente mais importantes 1970/1980

DESTINO	MUNICÍPIOS	ORIGEM	
		ABSOLUTO	%
Agudos	Bauru	1.016	47,80
	Lençóis Paulista	548	25,80
	Outros Municípios	560	26,40
	Total	2.124	100,00
Arealva	Bauru	388	53,40
	Iacanga	181	24,30
	Outros Municípios	158	21,70
	Total	727	100,00
Avaí	Bauru	394	34,00
	Presidente Alves	129	11,10
	Outros Municípios	312	26,90
	Total	1.160	100,00
Balbinos	Pirajuí	140	48,80
Bauru	Agudos	879	10,40
	Duartina	1.191	14,10
	Pirajuí	1.030	12,20
	Piratininga	1.352	16,00
	Total	8.432	100,00
Cabrália Paulista	Agudos	148	25,20
	Bauru	143	24,30
	Duartina	130	22,10
	Total	588	100,00
Duartina	Bauru	405	31,00
	Lucianópolis	268	20,50
	Piratininga	147	11,20
	Cabrália Paulista	116	8,90
	Outros Municípios	372	28,40
	Total	1.308	100,00
Iacanga	Arealva	113	23,90
	Bauru	103	21,80
	Reginópolis	125	26,50
Lençóis Paulista	Agudos	513	25,50
	Bauru	183	9,10
	Macatuba	948	47,10
	Pederneiras	192	9,50
	Outros Municípios	177	8,80
	Total	2.013	100,00
Lucianópolis	Duartina	139	29,50
	Ubirajara	201	42,70
	Outros Municípios	131	27,80
	Total	471	100,00
Macatuba	Lençóis Paulista	558	61,10
	Pederneiras	219	24,00

Continuação

Continuação

DESTINO	MUNICÍPIOS	ORIGEM	
		ABSOLUTO	%
	Outros Municípios	137	14,90
	Total	914	100,00
Pederneiras	Agudos	194	11,70
	Bauru	558	33,70
	Macatuba	382	23,10
	Piratininga	142	8,60
	Outros Municípios	378	22,90
	Total	1.654	100,00
Pirajuí	Bauru	296	25,00
	Presidente Alves	305	25,80
	Reginópolis	261	22,10
	Outros Municípios	320	27,10
	Total	1.182	100,00
Piratininga	Agudos	227	14,00
	Bauru	796	49,00
	Duartina	245	15,10
	Cabrália Paulista	101	6,30
	Outros Municípios	255	15,60
	Total	1.624	100,00
Presidente Alves	Bauru	128	24,80
	Pirajuí	234	45,30
	Outros Municípios	154	29,90
	Total	516	100,00
Reginópolis	Iacanga	123	31,70
	Pirajuí	90	22,80
	Outros Municípios	181	46,00
	Total	394	100,00
Ubirajara	Agudos	32	39,00
	Lucianópolis	18	22,00
	Outros Municípios	32	39,00
	Total	82	100,00

Fonte: IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1980. Fundação SEADE, 1989.

ANEXO 2

Região de Governo de Bauru – Evolução da população total da região 1980/1991

ÁREAS	POPULAÇÃO TOTAL		CRESCIMENTO TOTAL		TAXA GEOMÉT. DE CRESCIM. 1980/91
	1980	1991	ABSOLUTO	RELATIVO	
Agudos	24.472	31.544	7.072	28,90	2,33
Arealva	6.790	6.866	76	1,12	0,10
Avaí	5.358	4.650	-708	-13,21	-1,28
Balbinos	1.173	1.215	42	3,58	0,32
Bauru	186.664	260.382	73.718	39,49	3,07
Cabrália Paulista	3.453	3.865	412	11,93	1,03
Duartina	12.189	11.872	-317	-2,60	-0,24
Iacanga	6.596	7.553	957	14,51	1,24
Lençóis Paulista	35.007	46.103	11.096	31,70	2,53
Lucianópolis	2.632	2.338	-294	-11,17	-1,07
Macatuba	10.861	13.416	2.555	23,52	1,94
Pederneiras	26.105	31.917	5.812	22,26	1,84
Pirajuí	19.422	18.826	-596	-3,07	-0,28
Piratininga	10.054	9.630	-424	-4,22	-0,39
Presidente Alves	4.858	4.505	-353	-7,27	-0,68
Reginópolis	4.619	4.777	158	3,42	0,31
Ubirajara	4.226	4.190	-36	-0,85	-0,08
Total	**364.479**	**463.649**	**99.170**	**27,21**	**2,21**

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991.